

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

ANDRÉ DIAS MORTARI

**A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA GREVE NA UFRGS:
O movimento contra as reformas no final de 2016**

**Porto Alegre
2017**

ANDRÉ DIAS MORTARI

**A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA GREVE NA UFRGS:
O movimento contra as reformas no final de 2016**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof.^a Dra.^a Maria Ceci Misoczky

**Porto Alegre
2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Mortari, André Dias

A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA GREVE NA UFRGS: O movimento contra as reformas no final de 2016 / André Dias Mortari. -- 2017.

110 f.

Orientador: Maria Ceci Misoczky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Greve. 2. Vida cotidiana. 3. Henry Lefebvre. 4. Ocupações Estudantis. 5. UFRGS. I. Misoczky, Maria Ceci, orient. II. Título.

ANDRÉ DIAS MORTARI

**A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA GREVE NA UFRGS:
O movimento contra as reformas no final de 2016**

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Pós-graduação em Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Dissertação defendida em: 26 de julho de 2017

Banca examinadora:

Prof.^a Dra.^a Maria Ceci Misoczky (Orientadora)
(UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Alberto Saraiva Gonçalves
(UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala
(UFRGS)

Prof. Dr. Rafael Kruter Flores
(UFRGS)

RESUMO

Esta Dissertação foi desenvolvida em meio a um importante ciclo de protestos de oposição ao governo que usurpou o poder com o golpe parlamentar concretizado em 31 de agosto de 2016. Entre as diversas ações para implementar o novo pacto se encontram a PEC do Fim do Mundo e a Reforma do Ensino Médio. Com isso, uma onda de ocupações estudantis tomou conta de escolas, universidades e institutos tecnológicos. Provocados pelo exemplo da mobilização estudantil, técnicos e docentes da maioria das instituições federais de ensino superior deflagraram suas greves. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a greve dos técnicos durou 44 dias, e a dos docentes 21. Esta pesquisa militante assume a defesa que Lefebvre (2014) faz do cotidiano como categoria de análise e do marxismo também como conhecimento crítico da vida cotidiana. A experiência concreta da realidade, o ‘vivido’, representa o mundo percebido, a focalização da consciência em uma prática. Seu contraponto dialético é o ‘viver’, a virtualidade projetada, fruto das expectativas de um futuro desejado (LEFEBVRE, 2014). O estudo da greve, através da vida cotidiana – este lugar de transição, encontros interações e conflitos -, permite compreender sua construção desde baixo, a partir do vivido e do viver, do individual e do coletivo. Além disto, destacamos as ações e práticas que suspendiam a repetição e desafiavam a alienação a partir da coesão que brota da tomada de consciência das possibilidades que o coletivo constrói ao se organizar para tentar mudar a realidade com a qual se confronta.

Palavras chave: Greve. Vida cotidiana. Henry Lefebvre. Ocupações estudantis. UFRGS.

ABSTRACT

The study that originated the present Dissertation was developed amid an important national cycle of protests in opposition to a constitutional amendment that established a spending limit the growth of federal government spending to the rate of inflation for 20 years, and to a bill introducing radical changes in high school curriculum. Both reforms were proposed by the government that took power after the Brazilian parliamentary coup of May 2016 and were approved by the National Congress at the end of this year. These projects were opposed by massive student's movements and university strikes, among others. In the Federal University of Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brazil), a technical-administrative staff strike lasted 44 days, and a teachers strike 21 days. We were part of the strike commands – one of us is from administrative staff (and an MSc student at that time) and the other is a teacher. We are also members of the Organization and Liberating Practice research group, based at the School of Administration, in which Marx and Marxist authors have been studied, such as Henri Lefebvre. Therefore, it was obvious that we could interconnect these two spaces (activism and academy) based on Lefebvre's (2014) propositions on the critique of everyday life. The aim of this activist research was to analyze the everyday construction of these strikes, considering the living and the lived experience of workers and its meaning to transform potentially their everyday life. Lefebvre (2014) provided the theoretical framework to analyze conflicts, practices, ruptures, discontinuities, repetitions and creations, mainly through categories such as ambiguity, alienation, moments and possibilities.

Data were collected throughout the strikes and was supplemented with social network information and interviews with members from the strike commands after the end of movements. The rupture with everyday labor by rote, the recognition on the importance of cohesion beyond the hierarchies determined by the university structure, and the horizon widening of possibilities for the movement participants were some of the conclusions. Another relevant aspect is that these strikes were not organized in defense or to achieve goals directly related to labor conditions. They were organized together with the student movement that occupied more than 40 buildings in different campuses in defense of the education system, providing a space for mutual recognition that went beyond tactic alliances involving the three sectors of the university community. The everyday collective construction of this movement became evident the importance and potentialities of articulating and supporting each other in each specific struggle workplace while simultaneously being intensively involved with the wider context of social struggles.

Keywords: Stryke. Everyday life. Heny Lefebvre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Assembleia Geral de greve dos TAEs	34
Figura 2 – Apoio aos estudantes da FCE.....	36
Figura 3 – Ato e panfletagem na esquina João Pessoa com André da Rocha.....	36
Figura 4 - Trancamento de ruas	38
Figura 5 – Ato do MBL na UFRGS	39
Figura 6 – Assembleia de deflagração da greve dos docentes	40
Figura 7 – Ato dia 25 de novembro	42
Figura 8 – Banquete do Povo	43
Figura 9 – Marcha à Brasília	44
Figura 10 – Ato-Show Comunitário	45
Figura 11 – Cartaz Aula Pública	46
Figura 12 – Velório da Educação	47
Figura 13 – Marcha pelo centro da cidade	49
Figura 14 – Concentração para o Ato na Escola de Administração	49
Figura 15 – Ato unificado no centro da cidade	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 CONTEXTO DE ESTUDO.....	20
1.1 GOLPE PARLAMENTAR, PEC DO FIM DO MUNDO E REFORMA DO ENSINO MÉDIO.....	20
1.2 A LUTA CONTRA A PEC DO FIM DO MUNDO E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO.....	29
1.3 AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS MOVIMENTOS GREVISTAS OCORRIDOS EM NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2016 NA UFRGS.....	33
2 HENRI LEFEBVRE E O ESTUDO DA VIDA COTIDIANA.....	52
3 A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA GREVE.....	65
3.1 AMBIGUIDADE.....	65
3.2 A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DAS GREVES E A TEORIA DOS MOMENTOS.....	73
3.3 RUPTURAS, DESCONTINUIDADES E CRIAÇÕES.....	78
3.4 CONFLITOS, PROBLEMAS, PRÁTICAS, AÇÕES E POSSIBILIDADES – VIVIDO E VIVER.....	85
3.5 PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA PARCIAL.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

Se trabalhar é um privilégio para poucos, receber para isso pode ser ainda mais, mas privilégio maior é receber a quantia exata correspondente àquilo que se produziu. Para Álvaro Vieira Pinto (1962, p. 44), somente este último e raríssimo bloco de trabalhadores não teria razões para entrar em greve. O autor vai além, afirmando que se os ricos não fazem greve é porque são uma classe que não trabalha, mas vive do trabalho alheio. Sendo assim, fazer greve seria um contrassenso. Já os pobres, quando fazem greve, é para reaver o fruto do seu próprio trabalho, ainda que signifique justamente não trabalhar:

Cria-se assim aquilo que será o aspecto exterior da greve: a falta ao trabalho, o cruzar os braços, a recusa a comparecer à fábrica ou ao escritório. Como, na verdade, com esse gesto o operário está de fato exigindo o aumento do pagamento pelo trabalho real que dispense, o que está pleiteando é o aumento para si do valor do trabalho que faz para outros. Quer ampliar (até chegar um dia à totalidade) a parte para si do seu trabalho. Numa palavra, não quer continuar a trabalhar para outro. Neste fato se descobre a essência da greve, oculta pela aparência de simples resistência, recusa ou ausência (VIEIRA PINTO, 1962, p. 44).

Ainda que, aparentemente, o autor se refira às reivindicações financeiras, fica claro que a greve é parte inerente ao campo da luta de classes e tem sua origem nas contradições estruturais do sistema capitalista (GALVÃO, 2011). Ela carrega consigo um teor político implícito, de cunho contestatório, que existe independente da consciência dos trabalhadores.

Em uma revisão histórica, encontrei que os primeiros usos da palavra greve serviram:

[...] para designar tanto o abandono do trabalho como a procura dele pelos que não o possuíam. Só a partir de 1805 é que tal termo começou a designar a cessação voluntária e coletiva do trabalho. Dois expoentes do pensamento socialista – Pierre Joseph Proudhon, socialista utópico, e Karl Marx, socialista materialista dialético – utilizaram-no à mesma época, no final da primeira metade do século XIX, com esse último significado. Contudo, em 1863, na França, o termo era usado muito mais para representar o ato de permanência de desempregados na Place de Greve, a procura de trabalho, segundo o costume de muitos grêmios parisienses. Só por extensão representava a união dos operários que se negavam a trabalhar, enquanto não lhes fossem atendidas certas exigências (CASTRO, 1986, p. 12).

No Brasil, apesar da polêmica em torno do assunto, a data de maior consenso entre os historiadores sobre a primeira greve é o ano de 1858, quando gráficos de três jornais do Rio de Janeiro paralisaram suas atividades em busca de aumento salarial e melhores condições de trabalho (CASTRO, 1986). De lá para cá muita coisa aconteceu, sempre refletindo o contexto político de sua época, sendo que a variedade de formatos organizacionais e modos de atuação expressavam os desafios enfrentados em cada conjuntura.

Para mim, que tive meu primeiro contato com a atividade sindical na condição de filho de um servidor público, a greve significava, naquela época, a possibilidade de realizar uma

viagem para a capital do estado e passear naquele mundo desconhecido da cidade grande, com seus prédios, parques e estádios. Minhas recordações dão conta de visitar um ginásio lotado, com trabalhadores gritando, balançando bandeiras e soprando apitos, revoltados com alguma situação que, na época, eu não compreendia, mas que me marcou pela grandiosidade e a forma acalorada com que tratavam do assunto.

Muitos anos depois, ao ingressar no mercado de trabalho, como técnico-administrativo em educação (TAE) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), aos poucos fui percebendo a importância da atividade sindical na luta pelos interesses coletivos. Não demorou muito para a primeira greve de minha categoria ser deflagrada e, desde então, minha participação no Sindicato se tornou rotineira.

Ainda que o envolvimento nos debates políticos sempre tenha estado presente em minha vida, com a militância sindical ele se tornou mais sério e frequente, sendo que a participação em greves exerceu uma forte influência sobre as posições políticas que atualmente defendo. Como Representante no Conselho de Representantes do Sindicato dos Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada (ASSUFRGS) na Escola de Administração da UFRGS, tenho em meu cotidiano uma constante atividade sindical.

Considero, inicialmente, que todo trabalhador segue, no desempenho de sua rotina de trabalho, uma lógica constituída por padrões e fluxos definidos. Quando as características da atividade pressupõem uma não rotina, a alternância se torna a própria lógica deste trabalhador. Neste caso, as surpresas e imprevistos estão dentro da dinâmica do ramo de atuação e, portanto, dentro de uma normalidade esperada. Exemplo disso é o que ocorre com um motorista de ônibus urbano ao se deparar com um pneu furado, uma via bloqueada ou um acidente de trânsito. Ainda que algumas dessas situações aconteçam com bastante frequência, outras podem ser mais raras, o que não lhes retira a vinculação ao tipo de trabalho que desenvolve.

O desempenho rotineiro das atividades se torna, então, a fonte das experiências sociais concretas do trabalhador. Baseando-se nelas e em suas representações e simbolizações, ele constitui sua noção da realidade que, por sua vez, está recheada de ilusões e dissimulações que o privam da consciência sobre as contradições próprias do sistema em que vive.

Acordar todo dia, dirigir-se ao local de trabalho, executar suas tarefas, voltar para casa e ao final do mês receber seu salário, ou seja, vender sua força de trabalho é uma rotina naturalizada para a maioria dos trabalhadores. Em seu fazer diário, o trabalhador não se dá

conta de que essa realidade é, também, criada por ele¹:

E isso é precisamente o que a alienação humana consiste – o homem dividido de si mesmo, da natureza, da sua própria natureza, da sua consciência, arrastado para baixo e desumanizado pelos seus próprios produtos sociais. [...] A sociedade torna-se um mecanismo e um organismo que deixa de ser compreensível para as pessoas que dele participam e que mantém através de seu trabalho. Os homens são o que fazem, e pensam de acordo com o que são. E ainda assim, eles são ignorantes do que fazem e do que são. Suas próprias obras e sua própria realidade estão fora de seu alcance (LEFEBVRE, 1991a, p. 180).

Considerando que é o trabalho, em última análise, o meio para realizar os objetivos da humanidade como tal (LEFEBVRE, 2002, p. 183), no momento em que se está trabalhando para outro, os objetivos do trabalhador (classe social) e os da empresa (ficção jurídica criada para servir ao capital) não podem estar em sintonia. Em meio à alienação do trabalho assalariado, é no estar empregado, executando suas tarefas diárias, distantes do resultado final da produção coletivamente realizada, que o trabalhador pensa estar se realizando como ser humano, sem saber que, muitas vezes, está contribuindo para algo que contraria seus próprios valores e crenças.

Para Lefebvre (1991a, p. 59), na sociedade moderna as pessoas posicionam o trabalho no lado externo de suas vidas. A essência da atividade desempenhada para outro, em troca de salário, não lhe diz respeito, trabalhar “não é a satisfação de uma necessidade, mas um mero meio para satisfazer as necessidades fora de si”. Nesse sentido, o trabalhador não se sente em casa quando está no trabalho, e não pode ser plenamente feliz porque as únicas atividades que lhe restam para desempenhar livremente, como ser humano que é, são as que satisfazem as suas necessidades mais básicas, como comer, beber e procriar: “[...] a atividade espontânea da imaginação humana, o cérebro humano e o coração humano se separam do indivíduo e reaparecem como atividade alienígena de um deus ou de um diabo, assim que a atividade do trabalhador não é uma atividade espontânea própria dele” (LEFEBVRE, 1991a, p. 60).

Sem saber, o trabalhador está criando a si mesmo sem fazer uso de sua capacidade criativa própria. Isso o leva a perder o controle sobre sua criação, ao mesmo tempo em que se desumaniza, já que “a totalidade de objetos e produtos humanos tomados em conjunto formam uma parte integrante da realidade humana” (LEFEBVRE, 1991a, p. 169). Esta contradição não é aparente para o trabalhador e reflete-se de forma distorcida em sua vida cotidiana como uma ambiguidade, não permitindo que se posicione a esse respeito.

Quebrando essa rotina, a deflagração de uma greve impõe o extraordinário na vida do trabalhador. Ela é um momento que rompe com a dinâmica usual de uma atividade e durante o qual não se pratica o trabalho formalizado na estrutura organizacional, mas o trabalho e a ação

¹ Todas as Traduções de textos de Henri Lefebvre são nossas.

em prol dos objetivos do movimento. Até porque para que uma greve se concretize, uma série de desafios precisam ser enfrentados.

Na naturalização da lógica cotidiana do trabalho, na qual está incluída a competição e o individualismo, impõe-se ao trabalhador a necessidade de se destacar entre seus colegas e de ver o outro “como fora de si mesmo, em oposição a si mesmo” (LEFEBVRE, 1991a, p. 93). Isso se reflete no cotidiano como uma ilusão de que cada um é responsável pelo seu sucesso ou fracasso, congelando todos os demais fatores que envolvem a totalidade da vida humana. Em relação à greve, o trabalhador que pretende construir uma boa carreira vê no envolvimento sindical um entrave, pois a perseguição a trabalhadores grevistas, ainda que ilegal, é muito presente nas organizações, podendo assumir formas veladas ou expressas.

Em alguns ramos do trabalho assalariado, muitas vezes, a relação conflituosa ou a reivindicação que deu origem à insatisfação, não está associada à chefia mediata, distante e quase inatingível, como o governo central de um país. Nestes casos, o prejuízo pelo serviço interrompido é perceptível mais diretamente por aquele que vive o mundo social próximo ao trabalhador: o usuário daquele serviço. Já aquele a quem se quer atingir, o empregador, geralmente não tem a exata dimensão do transtorno gerado e, portanto, pouco sente os efeitos da greve. Isto se torna uma arma de que se aproveitam os patrões já que, com o apoio da mídia corporativa, jogam a opinião pública contra o movimento. Esta situação gera, muitas vezes, nos trabalhadores engajados nos movimentos grevistas uma sensação de impotência em relação à efetividade da greve como instrumento de pressão, além de um conflito ou animosidade entre o trabalhador e aqueles que são atingidos diretamente. Um dos resultados pode ser, muitas vezes, a não adesão de trabalhadores ao movimento.

O não agir do trabalhador pode ser de toda categoria ou de partes dela, rompendo com sua coesão. Muitas vezes, os trabalhadores que não aderem à greve o fazem não por discordar de sua necessidade, mas por deixar que outros façam por eles, já que assim não sofrem os riscos da participação e ainda são beneficiados pelos possíveis ganhos que dela resultem. A relação entre grevistas e não grevistas fica estremecida. O primeiro grupo cria uma animosidade com aqueles que não se somam, já que sabem que a força do trabalhador está na sua coletividade; já os não grevistas distanciam-se das questões coletivas, agem por conta própria ou simplesmente se evadem, delegando a tarefa ao sindicato, como se fossem clientes. Ao mesmo tempo, há aqueles que consideram ilegítimo o movimento e, por estarem engajados na rotina do trabalho, criam uma visão de desordem e perturbação, já que sentem os efeitos da falta de seus colegas ao trabalho. Esta situação pode permear todo o período da greve e permanecer mesmo após seu término.

É neste sentido que, durante uma greve, é preciso realizar um constante esforço de aproximação entre os efeitos práticos das ações adotadas e os objetivos do movimento. O emprego de táticas sem um alvo definido e claro dispersa energias sem alcançar aqueles a quem pretende atingir, o patrão, além de desgastar o movimento em relação aos seus participantes e à sociedade.

Geralmente, a decisão de entrar em greve é tomada gradualmente, ela resulta de um acúmulo de sentimentos que transborda a cômoda monotonia do fazer diário. Entre estes sentimentos é fundamental a crença na possibilidade de uma realidade diferente da atual e, para que isto ocorra, é necessário um intenso trabalho de mobilização feito por lideranças ou a irrupção de um acontecimento impactante que desperte a necessidade de buscar algo novo. De uma forma ou outra, a greve não surge sem que haja atos preparatórios: assembleias, reuniões nos setores de trabalho, reuniões dos representantes sindicais com os empregadores, divulgação para as bases das propostas ou negativas negociais. Enfim, tudo isto são ações e etapas anteriores à greve que começam a introduzir o trabalhador em uma esfera de insurgência, fruto do descontentamento com a realidade vivida e a esperança de viver em outra.

Se, de um lado, o trabalhador menos engajado vai desenvolvendo ideias de insubordinação à medida que seu cotidiano vai sendo preenchido por conversas com colegas, participação em assembleias, leitura de textos emitidos pelo sindicato etc., o trabalhador militante transforma seu cotidiano em uma espécie de campanha a favor da mobilização, buscando atingir o primeiro grupo. Enquanto o segundo grupo passou pela dor da decisão, o primeiro, ou não concorda com o movimento ou ainda não enfrentou o dilema da escolha e evita, ainda que não conscientemente, os dramas decorrentes da decisão, já que isso lhe traz um conforto momentâneo.

Lefebvre (2002, p. 219) indica que:

Fora dos períodos críticos (quando alguma coisa problemática tem mais importância do que a estabilidade adquirida, quando a conjuntura desmonta a estrutura², quando a estratégia leva à ascendência e quando a necessidade de escolher se torna aparente e marca um momento de bifurcação no processo de desenvolvimento e transformação social), os grupos humanos vivem em modo de ambiguidade.

No entanto, durante períodos de agitação social, a ambiguidade da vida cotidiana dá lugar à possibilidade de escolha e grupos sociais passam a perceber os caminhos que se apresentam à sua frente, tomando partido em uma ou outra direção. Isto remete a entender a greve como um projeto de superação do presente. Nas suas pautas e demandas, os

² Segundo Lefebvre (2014, p. 305), estrutura é “[...] um equilíbrio precário entre forças opostas de estabilização momentânea e revolução”.

trabalhadores depositam seus desejos e necessidades de mudança, fruto de uma reflexão assentada nos caminhos que se mostram possíveis. Ainda que toda pauta seja atendida, o novo formato social buscado jamais se realizará em sua totalidade. Porém, o exercício de buscar novos caminhos estende o horizonte de possibilidades do trabalhador, já que lhe traz novas experiências concretas.

Para os que decidem aderir ao movimento, a rotina (ou não rotina) de uma greve o absorve de tal maneira que as relações sociais, o contato com os instrumentos e o próprio objeto do trabalho, passam a lhe ser estranhos. Como no intervalo de um filme, o roteiro da vida cotidiana do trabalhador é suspenso, as preocupações comuns ao ambiente de trabalho se tornam vazias, todo universo que lhe norteava é substituído temporariamente, e uma nova dinâmica cotidiana se forma.

À medida que esta mudança ocorre, os limites do possível começam a ter suas margens alargadas. Se a experiência de uma greve transforma o cotidiano, para muitos trabalhadores uma nova visão da realidade ganha espaço, e antigas contradições ocultas pela alienação da rotina são descortinadas (ainda que novas possam surgir).

Lefebvre (2002, p. 198) explica que a consciência da realidade que o trabalhador possui está ligada à ação e à relação, e não a uma substância, ela é:

[...] o confronto entre as consequências de problemas, a procura de uma solução, a clareza de expectativa, perspectiva e escolha entre possibilidades (e impossibilidades). Ela nasce na ação e a ação faz ela nascer. Ela nasce no trabalho e o trabalho a leva para fora. Ela é produtiva, é autoprodutiva; ela resolve o problema embutido no que ele cria. Ela é o próprio trabalho, e ainda assim ela escapa do que esse trabalho realiza. Ela nega e substitui, mas não pode ser definida como uma negatividade absoluta sozinha.

Além disso, as novas práticas colaboram para a mudança dos trabalhadores. Se antes eram fruto de temáticas laborais mecanizadas, agora, elas se constituem de relações sociais autênticas, derivadas da busca por objetivos comuns e conhecidos que expressam as necessidades de um grupo social e que são por ele definidas.

Como trabalho coletivo, a greve representa a busca da realidade possível elencada entre os caminhos que se demonstram em um projeto de futuro. Assim, o grevista se move para saciar suas necessidades de mudança. Com o apoio de Lefebvre (2002, p. 348), se pode entender a greve como sendo um momento, uma “tentativa de alcançar a total realização de uma possibilidade”, um vir-a-ser. Nela, o trabalhador aproxima-se de seu objeto, deixando de vê-lo como externo a si mesmo. Assim, tem-se a abertura de um caminho, tanto para a prática criativa humana genuína como para a humanização de sua realidade.

O transcorrer de uma greve varia de situação para situação, a diversidade de formatos

não permite classificações, mas algumas características costumam ser comuns. O desenrolar de uma greve se dá no e pelo cotidiano, acompanhado do surgimento de questões políticas e econômicas de cada caso e contexto. Ainda assim, o que se pode elencar como característica organizacional mais usual é um processo de tomada de decisões que tende à horizontalidade, através de reuniões e assembleias gerais nas quais todos têm voz e a decisão final é por consenso ou aprovação pela maioria. Ainda que boa parte dos grevistas não se envolva tanto com a organização desses eventos, uma boa parcela o faz. Para os que se envolvem, o cotidiano da greve é a própria organização dessas atividades, dentre outras.

Dependendo do número de grevistas, do tamanho da instituição e das condições físicas do espaço existente, um conjunto de tarefas se faz necessário: equipamentos de som, cadeiras, mesas, panfletos, camisetas, adesivos e faixas; tudo isto precisa ser preparado e é o próprio trabalhador que precisa fazê-lo, não sendo raras as vezes que o faz com recursos de seu próprio bolso. As dificuldades financeiras, que já eram enfrentadas antes, podem ser agravadas. Entre outros gastos e riscos, é possível citar as chamadas extras do sindicato, os gastos com transporte e comunicação, os cortes de ponto, a imposição de multas e, inclusive, a demissão.

O envolvimento nessas atividades cobra um preço que, muitas vezes, envolve familiares e amigos. Como exemplo, podemos citar o pai que precisa buscar o filho na escola, a mãe que precisa dar café da manhã aos seus filhos, o estudante que possui compromissos em seu curso; todas essas atividades podem sofrer alteração, já que o tempo em uma greve não segue o rito ordinário e linear, mas é ditado por impulsos e circunstâncias imprevisíveis. Em algumas circunstâncias o trabalhador pode ter atividades parecidas em turnos definidos e sequenciais (palestras previamente agendadas, por exemplo), mas em outras ele pode ter uma continuidade expandida, não importando o ciclo biológico de seu corpo e da natureza. A desregulação de seus horários sacode a vida cotidiana do grevista: a prova da faculdade, o lazer ao final da tarde, o almoço com a família, o descanso no final de semana, as viagens já agendadas; tudo isto tem sua regularidade interrompida. A ausência dos encontros familiares e sociais, e a convivência com sentimentos e preocupações se tornam constantes. Um ato de ocupação é o exemplo mais palpável. Nele, a permanência em certo local é incessante, o que coloca os trabalhadores em uma situação sem sintonia com seu funcionamento orgânico.

Ainda que estas pequenas questões, somadas, possam trazer problemas, é o choque com as forças de repressão que causa maior impacto, porque o trabalhador vive uma constante apreensão quanto à sua segurança física e jurídica. A visão de senso comum, e em especial das forças policiais, quanto ao caráter ilegítimo de uma greve, colocam o grevista em frequentes

situações de perigo, prisões arbitrárias, inalação de gases tóxicos, agressões físicas e verbais. Exposto a estas situações, o trabalhador passa a ter uma visão clara de quem defende seus interesses e quem está do outro lado. Neste sentido, algumas contradições são desveladas a partir da experiência concreta, e a ingenuidade sobre a imparcialidade de alguns atores envolvidos nesta trama é rapidamente superada.

Se, para o trabalhador, a visibilidade de seu movimento através de atos públicos, piquetes e ocupações de espaços, é peça chave na busca por suas reivindicações; para as forças de repressão, a diminuição do mesmo é o objetivo buscado. Assim, o embate pode ocorrer a qualquer momento. Então, logo que possível são elaboradas estratégias e formadas equipes para garantir a vigília e a segurança do movimento. Em geral, as pessoas que delas participam não têm qualquer experiência na área e enfrentam a necessidade de fazê-lo como mais um desafio.

Existem várias frentes no cotidiano de greves e ocupações, como p. ex., limpeza, alimentação, comunicação etc. A diversidade de equipes varia conforme a extensão temporal, o volume de membros e a intensidade do movimento. Como a vitória em uma greve só se realiza coletivamente, cada trabalhador precisa dar sua parcela de colaboração da forma que o movimento exigir. Nesse sentido, a prática de atividades que não sejam habituais é comum e fortalece a noção de que o trabalho é socialmente desenvolvido, ainda que dividido em tarefas.

De uma forma organizada, os trabalhadores exercem estas atividades obedecendo uma lógica muito simples: aquilo que for preciso fazer será feito. Cada situação exige uma determinada atitude e, nesse sentido, ocorre uma relação entre necessidade de mudança e prática que define diariamente a construção do movimento. A persistência dos trabalhadores é colocada à prova constantemente.

É através da reinvenção diária das táticas e estratégias em uma greve que a vida cotidiana encontra sua forma de metamorfosear-se. Nesse sentido, a elaboração destas formas organizadas de mudança se dá a partir da crítica à antiga forma de viver, abrindo uma janela para a transformação: “Na medida em que todos os dias há uma realidade que deve ser metamorfoseada, desafiada e impugnada pela crítica, isto pode ser observada no nível das táticas, das forças e suas relações, dos estratagemas e suspeitas. A sua transformação ocorre no nível dos eventos, estratégias e momentos históricos” (LEFEBVRE, 2002, p. 135).

Para aqueles que viam no sindicato uma espécie de clube, onde são oferecidas atividades recreativas, estruturas para a prática de esportes e eventos sociais, o sindicato se torna um órgão de aglutinação de interesses econômicos e políticos da classe. A necessidade

de aventura, sonho e fruição, que antes era atendida pelas atividades de lazer próprias da sociedade moderna através de atividades passivas (LEFEBVRE, 1991a), passa a ser saciada pela luta diária que a greve proporciona.

As atividades cotidianas da greve envolvem o trabalhador em um ambiente crítico e reivindicatório. A tomada de decisão, feita no momento da deflagração da greve, é repetida todos os dias com fins de manter, ou não, a postura paredista. Esse processo realizado autonomamente desperta no trabalhador a consciência de que ele não é um consumidor de ideias alheias e um realizador de ações pensadas por outros. Esse preenchimento da vida cotidiana, com circunstâncias práticas que a greve proporciona, gera uma aproximação entre a vida política e a realidade do trabalhador.

Como o comando da greve é constituído pelos presentes no movimento, qualquer um pode ser o seu principal ator. Veja-se o caso em que, em meio a uma ocupação, um mandato de reintegração de posse é expedido. Aqueles que estiverem fazendo seu plantão no local precisarão decidir se acatarão a ordem judicial, o que os torna representantes legítimos do movimento e figuras decisivas nos seus rumos. Esta é uma situação pela qual todos grevistas podem passar e em algum grau é seu cotidiano.

Também é verdade que as tecnologias alteraram em muito a forma como estes movimentos se organizam. A combinação de atos, a localização das forças de repressão e o aviso instantâneo de qualquer nova situação aceleram o processo de comunicação entre os grevistas possibilitando reações rápidas. A disseminação de informativos, textos de avaliação da conjuntura, palestras educativas, oficinas, minicursos etc., também através das redes sociais, aproximam o trabalhador do movimento mesmo quando não está fisicamente presente.

Outro aspecto é que o clima gerado pelas atividades culturais, a solidariedade na luta comum e a unicidade de objetivos despertam relações de amizade e, também, inimizades que extrapolam o ambiente laboral. A sociabilidade é o principal motor cotidiano do movimento.

Com o fim da greve, a rotina de trabalho é retomada. Contudo, isso não ocorre sem perdas e ganhos. Durante esse processo, a vida cotidiana do trabalhador é reacomodada, incorporando novos elementos e reassumindo antigos, ainda que com novas roupagens. A luta travada durante a greve é arrefecida, mas o acúmulo de experiências vividas permite ao trabalhador formar uma nova visão sobre a realidade. A partir dela, é possível projetar um novo horizonte e, com isso, trilhar novos caminhos.

Comigo não tem sido diferente. O conjunto de experiência vividas durante as greves das quais participei influenciaram tanto meu ingresso no Curso de Mestrado como a

construção dessa dissertação. A seguir, relato um pouco desse processo.

Em 2015, construímos uma das maiores greves da história da ASSUFRGS. Em uma luta que durou mais de cem dias³, quase todas universidades, institutos e centros tecnológicos do Brasil se uniram para “lutar contra o ajuste fiscal e o arrocho salarial, e em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada” (FASUBRA, 2015, p. 2). Dentre as greves que participei, essa foi a de maior envolvimento até então, de sorte que durante sua construção vi meu cotidiano ser totalmente transformado. A participação nas atividades afetou todas as dimensões de minha vida, como família, relacionamento, trabalho e, inclusive, minha agenda de estudos.

Naquele momento, estava iniciando a construção de meu objeto de estudo e, não obstante já cogitar trabalhar com o tema da greve, não possuía uma problematização adequada. Embora o envolvimento na greve tenha se dado por convicções políticas, a Proposta de Dissertação que apresentei mais tarde teve nela, além de um estímulo, um primeiro terreno empírico.

Como em praticamente todas as greves há uma pauta geral⁴ e outra local⁵, no início de 2016 questões ligadas à democracia interna e às relações de trabalho da UFRGS geraram uma nova greve. Dessa vez, tratou-se de um movimento bem mais curto e específico que envolveu a Administração Central da UFRGS e os TAEs da Universidade (ASSUFRGS, 2016a).

Apesar de programada para durar apenas 72 horas⁶, a construção dessa greve foi muito trabalhosa, demandando energia tanto em seu planejamento como em sua execução. Para dar

³ Essa greve durou 133 dias nacionalmente (FASUBRA, 2015) e 131 em Porto Alegre (ZERO HORA, 2015).

⁴ A pauta Geral de uma greve está ligada às reivindicações gerais do movimento, via de regra compartilhado com outras entidades. Como exemplo, a greve de 2015 dos TAEs de Instituições Federais de Ensino tinham, segundo a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) (2015b) a seguinte pauta geral: revogação das Leis que criaram a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (FUNPRESP); política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias; Índice linear de 27,3%; estabelecimento de data-base em 1º de maio; direito de negociação coletiva (convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)) e liberação de dirigentes para o exercício de mandato classista; paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas; retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos trabalhadores; isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes; anulação da reforma da previdência de 2003, realizada por meio de compra de votos de parlamentares; extinção do fator previdenciário; incorporação de todas as gratificações produtivistas; fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores; imediata realização de concurso público pelo Regime Jurídico Único (RJU).

⁵ A pauta local de uma greve está ligada às reivindicações mais restritas e específicas do movimento. Como exemplo, no primeiro semestre de 2016 os TAEs da UFRGS realizaram uma greve por tempo determinado em que reivindicou-se a paridade nas eleições internas da Universidade (incluindo a consulta para Reitor que atualmente segue a proporção 70% docentes, 15% estudantes e 15% técnicos) e a assinatura dos planos de flexibilização da jornada de trabalho e contra o sistema de login imposto autoritariamente pela Administração Central (ASSUFRGS, 2016a).

⁶ Entre os tipos de greves existentes, podemos citar as greves por tempo indeterminado e as por tempo determinado.

conta da vontade de lutar dos trabalhadores, optamos por atos impactantes, concentrando as forças em uma ocupação do prédio da Reitoria. Dessa forma, iniciando antes e terminando após as datas anunciadas como sendo de início e fim da greve, o movimento propiciou experiências muito ricas nas mais de 90 horas em que o prédio da reitoria esteve ocupado. Durante o período, minha participação não foi só como trabalhador grevista, mas também como pesquisador, já que naquele momento estava problematizando a construção de meu objeto de pesquisa.

Apesar de ter ingressado no Curso de Mestrado em março de 2015, alguns meses antes eu já estava participando do Grupo de Pesquisa Organização e Praxis Libertadora (OPL). Junto aos compromissos regulares do Curso, vários estudos foram realizados no Grupo, entre eles, o estudo da obra “Crítica da Vida Cotidiana”, de Henry Lefebvre (2014), que teve início no segundo semestre de 2015. Com isso, aos poucos fui me vinculando à linha teórica trazida pelo autor, resultando, por fim, em meu principal referencial teórico nessa Dissertação.

Embora tenha iniciado a leitura dessa obra antes de me decidir pelo tema da greve, com o avanço dos estudos passei a vivenciar minhas experiências na greve sob uma perspectiva diferente, e isso me trouxe algumas indagações. Entre elas, estava a análise da greve a partir da vida cotidiana.

Com o tempo, também fui construindo uma reflexão pautada na totalidade do cotidiano, já que ele é um espaço de interação, mistura, junção e confronto, um nível da realidade. Com o apoio da teoria, busquei explorar seus diversos aspectos, mas não de forma isolada, e sim a partir de conexões, já que

A vida cotidiana está profundamente relacionada a todas as atividades, e engloba todas as suas diferenças e conflitos; é o seu lugar de reunião, a sua ligação, a sua base comum. É na vida cotidiana que somam-se todas as relações que fazem o ser humano - e todo ser humano - um todo que forma e é formado. Nele se expressam e cumprem essas relações que põem em jogo a totalidade do real, embora com uma certa maneira que é sempre parcial e incompleto: amizade, companheirismo, amor, a necessidade de comunicar, jogar, etc. (LEFEBVRE, 1991a, p. 97).

Nesse sentido é preciso ter em mente uma forma de reflexão, na qual conceitos como trabalho e repouso, férias e cotidiano, só fazem sentido se contrapostos. Ao negar a lógica estruturalista que analisa cada fragmento de modo isolado, é possível compreender a dinâmica que rege a realidade a partir de uma visão totalizante da sociedade (LEFEBVRE, 2014). Em razão disso, a greve precisa ser analisada em conjunto com seu contraponto, a vida cotidiana regular do trabalhador, estabelecendo as relação existentes que ora negam e ora reproduzem sua lógica.

A evolução dessas reflexões sob o impacto dos acontecimentos, permitiu que eu

amadurecesse, gradualmente, a compreensão sobre a construção da greve e sobre o referencial teórico que adotei (LEFEBVRE, 2014). Ou seja, a construção do objeto de pesquisa refletiu a trajetória de acontecimentos que se deu nesse período recheado de transformações, rupturas e recomeços. Porém, embora já possuísse um referencial teórico, um objeto de pesquisa e um campo empírico definido, a eclosão de novos fatos no segundo semestre de 2016 me levaram a uma nova transformação, tanto em meu cotidiano como em meu objetivo de estudo.

Quando apresentei a Proposta de Dissertação, em setembro de 2016, tinha como objetivo geral “analisar a construção cotidiana de movimentos grevistas ocorridos nos últimos dois anos em Porto Alegre; e o primeiro objetivo específico era “identificar entre os movimentos grevistas ocorridos no período recente em Porto Alegre a natureza da categoria (tipo de trabalho regularmente desempenhado) e a duração do movimento (incluindo seus antecedentes)”. No entanto, a agitação política provocada pelo golpe parlamentar e as medidas que se seguiram a ele, levaram a um momento de intensa mobilização na UFRGS. Várias paralisações, aulas públicas e atos estavam sendo realizados, o clima era de muita indignação e revolta e a necessidade de intensificar a resistência eram evidentes. Com as ocupações estudantis se alastrando por toda a Universidade, a deflagração da greve era apenas uma questão de tempo. Foi assim que no dia 8 de novembro os TAEs entraram em greve. Na sequência, os docentes também o fizeram. Devido à relevância e proximidade, adequiei minha Proposta de Dissertação e adotei como principal campo empírico de estudo os movimentos grevistas ocorridos na UFRGS em novembro e dezembro de 2016.

Assim, em diálogo com as proposições teóricas de Henry Lefebvre sobre a vida cotidiana, trago como problema de estudo a construção cotidiana destes movimentos grevistas por Técnico-administrativos apoiados pela ASSUFRGS e docentes apoiados pelo ANDES - Seção Sindical UFRGS.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a construção cotidiana dos movimentos grevistas ocorridos em novembro e dezembro de 2016 na UFRGS. Já os objetivos específicos foram: descrever as principais atividades dos movimentos grevistas; descrever a construção cotidiana das greves partindo das experiências vividas pelos trabalhadores; analisar os conflitos, experiências, práticas, rupturas, repetições e criações em meio à construção cotidiana da greve; analisar em que sentido essas experiências podem contribuir para transformar a vida cotidiana desses trabalhadores.

Na sequência, apresento, com base em dados secundários, o contexto do estudo (leitura dispensável para os que acompanharam os fatos no período recente) e uma descrição, com base em dados secundários e memórias pessoais registradas no diário de campo, dos

principais acontecimentos produzidos pelos movimentos grevistas, em ordem cronológica, para que as referências feitas no capítulo 3 possam ser compreendidas. Segue, no Capítulo 2, uma síntese da abordagem teórica que fundamenta essa Dissertação. Finalmente, a parte principal, expressão de vivências pessoais e do diálogo com colegas técnicos (6) e docentes (3) ativos na construção das greves⁷. As entrevistas foram realizadas em janeiro, maio e junho de 2017 e seguiram um roteiro (Apêndice A), foram gravadas e integralmente transcritas. O tratamento foi dialógico-interpretativo, articulando minhas memórias, as declarações dos entrevistados e o referencial lefebvriano sobre a vida cotidiana. Para isso, foi elaborado um plano de análise (Apêndice B). Trata-se, portanto, de um estudo no qual se conectam ativismo e teoria, resultando em significados inseparáveis da própria luta que o inspirou. Esta perspectiva de pesquisa expressa um lugar no qual academia e ativismo se encontram (BOOKCHIN et al., 2013). O trabalho se encerra com as considerações finais.

⁷

O critério de escolha foi terem sido ativos nos respectivos comandos de greve.

1 CONTEXTO DE ESTUDO

1.1 GOLPE PARLAMENTAR, PEC DO FIM DO MUNDO E REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Antes de assumir o segundo mandato como presidente do Brasil, após uma vitória apertada de três pontos percentuais para o segundo colocado (candidato Aécio Neves), Dilma Rousseff já tinha sua investidura no poder sendo contestada⁸. Na sequência de sua posse, com a crise política e econômica do país e a redução da base aliada no Congresso Nacional⁹, a pressão sobre o governo foi se intensificando. Entre os acontecimentos que antecederam a abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, ocorrida no dia 12 de maio de 2016, se destacam o mandado de condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹⁰, o vazamento de uma carta de desabafo do Vice-Presidente Michel Temer direcionada ao Gabinete da Presidência¹¹, e a cobertura seletiva e espetacular das investigações da Lava Jato¹² pela mídia corporativa.

Embora o impeachment da presidenta Dilma Rousseff tenha se concretizado em 31 de agosto de 2016, a articulação política que o originou teve início meses antes. Segundo conversa vazada entre o Ministro do Planejamento e Senador licenciado, Romero Jucá (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), e o ex-presidente da Petrobras Transporte S.A (TRANSPETRO), Sérgio Machado, a única saída para estancar a “sangria”

⁸ Quatro dias depois das eleições que deram a vitória a Dilma Rousseff, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entrou com um pedido de auditoria sobre o resultado das eleições presidenciais no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “Na ação, o coordenador Jurídico Nacional do PSDB, o deputado federal Carlos Sampaio, ressaltou que, passadas as eleições, surgiram uma série de denúncias e desconfianças por parte da população. 'Nas redes sociais, os cidadãos brasileiros vêm expressando, de forma clara e objetiva, a descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e a infalibilidade da urna eletrônica, baseando-se em denúncias das mais variadas ordens, que se multiplicaram após o encerramento do processo de votação, colocando em dúvida desde o processo de votação até a totalização do resultado', diz” (MATTOS, 2014).

⁹ Nas eleições legislativas para a Câmara dos Deputados de 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu 18 deputados federais a menos em relação às eleições de 2010, o PC do B (seu aliado) 5 a menos, e o PMDB 13 a menos (D'AGOSTINHO, 2014).

¹⁰ No dia 4 de março de 2016 o Juiz Sérgio Moro decretou diversas medidas contra Lula e seus familiares, como mandado de condução coercitiva, busca e apreensão e escutas telefônicas.

¹¹ Em dezembro de 2015, o vice presidente Michel Temer enviou uma carta ao gabinete da presidente Dilma Rousseff desabafando: 'Entretanto, sempre tive ciência da absoluta desconfiança da senhora e do seu entorno em relação a mim e ao PMDB. Desconfiança incompatível com o que fizemos para manter o apoio pessoal e partidário ao seu governo” (CRUZ; LIMA; DIAS, 2015).

¹² Lava Jato foi o nome dado à operação da Polícia Federal que investiga escândalos de corrupção na PETROBRAS que envolveram boa parte da elite política e empresarial brasileira, incluindo os principais partidos políticos.

(denúncias de corrupção envolvendo a Lava Jato) era um grande acordo nacional, “com o Supremo, com tudo” (OUÇA, 2016). Com o acordo, o ministro pretendia retirar Dilma do poder, e, conseqüentemente, barrar as investigações, delimitando-as aonde haviam chegado até aquele momento. Além disso, em abril de 2016, Michel Temer admitiu que o processo de impeachment só foi instaurado porque o Partido dos Trabalhadores (PT) se recusou a fazer um acordo com o ex Deputado Eduardo Cunha visando absolvê-lo no conselho de ética da Câmara dos Deputados (GÓIS, 2017).

Assim, no dia 31 de agosto de 2016, o mandato da Presidenta foi caçado, e o então Vice-Presidente Michel Temer assumiu seu cargo efetivamente na mesma data. De fato, ele já exercia interinamente a Presidência desde 12 de maio de 2016, quando da aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal.

No dia 16 de junho de 2016, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 329/2016 contendo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016 (a chamada PEC do Fim do Mundo¹³), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal (BRASIL, 2016a). Acompanhava o documento a Exposição de Motivos Interministerial nº 83/2016, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, defendendo as medidas para “reverter, no horizonte de médio e longo prazo, o quadro de agudo desequilíbrio fiscal”, já que, segundo o documento, “a raiz do problema fiscal do Governo Federal está no crescimento acelerado da despesa pública primária”¹⁴ (BRASIL, 2016b, p. 4).

Algumas medidas antecederam a proposição da PEC do Fim do Mundo. Em 28 de março de 2016, o Governo Dilma Rousseff enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1 de 2016, que tinha como principal objetivo alterar a meta fiscal para um superavit de R\$ 2,7 bilhões, podendo chegar a um deficit de R\$ 96,7 bilhões. Já no dia 23 de maio, o Governo Michel Temer reapresentou o tema através da Mensagem 282, agora fixando a nova meta da União para um deficit de R\$ 170,5 bilhões, o que acomoda:

[...] os cenários mais pessimistas no que diz respeito às frustrações de receitas e aumento de despesas. Com isso, o Governo vem sinalizando que pretende promover um ajuste nas contas públicas com foco nas despesas primárias, principalmente as vinculadas a receitas. Em diversas declarações à imprensa, o atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem afirmado que o problema da despesa pública é estrutural, em razão, principalmente, das despesas obrigatórias definidas na Constituição Federal (CF) e que, portanto, para controlá-las, seria necessário reformar a CF/88 (DIEESE, 2016, p. 3).

¹³ PEC do Fim do Mundo foi o nome dado à medida que estabelecia limites aos investimentos públicos no setor primário. Tal nome faz referência aos danos que acarretará ao país nos próximos 20 anos.

¹⁴ De natureza obrigatória ou discricionária, a despesa primária, ou não financeira, é o conjunto de despesas viabilizam a oferta de serviços públicos à sociedade, deduzidas as despesas financeiras. São exemplos os gastos com pessoal, custeio e investimento.

A proposta apresentada pelo Governo consolidou a tese, por ele defendida, de que o Brasil passava por uma crise fiscal provocada pelo desequilíbrio em seu resultado primário¹⁵. Tal perspectiva negligenciou fatores externos (como os efeitos da crise político-econômica internacional e a consequente queda de arrecadação) e os cerca de 42,43% do Orçamento Geral da União de 2015 destinados ao pagamento de juros e amortização da dívida pública (despesa financeira). Além disso, colocou a culpa da crise na falta de limites para as despesas primárias como saúde e educação, que corresponderam respectivamente, a 4,14% e 3,91% do Orçamento Geral da União executado em 2015 (FATTORELLI, 2016).

O Governo alegou um aumento acelerado (acima da inflação) da despesa pública primária, em descompasso com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o que tornaria o problema estrutural e insustentável no longo prazo. No entanto, segundo Nota Técnica emitida pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2016, p. 6), diante da análise dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a conclusão é outra:

A observação desses dados parece ir contra a ideia de que tem havido um descontrole das despesas, mas sim de que o problema fiscal está associado à estagnação econômica de 2014, seguida pela crise, e ao ajuste recessivo adotado em 2015. As despesas primárias, como se disse, tiveram um comportamento compatível com o aumento das receitas até 2012. Essas últimas aumentaram por efeito do ciclo de crescimento e da maior formalização da economia, como se evidencia pela estabilidade da carga tributária como percentual do PIB na casa dos 33%. Foi em 2014 e em 2015, sob efeito da crise internacional e da perda de dinamismo interno, aliado ao ajuste recessivo adotado em 2015, que as receitas se deprimiram comprometendo o equilíbrio fiscal.

Entre as motivações, elencadas pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles e pelo Ministro do Planejamento Dyogo de Oliveira, para aprovar a PEC, estava a necessidade de “mudança de rumos nas contas públicas” (BRASIL, 2016c, p. 4). Segundo os Ministros, o Governo Michel Temer recebeu a economia nacional em um estado crítico, consequência da política de desequilíbrio fiscal praticada nos últimos anos. Para o Deputado Federal Darcísio Perondi, relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar a PEC 241 (BRASIL, 2016a, p. 26), o fundamento da medida estava no fato de que “o governo anterior nos deixou uma genuína herança maldita”, fruto da “péssima gestão” causada pelas “manobras contábeis, decretação de despesas sem autorização do Congresso e 'pedaladas fiscais': para além dos crimes de responsabilidade que, com justiça, levaram ao afastamento definitivo da senhora Dilma Rousseff”. No documento, o relator da proposta alegou que a política econômica e financeira do Governo Dilma Rousseff “foi uma verdadeira calamidade

¹⁵ Diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros.

para os brasileiros mais pobres. Um autêntico atentado contra a segurança e o bem-estar de milhões de famílias brasileiras”. Embora essas afirmações imputem as causas da crise a erros de gestão do Governo de Dilma Rousseff, ao apontar uma solução para o problema, invocam problemas estruturais, como a existência de gastos obrigatórios e a falta de limites para os gastos primários, o que o levou a alertar: “caso nada seja feito, o Dia do Juízo Fiscal chegará e atingirá a todos: famílias, aposentados, funcionários públicos e empresários” (BRASIL, 2016b, p. 24).

Com esses argumentos, o Governo propôs a reestruturação do regime fiscal do país por um prazo de 20 exercícios financeiros¹⁶. A medida determinava que cada Poder (Executivo, Judiciário e Legislativo), incluindo o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União teria seu limite individualizado para suas despesas primárias. A base de cálculo de cada um desses limites seria o valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo IBGE, ou de outro índice que viesse a substituí-lo, para o período de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior. Excetuar-se-ia a essa regra o ano de 2017, que teria seu limite fixado à despesa primária realizada no exercício de 2016, conforme disposto no § 8º, corrigida pela variação do IPCA, publicado pelo IBGE, ou de outro índice que viesse a substituí-lo, para o período de janeiro a dezembro de 2016. Assim, tomaram por base o ano de 2016, marcado por um cenário recessivo, de retração de investimentos, em que “foram constatados os maiores contingenciamentos na execução orçamentária dos últimos vinte anos”; com isso, prorrogar-se-iam “por um período de tempo absolutamente desarrazoado, as restrições e insuficiências hoje verificadas na implementação das políticas públicas” (BRASIL, 2016c, p. 17).

A linha central do novo regime fiscal segue uma lógica perversa. Nela, as despesas primárias são limitadas de maneira inflexível, atingindo toda e qualquer legislação que possa resultar em aumento de despesa, como as normas constitucionais que vinculam o aumento das despesas ao aumento das receitas públicas. Com a PEC do Fim do Mundo, os percentuais mínimos estabelecidos para as áreas da saúde e educação ficam condicionados ao limite total de gastos realizados no ano anterior, corrigidos pelo IPCA. Com isso, desconsideram a expansão da demanda por serviços públicos oriunda do crescimento econômico, do aumento populacional e do aumento no número de beneficiários da previdência pública. Assim, para acomodar o montante de despesas nos limites fixados, é provável que se reduzam gastos em algumas áreas para dar conta do aumento obrigatório em outras (DIEESE, 2016).

¹⁶ Podendo ser revisado após o décimo exercício financeiro por lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

A proposta contava, também, com dispositivos voltados para o enrijecimento das regras para execução de restos a pagar e a indicação das sanções cabíveis ao poder ou órgão que extrapolasse os limites fixados, como o impedimento de progressões funcionais, abertura de concursos públicos, reajustes salariais, criação de cargos etc. Outra consequência é a provável revogação da política de aumento do salário-mínimo (implementada desde 2007 com base nos índices de inflação e na variação do PIB), além da pressão política para que os benefícios da seguridade social sejam dele desvinculados (DIEESE, 2016, p. 11).

Sob o aspecto jurídico, a PEC do Fim do Mundo foi alvo de inúmeras críticas. Dois documentos se destacam nesse sentido: o Boletim Legislativo nº53 do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa do Senado Federal¹⁷ (BRASIL, 2016c); e a Nota Técnica nº 82/2016 da Secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República (BRASIL, 2016d). Os dois documentos concluíram que a PEC seria inconstitucional e recomendaram sua rejeição integral no âmbito das casas legislativas, ou, no caso de aprovação, via impugnação de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. As principais questões que levaram a esse entendimento dizem respeito à infração de princípios constitucionais, como o Princípio da razoabilidade¹⁸, da segurança jurídica¹⁹, da intranscendência da pena em sua dimensão institucional²⁰ e da vedação ao retrocesso social²¹. Além disso, a PEC foi acusada de violar cláusulas pétreas²² da Constituição Federal, como: a

¹⁷ Conforme o Ato da Comissão Diretora no 14, de 2013, compete ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa elaborar análises e estudos técnicos, promover a publicação de textos para discussão contendo o resultado dos trabalhos, sem prejuízo de outras formas de divulgação, bem como executar e coordenar debates, seminários e eventos técnico-acadêmicos, de forma que todas essas competências, no âmbito do assessoramento legislativo, contribuam para a formulação, implementação e avaliação da legislação e das políticas públicas discutidas no Congresso Nacional.

¹⁸ O princípio da Razoabilidade pode ser entendido como um teste dividido em três etapas ou subprincípios: Subprincípio da adequação ou idoneidade (é a medida adequada para obter o resultado pretendido); subprincípio da necessidade ou da exigibilidade (a medida não pode ser substituída por outra igualmente eficaz, mas menos gravosa); e subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito (se a medida proposta impõe uma sobrecarga ou um ônus demasiados aos por ela atingidos) (BRASIL, 2016c, p. 21).

¹⁹ Tendo em vista a possibilidade de decisões judiciais interferirem “[...] na alocação de recursos orçamentários por parte do Poder Executivo de modo a assegurar os direitos fundamentais e a dignidade da população atendida pelas políticas e programas governamentais[...] correremos o risco de passar de um cenário de extrema contenção e restrição orçamentária para um quadro de extrema insegurança jurídica, pautado pelas decisões típicas do Poder Judiciário que não garantem a priorização, a homogeneidade e a organicidade necessária na implementação das políticas públicas” (BRASIL, 2016c, p. 20).

²⁰ Segundo esse princípio, em analogia ao Princípio da Individualização da Pena, o transbordamento inconstitucional e desarrazoado de sanção que atingiria determinado Poder ou órgão é inconstitucional. Exemplo disso é a hipótese em que o STF descumpra seu limite de gasto, e, em razão disso, servidores da justiça federal de primeira instância terem suas progressões funcionais proibidas em decorrência das sanções previstas no art. 104 da CF conforme pretende a PEC do fim do mundo (BRASIL, 2016c, p. 20).

²¹ “A perspectiva de redução de recursos alocados à saúde e à educação, por intermédio de PEC, mitiga a essência protetora dos direitos sociais [...]. Além de impedir a ampliação de beneficiários, a restrição imposta pelo congelamento por vinte anos das despesas com saúde e educação imporá redução na cobertura hoje realizada” (BRASIL, 2016c, p. 42).

²² Cláusulas Pétreas são aquelas normas constitucionais que não podem ser modificadas. Segundo o § 4º do artigo 60 da Constituição Federal, “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a

Separação dos Poderes, já que “estrangula e mitiga a independência e a autonomia financeira do Poder Legislativo e do Poder Judiciário; e a autonomia financeira do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União” (BRASIL, 2016c, p. 11); os direitos e garantias individuais e o voto direto, secreto, universal e periódico.

Eliminar, como pretende a PEC nº 55, de 2016, a possibilidade de o Chefe do Poder Executivo – legitimamente eleito pelo povo, por intermédio do voto direto, secreto, universal e periódico – definir o limite de despesas de seu Governo significa retirar-lhe uma de suas principais prerrogativas de orientação, direção e gestão. Significa atar-lhe as mãos e impedi-lo de fixar suas diretrizes e definir suas estratégias. Em última análise, significa impedi-lo de exercer, em sua plenitude, o mandato que lhe foi conferido pela soberania popular, prevista no parágrafo único do art. 1º da CF (BRASIL, 2016a, p. 31).

Em relação aos impactos projetados com a vigência do novo regime fiscal, o cenário é alarmante. Em uma simulação dos efeitos da PEC, caso ela estivesse em vigor no período de 2003 até 2015, a redução dos investimentos em saúde e educação ficaria na casa dos 27% e 42% respectivamente (DIEESE, 2016). Em uma outra simulação, realizada pela UFRGS (2016, p. 13), se a PEC vigorasse entre 2006 e 2015, o orçamento da Universidade seria reduzido para menos da metade (de R\$ 184.573.24 para R\$ 75.299.511, ou seja, menos R\$ 109.273.736) (UFRGS, 2016, p. 13).

A defesa, pelo Governo Federal, da PEC do Fim do Mundo como medida necessária para conter o crescimento da dívida pública do país demonstra a opção de “priorizar o ajuste fiscal pela ótica da despesa primária” (DIEESE, 2016, p. 9). O que a PEC faz é congelar gastos sociais como se esses fossem o problema da economia nacional. Desse modo, resguardam o pagamento de juros e amortizações da dívida pública que, embora correspondam a quase metade do Orçamento Geral da União, não possuem qualquer teto, limite ou restrição e, tampouco, são submetidos a uma auditoria, conforme previsto na CF/88. Em audiência pública destinada a debater a PEC na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Maria Lucia Fattorelli, auditora aposentada da Receita Federal e fundadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, alertou:

[...] a PEC nº 241 congelará gastos sociais, mas garantirá o aporte de recursos para empresas estatais não dependentes. [...] o ajuste não deveria ser feito nas despesas primárias, mas nas despesas com juros, visto que estas representam o real entrave para o crescimento do país e o que realmente provoca o desajuste de nossa economia (BRASIL, 2016b, p. 20).

O que está por trás é um grande sistema de corrupção institucionalizado:

A Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241/2016 – burla diversos dispositivos da própria Constituição Federal, além de favorecer de forma escandalosa o Sistema da Dívida e o esquema fraudulento operado por empresas estatais não dependentes

abolir: I – a forma federativa de Estado; II – o voto direto, secreto, universal e periódico; III – a separação dos Poderes; IV – os direitos e garantias individuais” (BRASIL, 1988).

que emitem debêntures, provocando danos financeiros, econômicos, morais e patrimoniais ao país (FATTORELLI, 2016).

Por sua vez, os ministros Henrique Meirelles e Dyogo de Oliveira alegaram que “é fundamental para o equilíbrio macroeconômico que a despesa pública seja gerida numa perspectiva global. Nesse sentido, qualquer iniciativa que implique aumento de gastos não deve ser analisada isoladamente, haja vista que essa abordagem tende a levar a conclusões equivocadas” (BRASIL, 2016b, p. 5). Segundo os Ministros, a despesa pública deve ser considerada em seu todo, porém esse todo é representado somente pelas despesas primárias que correspondem a menos da metade do Orçamento Geral da União, mais uma vez excluindo as despesas financeiras.

Apesar de todas as mobilizações realizadas (apresentadas no próximo item), a PEC do Fim do Mundo foi aprovada em segundo turno do Plenário do Senado Federal no dia 13 de dezembro de 2016, com 53 votos a favor e 16 contrários (a votação em primeiro turno ocorreu em 29 de novembro de 2016, com 61 votos a favor e 14 contrários). Na Câmara dos Deputados sua aprovação se deu em primeiro turno no dia 11 de outubro de 2016, com 366 votos favoráveis 111 contrários; e no segundo turno, no dia 26 de outubro de 2016, com 359 votos a favor e 116 contrários.

Enquanto a PEC do Fim do Mundo tramitava, outra medida foi protocolada pela Presidência da República: a Medida Provisória (MP) nº 746 de 22 de setembro de 2016²³ “institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei [...] que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei [...] que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências” (BRASIL, 2016e).

Embora o Governo ambicionasse uma reestruturação completa do Ensino Médio, a forma escolhida para implementá-la, em detrimento do acúmulo de discussões realizados na elaboração do Plano Nacional de Educação 2014-2024²⁴ e do Projeto de Lei 6840/2013²⁵, foi uma Medida Provisória. Apesar da legislação estabelecer que para obter o status definitivo de lei uma matéria tratada em MP deva ser objeto de análise e deliberação pelo Congresso Nacional, os 120 dias destinados a esse fim não contemplam a amplitude e profundidade que

²³ Mais tarde transformada na Lei nº 13.415 de 16/02/2017.

²⁴ Plano Nacional de Educação é o plano decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. É um plano diferente dos planos anteriores; uma das diferenças é que esse PNE é decenal por força constitucional, o que significa que ultrapassa governos. Tem vinculação de recursos para o seu financiamento, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs). O amplo processo de debate, que começou na CONAE 2010 e culminou com sua aprovação pelo Congresso Nacional, reforça o caráter especial e democrático desse PNE. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/perguntas-frequentes>.

²⁵ Projeto de Lei 6840 de 2013 de autoria do Deputado Federal de Minas Gerais Reginaldo Lopes.

um debate dessa relevância enseja. Posto isso, após 568 emendas apresentadas em apenas três dias (muitas delas de caráter supressivo), a MP 746 foi aprovada no dia 30 de novembro de 2016 pela Comissão Mista do Congresso Nacional, em 13 de dezembro de 2016 na Câmara dos Deputados e, finalmente, em 8 de fevereiro de 2017 no Senado Federal.

A MP 746 reorganiza o Ensino Médio como se a formação do estudante pudesse ser dividida em etapas estanques, sem uma análise global do processo de aprendizagem. Essa abordagem é oposta à adotada no Plano Nacional de Educação, no qual é analisada a educação a partir de um diagnóstico completo, da Educação Infantil até a Pós-Graduação. Uma consequência é a centralização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)²⁶ no Ensino Médio, em prejuízo dos demais níveis de ensino. A lógica adotada pelo Governo Michel Temer é uma retomada da experiência da década de 1990, quando o Governo Fernando Henrique Cardoso privilegiou o Ensino Fundamental em detrimento das demais etapas da formação (CARA, 2017).

Entre as principais mudanças está a política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral. O ensino médio passará das atuais 800 horas anuais (4 horas diárias) para 1400 horas anuais (7 horas diárias), o que deverá ocorrer de forma gradual e mediante o repasse (insuficiente) de verbas do Governo Federal para os estados, até o quarto ano de sua implementação²⁷ (CARA, 2017).

O currículo do ensino médio passa a ser dividido em duas partes: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e “[...] itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional: I - linguagens; II - matemática; III - ciências da natureza; IV - ciências humanas; e V - formação técnica e profissional” (BRASIL, 2016e). A primeira parte do currículo deve compor metade da carga horária total²⁸, sendo que as disciplinas de língua portuguesa e matemática serão obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, enquanto a língua inglesa é obrigatória a partir do sexto ano de ensino (BRASIL, 2016e).

Na primeira etapa, que ocorrerá durante os primeiros três semestres do curso, o aluno

²⁶ “É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica” (FNDE, 2017).

²⁷ O texto final aprovado em 8 de fevereiro de 2017 estendeu esse prazo para 10 anos.

²⁸ O texto aprovado em 8 de fevereiro de 2017 estabeleceu que o BNCC não poderá ultrapassar 60% da carga horária do Ensino Médio.

cursará as disciplinas definidas na BNCC. Nela, o aluno não tem opção de escolha e todas as escolas deverão ofertar o mesmo currículo. O elenco de disciplinas constantes nessa fase será definido nacionalmente. Porém, deverá conter língua portuguesa, matemática e língua inglesa. Para Daniel Cara (2017), Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a obrigatoriedade dessas disciplinas durante os três anos do curso indica, em tom de recado, a marginalização das disciplinas que não constam nessa lista²⁹, como Artes e Educação Física que, apesar de seguirem no currículo do Ensino Fundamental, foram excluídos do Ensino Médio.

Na segunda etapa, que se inicia no segundo semestre do segundo ano e vai até o final do terceiro ano, o aluno irá cursar as disciplinas constantes do itinerário por ele escolhido, de acordo com a disponibilidade existente. Em consequência, na falta do itinerário de preferência, ele será obrigado a mudar de escola ou fazer novas escolhas. Esse é um dos pontos mais críticos, já que cada rede de ensino estadual irá definir quais itinerários ofertará e quais disciplinas comporão esse itinerário, o que, por óbvio, será limitado às condições existentes em cada caso. Nas regiões mais afastadas e carentes do país, é possível prever o aprofundando das desigualdades. Nessa etapa, apenas as disciplinas de língua portuguesa, matemática e língua inglesa serão obrigatórias para todos os cinco módulos (BRASIL, 2016e).

Outro ponto é a possibilidade das escolas contratarem profissionais não formados na área específica da disciplina, bastando que possuam “notório saber”. A definição de quem possui “notório saber” caberá à Secretaria de Educação de cada estado, o que deixa o tema ainda mais obscuro e desregulamentado. Com isso, desconsideram a necessidade de colocar em sala de aula um profissional com formação pedagógica e domínio do conteúdo que será ministrado, além de desvalorizar a carreira docente. Assim, demonstram o comprometimento com os imperativos do mercado, o que afronta “toda a política de formação educacional comprometida com o diálogo em sala de aula e que exige formação coerente, completa e metodologicamente rigorosa” (ANDES – SEÇÃO SINDICAL UFRGS, 2016a).

Segundo Cara (2017), se “estabelece uma bagunça”, ao fazer “com que os estudantes sejam divididos entre aqueles que vão ter acesso a um ensino propedêutico e aqueles que vão ter acesso a um ensino técnico de baixa qualidade”; e completa: “não é que todos vão seguir uma formação mais medíocre; a formação mais medíocre vai ser para os mais pobres”. A retirada de algumas disciplinas do currículo obrigatório, como Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia, reduz a possibilidade de uma educação emancipatória fruto do

²⁹ O sistema atual prevê 13 disciplinas obrigatórias: História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Química, Física, Biologia, Inglês, Artes, Espanhol, Língua Portuguesa, Educação Física e Matemática.

pensamento crítico adjacente a estas matérias. Além disso, algumas escolas que já se destacam pela qualidade serão ainda mais privilegiadas, pois se não há recursos para custear toda rede de ensino, apenas algumas escolas receberão os incentivos necessários e se tornarão verdadeiras “ilhas de excelência”.

As alterações da Medida Provisória apontam para uma formação educacional cada vez mais aligeirada, heterônoma, comprometida com as exigências do mercado que impõe regras para atender as suas necessidades afastando as possibilidades de formação de cidadãos plenos, críticos e autônomos. A proposta de “Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” oculta o fato de que este tempo integral será ocupado de maneira cada vez mais dirigida pelos setores dominantes do mercado (ANDES – SEÇÃO SINDICAL UFRGS, 2016a).

Tomada em seu conjunto, a reforma do Ensino Médio revela o lado perverso da política social que o Governo tem adotado. Nesse sentido, é preciso analisá-la sob o aspecto conjuntural em que se encontra, o que leva a transcender o argumento de que se trata de uma simples reestruturação do Ensino Médio visando “a melhoria da educação no país” (BRASIL, 2017a).

A MP 746/2016, no conjunto, demonstra o objetivo maior da política educacional para o ensino médio a ser ofertado aos filhos dos/as trabalhadores/as, que é a preparação unilateral e linear para o mercado de trabalho, subtraindo desses jovens o direito ao conhecimento universal das diferentes formas de expressão, incluindo a corporal e artística, que contribuem para a formação da sensibilidade, da capacidade crítica, da criatividade e do saber apreciar e produzir o belo (ANDES- SEÇÃO SINDICAL UFRGS, 2016a).

1.2 A LUTA CONTRA A PEC DO FIM DO MUNDO E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Onze dias após o Governo Federal apresentar a MP 746, no início de outubro de 2016, estudantes do Colégio Estadual Arnaldo Jansen, na cidade de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, ocuparam a escola em protesto contra a medida. No dia seguinte, pelo menos outras 60 escolas do Paraná realizaram protestos contra a reforma (GARCEL, 2016). Em pouco mais de duas semanas, o estado já possuía 800 ocupações, número superior ao atingido em São Paulo em 2015 e no Chile em 2006, durante a “Revolta dos Pinguins” mencionadas a seguir (RÉGIS, 2016).

As ocupações de instituições públicas de ensino médio e fundamental têm uma importante história recente. Em 2015, milhares de estudantes do estado de São Paulo

ocuparam centenas de escolas em protesto contra a proposta de reestruturação da rede estadual. A medida do Governador Geraldo Alckmin previa o fechamento de 94 unidades e o remanejamento de alunos de outras 754, afetando diretamente a vida de pais, alunos e professores (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016). Apesar disso, o descontentamento dos estudantes não se deu exclusivamente pelas implicações práticas que a medida causaria, mas também pelo método utilizado para realizá-la e pela política educacional que estava sendo proposta. Os estudantes não queriam mais ser apenas informados da decisão tomada (basicamente por meio da imprensa), queriam ser ouvidos, participar das discussões e tornar-se parte do processo (JANUÁRIO et al., 2016).

As mobilizações que se seguiram ao anúncio da medida envolveram, em um primeiro momento, “um amplo conjunto de posts, hashtags, abaixo-assinados e muitos comentários circulando intensamente nas redes sociais” (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p.1167). Cansados com a forma como estavam sendo tratados, no dia 9 de novembro de 2015, estudantes da Escola Estadual Diadema realizaram a primeira ocupação, dando início aquele que seria um dos mais importantes movimentos estudantis do país. De acordo com a explicação dada por um estudante para um policial postado em frente à sua escola, a razão de utilizar aquele instrumento de luta era muito simples: “A gente já foi pra rua, a gente já protestou na Praça da República, já protestamos em frente à Diretoria de Ensino, já protestamos na Avenida Paulista. Em momento algum deram ouvido pros estudantes” (JANUÁRIO et al., 2016, p. 11). Após a primeira ocupação, o movimento se espalhou pelo estado:

[...] ao final da primeira semana do movimento, já eram 20 escolas ocupadas; uma semana depois o número passa para 89 ocupações; em apenas dois dias, graças ao boicote ao SARESP, as escolas ocupadas saltam de 116 para 176; o ápice se deu na primeira semana de dezembro (dia 02/12), quando foram registradas 213 ocupações (JANUÁRIO et al., 2016, p. 16)³⁰.

Em relação ao instrumento de luta utilizado pelos estudantes, a experiência nacional encontra inspiração em episódios ocorridos em outros países da América Latina.

Em 2006, no Chile, a chamada “Revolta dos Pinguins” mobilizou massivamente estudantes secundaristas. Os protestos iniciaram com demandas específicas, tais como transporte gratuito para estudantes e gratuidade para exames de acesso à universidade, chegando a demandas mais amplas, como a reforma educativa e o questionamento do próprio sistema escolar. Nesse momento, para além dos 800 mil jovens chilenos que tomaram as ruas, inúmeras escolas também foram ocupadas. Em 2011, uma nova onda de protestos tomou o país, em articulação com o movimento estudantil universitário (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p. 1168).

³⁰ O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) é um sistema de avaliação “aplicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional” (SAO PAULO, 2017).

Na Argentina, as mobilizações secundaristas ocorridas entre 2010 e 2014 também utilizaram ocupações de prédios escolares para protestar. A influência desse movimento no Brasil pode ser ilustrada pela adoção de uma cartilha elaborada pela seção argentina da Frente de Estudantes Libertários em que, além de relatar as experiências chilena e argentina, trazem propostas de práticas organizacionais a serem adotadas. A tradução e adaptação do documento para os estudantes brasileiros foi feita pelo coletivo O Mal Educado³¹ (2015), para quem “a experiência dos nossos *hermanos* é um exemplo para a luta dos estudantes em São Paulo: se o Alckmin quer fechar, vamos ocupar”.

A pressão política desencadeada pelas ocupações reverteu a proposta de reestruturação da rede de ensino de São Paulo e inspirou ações por todo o país nos meses que se seguiram.

Em Goiás, estudantes passaram o natal e ano novo de 2015 dentro de escolas lutando contra o programa de terceirização das escolas estaduais determinado pelo Governo Marconi Perillo. Os adolescentes chegaram a ocupar a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes (SEDUCE) (CONTRA, 2016). No Rio de Janeiro, em março de 2016, colégios foram ocupados contra os cortes na área da educação realizados pelo governo estadual (ESTUDANTES, 2016a). Em São Paulo, o desvio de verba destinada à merenda dos estudantes e a situação de precarização das escolas técnicas estaduais (ETECs), motivaram novas ocupações no início de 2016 (ALUNOS, 2016). No Ceará, o mês de abril marcou o início de uma série de ocupações em escolas, o motivo principal foi o corte de verbas para a educação (AS OCUPAÇÕES, 2016). No Rio Grande do Sul, a primeira ocupação ocorreu no dia 11 de maio, no Colégio Estadual Coronel Afonso Emílio Massot. No total foram 150 escolas ocupadas em mais de 30 cidades, além da Assembleia Legislativa do Estado (GOVERNO, 2016). A política de atraso e parcelamento de salários adotada pelo governador Ivo Sartori, junto aos cortes de verba atingindo uma das redes públicas de ensino mais precarizadas do país, foram as principais causas da insurgência estudantil (KRANZ, 2016a).

Apesar do protagonismo conquistado pelos estudantes durante as ocupações, muitas reivindicações do movimento atingiam diretamente os trabalhadores dessas instituições. A defesa da educação pública e de qualidade foi uma pauta subjacente a todos esses movimentos. Nesse sentido, diversas greves andaram junto com o movimento estudantil, criando laços de apoio fundamentais para a luta empreendida (BUENO, 2016).

Em outubro de 2016, seguindo o exemplo do Paraná na luta contra a MP 746, estudantes de todo o Brasil se mobilizaram naquele que foi o maior movimento de ocupações

³¹ Coletivo de alunos que se dedica a registrar e divulgar experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas (O MAL EDUCADO, 2017)

da história do país em números absolutos (ESTUDANTES, 2016a). A cada dia novas instituições eram ocupadas de modo que universidades, institutos federais e escolas secundárias de quase todos os estados do país foram atingidos pelo fenômeno. Em comum havia a contrariedade com a MP 746 e com a PEC do Fim do Mundo.

Na UFRGS, as ocupações começaram no dia 26 de outubro³², quando o Instituto de Letras foi ocupado após uma assembleia com cerca de 300 alunos presentes (ESTUDANTES, 2016b). Na sequência, os estudantes de outras unidades seguiram o mesmo caminho. O resultado foi uma onda de ocupações jamais vista na Universidade, resultando em mais de 40 Unidades de Ensino tomadas por estudantes. Embora as ocupações tivessem autonomia organizacional, foram criadas redes de comunicação e apoio, o que deu unidade estratégica ao movimento, tanto na organização de atos como nas negociações com a Administração Central da Universidade. A solidariedade entre os estudantes foi um ponto marcante, de modo que era comum encontrar estudantes de diferentes cursos em cada uma das ocupações. Desse modo, cada ocupação construiu uma agenda de atividades próprias e outra em conjunto com as demais ocupações.

Assim, Unidades de Ensino acostumadas a uma rotina mecanizada passaram a conviver com uma realidade na qual TAEs, docentes, trabalhadores terceirizados, prestadores de serviços, estudantes e público em geral, tiveram suas atividades afetadas. Com as ocupações, os acessos aos prédios passaram a ser controlados pelos estudantes³³, o que causou os mais diversos tipos de reação, desde o apoio até a tentativa violenta de desocupação, apoiada por grupos políticos externos à UFRGS, como o Movimento Brasil Livre (MBL) (NETO, 2016)). Em meio a isso, a rotina da Universidade foi totalmente transformada, atingindo, inclusive, os locais aonde não haviam ocupações.

Em apoio ao movimento, os TAEs entraram em greve no dia 8 de novembro e os docentes no dia 22 do mesmo mês, em Assembleia Geral chamada pela Seção Sindical do Andes.

Os dias que antecederam a greve dos TAEs e docentes da UFRGS foram marcados por vários atos de protesto contra as medidas anunciadas. Entre elas, destacam-se o ato realizado no dia 29 de setembro, chamado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, em que diversas entidades representativas de trabalhadores e estudantes estavam presentes (ASSUFRGS, 2016a).

³² No mês de setembro, o prédio da Reitoria da UFRGS já havia sido ocupada por “dezenas de estudantes e jovens militantes do movimento negro contrários ao Parecer 239/2016, que restringe o acesso de cotistas à instituição” (ESTUDANTES, 2016c).

³³ Em algumas ocupações as atividades de ensino foram mantidas, como na Faculdade de Direito (ROSA, 2016), em outras, as atividades foram suspensas, como na Escola de Administração (ESTUDANTES, 2016d).

Além desse dia, outras atividades foram realizadas buscando acumular forças contra as medidas do governo, apoiar as ocupações e mobilizar a categoria. Nesse sentido, destaco o Dia Nacional em Defesa da Educação, ocorrido em 24 de outubro (mesma data em que a PEC do fim do mundo foi votada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados). Na ocasião, atos em todo o país foram realizados como forma de protesto contra a medida. Em Porto Alegre, estudantes, técnicos e docentes participaram de protestos sob forte repressão policial (REITORIA, 2016)³⁴.

Com as primeiras ocupações na Universidade, ficar insensível ao movimento se tornou impossível. Nas unidades aonde havia ocupação, TAEs e docentes tiveram sua rotina interrompida. Diante disso, alguns trabalhadores passaram a se envolver nas atividades realizadas pelos estudantes, participando de discussões políticas como a muito não faziam. Nos locais de trabalho com acesso bloqueado, TAEs e docentes viram-se em uma situação inusitada, não podiam trabalhar mas também não estavam em greve.

Como a UFRGS é dividida em diversos campi³⁵, além de prédios isolados em diferentes bairros da cidade, TAEs e docentes apoiadores se distribuíram em diferentes grupos para prestar apoio às ocupações, alguns se limitaram à sua unidade de lotação, outros à unidade onde seus filhos estudavam, e outros na ocupação que ficava mais perto de sua casa. Dessa forma, mesmo antes de entrar em greve, os trabalhadores já estavam lutando.

1.3 – AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS MOVIMENTOS GREVISTAS OCORRIDOS EM NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2016 NA UFRGS

No dia 8 de novembro de 2016 teve início a greve dos TAEs. Em 22 de novembro de 2016 foi a vez dos docentes do magistério superior deflagrarem greve. Com isso, essas categorias de trabalhadores somaram-se aos estudantes que desde o dia 26 de outubro lutavam contra a PEC do Fim do Mundo e a Reforma do Ensino Médio.

As greves deflagradas a partir da convocação de assembleias pela Seção Sindical do ANDES e pela ASSUFRGS duraram 21 e 44 dias, respectivamente. Além do apoio diário aos

³⁴ Entre os fatos que marcaram o dia, destaca-se o momento em que bombas de gás foram jogadas por um destacamento do Pelotão de Choque da Brigada Militar contra os manifestantes que se abrigavam dentro da UFRGS atingindo “o portão de entrada do Salão de Atos da UFRGS, onde ocorria uma apresentação artística” (REITORIA, 2016).

³⁵ A UFRGS possui 4 campus espalhados pela cidade de Porto Alegre (Central, Olímpico, Saúde e Vale), além de prédios isolados em diversas regiões da cidade, como a Escola de Administração.

estudantes, diversas atividades foram realizadas pelos trabalhadores, algumas organizadas pela ASSUFRGS, outras pelo ANDES e outras por ambos com ou sem a participação dos estudantes. O grande número de ocupações estudantis levou os movimentos grevistas a fragmentar algumas de suas atividades. A quantidade de aulas públicas, palestras, debates, atos culturais, vigílias, reuniões etc, levou os trabalhadores a um intenso envolvimento, a divisão em grupos para dar conta de todas essas atividades foi muito comum. Apesar disso, algumas atividades destacaram-se pela forma como foram organizadas, pelo impacto que causaram (tanto para a sociedade quanto para os grevistas) e pela relevância do momento. A seguir descreverei algumas delas em sequência cronológica. O critério de seleção foi a importância conferida nos espaços de mídia social da ASSUFRGS e da Seção Sindical do Andes, memórias pessoais e menções feitas por um ou mais entrevistados.

8 de novembro de 2016 – Início da greve dos TAEs

Para dar início à organização do movimento, uma Assembleia Geral foi programada pela ASSUFRGS, visando realizar as primeiras formalidades e deliberações. Além disso, ela serviria para repassar os primeiros informes e mobilizar a categoria para o enfrentamento. Embora estivesse organizada para ocorrer no auditório da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), a atividade precisou ser transferida na última hora para o pátio em frente ao barracão da greve³⁶. O motivo foi que horas antes de seu início o prédio da FCE foi ocupado e o acesso foi suspenso pelos estudantes (ASSUFRGS, 2016c).

Figura 1 – Assembleia Geral de greve dos TAEs



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook³⁷

³⁶ O Barracão da greve da ASSURGS foi uma barraca de lona branca instalada no pátio do campus Central da UFRGS, que serviu de espaço de convívio, organização de atividades e depósito de materiais necessários para o movimento. Além disso o espaço é empregado para dar visibilidade ao movimento e sacudir a rotina da Universidade.

³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.710386265783723.1073741910.487244018097950/>

Essa mudança de última hora exigiu um grande esforço para preparar o novo local. Caixas de som, microfone, faixas, lista de presença, mesas, carro, cadeiras, tudo precisava estar pronto para receber os colegas. Normalmente, a organização dessas atividades fica a cargo de uma comissão de infraestrutura, mas como era a primeira assembleia, ainda não havia tal comissão. Assim, no improviso, os trabalhadores se organizaram e em pouco tempo o espaço estava pronto para a atividade.

Ao mesmo tempo, havia uma grande preocupação com a ocupação na FCE porque uma tentativa de desocupação estava sendo realizada e o apoio dos técnicos naquele momento poderia ser decisivo. Dessa forma, apesar de toda preparação, assim que a Assembleia teve início, buscou-se abreviá-la. O intuito era sair logo dali e apoiar os estudantes. Muitos colegas desistiram de suas falas e outros sequer se inscreveram. Assim, com a pauta atropelada, encerrou-se a Assembleia e, “em seguida, o movimento partiu em caminhada em direção à Faculdade de Economia” (ASSUFRGS, 2016c).

Logo que os cerca de cento e cinquenta, duzentos técnico-administrativos foram tomando conta do estreito corredor que dá acesso ao prédio ocupado, percebeu-se o retorno de algumas pessoas, entre eles um grupo de alunos ligados ao MBL, contrários à ocupação (ASSUFRGS, 2016c)) sob gritos e discussões acaloradas. Em seguida, o clima de paz se estabeleceu e a ameaça de desocupação foi abafada, sendo que a união entre técnicos e estudantes foi celebrada pelos dois lados (ASSUFRGS, 2016c). Ao perceber a tranquilidade da situação, aos poucos os trabalhadores mais ativos foram conduzindo seus colegas para a rua a fim de realizar um novo ato. Chegando lá, enquanto o carro de som da ASSUFRGS alardeava palavras de ordem e falas entusiasmadas, os trabalhadores alteravam-se com faixas e cartazes entre uma esquina e outra conforme a sinaleira abria e fechava. Ao mesmo tempo, uma turma conversava com os transeuntes e outra se ocupava de orientar o trânsito (gritando, pedindo calma, discutindo e panfletando).

Figura 2 – Apoio aos estudantes da FCE



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook

Figura 3 – Ato e panfletagem na esquina João Pessoa com André da Rocha



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook³⁸

Após algumas horas, os trabalhadores encerraram o ato e seguiram para organizar o primeiro Comando Local de Greve (CLG)³⁹. Nesse dia, muitos estudantes estavam presentes em meio aos trabalhadores, sua participação foi ativa, praticamente fazendo parte das decisões. O momento que deveria ser de organização da greve foi ampliado para a organização de algo maior, que transcendia a própria greve, como se essa fosse apenas um dos pilares das forças de resistência. Naquele mesmo dia se estabeleceram as primeiras comissões, entre elas uma de apoio às ocupações, além das tradicionais comissões de infraestrutura (da

³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.710386265783723.1073741910.487244018097950/710394509116232/?type=3&theater>. Acesso em: 3 jul. 2017.

³⁹ CLG é o órgão responsável pela direção e comando político do sindicato durante uma greve.

qual fiz parte) e comunicação. Detalhe importante foi o debate em torno da formação ou não de uma comissão de ética (tradicionalmente existente). Alegou-se que o caráter curto e excepcional daquela greve poderia dispensar a comissão. No fim, manteve-se a comissão de ética, porém com uma formação tímida e de pouca utilidade conforme os dias seguintes mostraram. O que se pode perceber naquele primeiro CLG foi um método aberto e informal de debate, em que trabalhadores e estudantes participaram de igual para igual. De alguma forma, todos faziam parte daquilo. A flexibilidade daquele CLG contrastou com o formato tradicionalmente existente nas greves, em que se estrutura o debate somente com os grevistas através de uma mesa que coordena, relata e põe em votação os encaminhamentos. Acabado o CLG, muitos trabalhadores voltaram para suas casas e outros foram passar pelas ocupações.

11 de novembro de 2016 - Dia Nacional de Greve contra a PEC 55

O dia 11 de novembro de 2016 foi marcado por diversos protestos contra as PECs. Chamado pelas Centrais Sindicais, o Dia Nacional de Greve reuniu, nas principais cidades brasileiras, um grande número de manifestantes, resultando em um ato grandioso e de grande impacto no cotidiano de algumas cidade. O confronto com as forças de repressão também foi um destaque.

O Comando Local de Greve (CLG) dos TAEs envolveu-se em várias atividades. Em geral, elas foram construídas em conjunto com os estudantes (que já ocupavam vários prédios da UFRGS) e docentes (que embora ainda não estivessem em greve participaram dos protestos). Pela manhã, TAEs, estudantes e docentes participaram de atividades em vários pontos da cidade, como nas Avenidas “Ipiranga e Osvaldo Aranha além de avenidas nas imediações do Campus do Vale e Campus Centro da UFRGS” (ASSUFRGS, 2016d). As atividades consistiram no trancamento de ruas e avenidas, distribuição de panfletos, diálogos com a população e confrontos com a ação truculenta da polícia. No início da tarde, o pátio em frente à FACED foi o ponto de encontro dos manifestantes, entre eles estavam estudantes, docentes, TAEs, trabalhadores terceirizados, além de representantes de diferentes entidades. O objetivo era organizar uma concentração para sair em caminhada pelas ruas do centro da cidade. Durante a marcha, estudantes e trabalhadores dialogavam com as pessoas e distribuíam panfletos alertando sobre as consequências negativas das PECs. O encerramento do ato foi no Palácio Farroupilha aonde uma Audiência Pública foi realizada.

Figura 4 - Trancamento de ruas



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook⁴⁰

Assim como em diversos outros atos, o foco da atividade foi o diálogo com a população. Ao mesmo tempo, o ato permitiu a articulação e o contato dos técnicos e docentes com representantes de diversas entidades, permitindo a construção de relações laterais. Apesar de haver mais de um carro de som no ato, somente um foi utilizado de forma que as entidades presentes dividiram-se para realizar suas falas. Embora o número de participantes varie muito de acordo com a fonte, o ato foi um dos mais fortes do ano de 2016 até então, reunindo cerca de 20 mil pessoas (KRANZ, 2016b).

16 de novembro de 2016 - Ato do MBL na Reitoria da UFRGS e início da ocupação do ICBS

Como o apoio às ocupações era uma das orientações gerais do movimento, o cotidiano da greve foi intensamente marcado pelo envolvimento nos conflitos entre estudantes que ocupavam a Universidade e os que buscavam a desocupação. Com o grande número de unidades ocupadas, ocorreram vários focos de conflito. Assim, foi preciso organizar uma rede de comunicação entre técnicos, docentes e estudantes.

No dia 16 de novembro, dois fatos movimentaram o dia e se tornaram notícia:

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Ato-do-MBL-contra-ocupacoes-na-UFRGS-fracassou-e-reuniu-miseras-100-pessoas-nem-todos-estudantes>>. Acesso em: 3 jul. 2017

primeiro o ato organizado pelos estudantes contrários às ocupações em conjunto com o MBL em frente à Reitoria da UFRGS (KRANZ, 2016b); segundo, o início da ocupação do prédio do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) (ESTUDANTES, 2016a). Para combater as tentativa de desocupação dos prédios da Universidade, grevistas e estudantes mobilizavam-se quase que diariamente, o intuito era ficar a postos para qualquer enfrentamento. Nesse dia em especial, enquanto a maioria dos técnicos concentraram-se no barracão da greve, alguns estudantes, docentes e outros técnicos vigiavam o local aonde o ato do MBL estava sendo realizado. De lá vinham informações a respeito de qualquer movimentação o que gerava um clima de constante apreensão. Por diversas vezes, surgia a notícia de que os estudantes contrários às ocupações estavam preparando-se para desocupar algum prédio e logo uma correria para um lado e outro.

Figura 5 – Ato do MBL na UFRGS



Fonte: Esquerda Diário⁴¹

Naquele mesmo dia, os estudantes do ICBS realizaram uma assembleia na qual foi decidida a ocupação do prédio. Com a notícia, surgiram boatos de que o ato organizado pelo MBL iria se dirigir ao local para tentar desocupar o prédio. Ao cair da noite, os boatos se

⁴¹ Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Ato-do-MBL-contra-ocupacoes-na-UFRGS-fracassou-e-reuniu-miseras-100-pessoas-nem-todos-estudantes>>. Acesso em: 3 jul. 2017

confirmaram e o confronto entre os dois grupos aconteceu. Após alguns empurrões, palavras de ordem, xingamentos e acusações de agressão, os estudantes e membros do MBL se retiraram do pátio em frente ao prédio do ICBS. O destaque foi a presença do líder nacional do MBL, Kin Kataguirí, que saiu do local abaixo de muitas vaias em um momento saudado pelos estudantes da ocupação e demais apoiadores presentes como de grande vitória, já que além de não ter ocorrido a desocupação, a superioridade numérica de pessoas favoráveis à ocupação foi expressiva (KLANZ, 2016b).

17 de novembro de 2016 - Assembleia Geral da Seção Sindical UFRGS - ANDES

Em meio ao clima de agitação e quebra da rotina da UFRGS, os docentes da Universidade realizaram no dia 17 de novembro de 2016 uma importante Assembleia Geral pautada na deliberação do indicativo de greve. A tensão de alguns coordenadores era aparente, havia uma preocupação muito grande com as exigências legais para que o exercício do direito de greve fosse garantido sem expor os trabalhadores a riscos.

Figura 6 – Assembleia de deflagração da greve dos docentes



Fonte: ANDES – Seção Sindical UFRGS

A Assembleia realizou-se com muito entusiasmo dos trabalhadores, a disposição para lutar era evidente e isso refletia-se na quantidade de docentes (mais de 140) e unidades representadas (19). O debate se concentrou nas análises do momento político que o país e a Universidade viviam e na necessidade de juntar-se aos estudantes e técnicos de maneira mais efetiva, já que apesar de muitos docentes já estarem apoiando os estudantes e participando das atividades, a greve dos docentes iria aliviar a pressão sobre os estudantes e fortalecer o movimento contra as medidas do governo, tanto no âmbito nacional como local.

A deliberação foi pelo início da greve no dia 22 de novembro de 2016, devido ao cumprimento dos prazos legais.

25 de novembro de 2016 - Dia Nacional de Lutas

O dia 25 de novembro de 2016 iniciou com uma série de atos organizados por todo o país pelo conjunto de entidades que se engajaram na luta contra as PECs. No Rio Grande do Sul os protestos também foram contra as medidas anunciadas pelo Governador Ivo Sartori⁴². Com isso, o clima de agitação ganhou força, aumentando consideravelmente o volume de pessoas nos atos.

Os técnicos e docentes, junto com os estudantes, concentraram suas atividades no trancamento de ruas próximas aos campus da Universidade, como a Avenida Bento Gonçalves, Paulo Gama e Sarmiento Leite. Para possibilitar que os protestos alcançassem o maior número de pontos da cidade, a organização da atividade exigiu sincronia. O planejamento e a divisão das tarefas exigiu o contato com outros sindicatos e organizações dispostas a participar dos protestos, ampliando o espaço de atuação dos trabalhadores. A atividade, mais uma vez, foi marcada pela repressão policial e foi encerrada algumas horas depois do seu início.

Ao meio dia, o CLG dos TAEs realizou um salchipão e, em seguida, preparou a concentração que estava programada para ocorrer no mesmo local. O objetivo era reunir os três segmentos da Universidade para marchar pelas ruas da cidade. Essa atividade foi realizada com um grande número de estudantes e trabalhadores sendo que, para alguns técnicos, o ato foi considerado um momento histórico, já que foi capaz de reunir colegas que

⁴² O “Pacotaço” do Governador do Estado Ivo Sartori consistiam na proposta de extinção de várias Fundações Públicas entre outras medidas visando o enxugamento do Estado. Entre as Fundações atingidas estavam: Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), Fundação Cultural Piratini (FCP-TVE), Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Fundação de Economia e Estatística (FEE), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF), Fundação de Zoobotânica (FZB) (CONFIRA, 2016).

jamais haviam sido vistos participando de atividades sindicais (ASSUFRGS, 2016e).

Figura 7 – Ato dia 25 de novembro



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook⁴³

O dia foi encerrado com uma grande caminhada pelas ruas da cidade em direção à Praça da Matriz, aonde estava acontecendo o ato organizado pelos servidores estaduais. Contudo, o trajeto planejado não se concretizou porque a ação truculenta da polícia impediu o avanço da marcha, desviando-a e afastando a possibilidade dos dois grandes atos se unirem. Na confusão do momento houve pessoas feridas e corre corre para todo lado. No fim, os organizadores do ato submeteram-se ao trajeto que a polícia permitiu. Embora os dois atos não tenham conseguido se reunir, o contato entre trabalhadores e militantes de diversos campos políticos e entidades ampliou o espaço de articulação dos trabalhadores (ASSUFRGS, 2016f).

29 de novembro de 2017 - Banquete do povo e marcha à Brasília

Em um ato que visava denunciar para a população os fatos que aconteciam em Brasília, os TAEs realizaram o Banquete do Povo.

Na manhã do dia de votação do primeiro turno da PEC 55 no Senado, a ASSUFRGS realizou um banquete do povo: pão com mortadela, banana e café. A ação é uma

⁴³

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.720471898108493.1073741914.487244018097950/720498271439189/?type=3&theater>> Acesso em: 3 jul. 2017.

alusão aos banquetes luxuosos de Michel Temer para conseguir a aprovação da PEC que irá congelar investimentos em saúde e educação. O ato que ocorreu em frente à Ocupação Lanceiros Negros e ao escritório do senador Lasier Martins (PDT), e teve como objetivo dialogar com a base dos senadores gaúchos, Lasier e Ana Amélia Lemos (PP)⁴⁴ (ASSUFRGS, 2016g).

A discussão que deu origem a essa atividade foi oriunda da orientação de que “os CLGs façam almoço/janta na entrada da casa e/ou escritórios dos senadores em todas os estados em alusão ao jantar que o presidente ilegítimo Temer fez nas vésperas da aprovação da PEC na câmara” (FASUBRA, 2016). Logo, foi em uma reunião do CLG dos TAEs que tal atividade ganhou forma. Em um primeiro momento, pensou-se em realizar um ato⁴⁵ em frente a casa dos senadores, com café da manhã, bandeiras, carro de som etc. Porém, no dia anterior, soube-se que eles já não estavam em Porto Alegre. Assim, o local foi transferido para a rua em frente ao escritório do partido de um deles. Com uma mesa repleta de pão com mortadela, café preto, bolacha e algumas frutas, o Café do Povo, como foi chamado, provocou muita curiosidade nas pessoas que por ali passavam. O objetivo era impactar o cotidiano do centro da cidade. A atividade rendeu uma ótima repercussão: em pleno centro da cidade uma mesa farta de comida sendo servida gratuitamente por um garçom vestindo smoking.

Figura 8 – Banquete do Povo



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook⁴⁶

⁴⁴ O Senador Lasier Martins e a Senadora Ana Amélia Lemos votaram a favor da PEC 55.

⁴⁵ Conforme recomendação nacional da FASUBRA (2016b), deveriam ser realizados atos em pressão aos Senadores em cada Estado.

⁴⁶ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.722467181242298.1073741916.487244018097950/>>

Já em Brasília, o dia foi tumultuado desde a manhã, embora os atos tenham ocorridos em praticamente todas as principais cidades, foi para Brasília que manifestantes de todo o país se dirigiram. A ASSUFRGS e a Seção Sindical do ANDES enviaram dois ônibus para participar das atividades na Capital Federal, preenchendo os lugares com técnicos, docentes e estudantes. Os atos foram marcados pela truculência policial do lado de fora do Congresso Nacional, enquanto do lado de dentro a aprovação da PEC se deu sem maiores dificuldades (GARCIA, 2016).

Figura 9 – Marcha à Brasília



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook ⁴⁷

Em Porto Alegre, os atos foram bastante contundentes, com ruas trancadas e grevistas e estudantes saindo feridos do confronto com a polícia. Novamente um grande número de pessoas participou das atividades. Pela tarde os TAEs realizaram uma Assembleia Geral e após seu encerramento seguiram em caminhada junto aos docentes e estudantes em direção à Praça da Matriz, onde mais uma vez ocorria ato organizado pelos servidores estaduais.

5, 8 e 9 de dezembro de 2016 - Aulas Públicas e Ato Show Comunitário - Contra a PEC 55

⁴⁷ [722473397908343/?type=3&theater](https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.724867987668884.1073741920.487244018097950/724883911000625/?type=3&theater)>. Acesso em: 3 jul. 2017.

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.724867987668884.1073741920.487244018097950/724883911000625/?type=3&theater>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

Reuniões, aulas públicas, palestras, debates e eventos culturais faziam parte da programação das greves e ocupações. Os atos eram organizados ora pelos estudantes, ora pelos docentes e ora pelos técnicos. Havia um esforço muito grande em unificar a luta.

Entre essas atividades podemos citar o Ato Show Comunitário, realizado no dia 8 de dezembro. O evento foi realizado no pátio da FACED e “recebeu os cantores Arthur de Faria, Richard Serraria e a banda La Digna Rabia, num ato show contra a PEC 55 (que diminui drasticamente os investimentos públicos em saúde e educação) e contra a MP 746 (que fragmenta e desvaloriza o ensino médio)” (ASSUFRGS, 2016h). A organização do evento foi dos comandos de greve dos TAEs e docentes.

Figura 10 – Ato-Show Comunitário



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook ⁴⁸

⁴⁸

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.728553570633659.1073741921.487244018097950/728557467299936/?type=3&theater>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

Figura 11 – Cartaz Aula Pública

**Aula Pública da
Greve da Educação Federal:
Capital fictício,
contrarreforma do
Estado e a PEC 55**

Marcelo Carcanholo
UFF, Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política

Carlos Eduardo Martins
UFRJ, Coordenador do Laboratório de Hegemonia e Contra-Hegemonia/LEHC

**9 dez 2016
sexta . 14 h**

**Barracão da Assufrgs
Pátio da Faced
Campus Central UFRGS**

org.: COMANDO DE GREVE DOCENTES E COMANDO DE GREVE DOS TÉCNICOS

apoio: **ASSUFRGS** **ANDES**

acesse: www.greveufrgs2016.wordpress.com

Fonte: ASSUFRGS⁴⁹

Muitas Aulas Públicas foram realizadas. No dia 5 de dezembro o tema foi “Pec 55: Premissas, Natureza e Consequências”. No dia 9 de dezembro, foi a vez da Aula Pública “PEC 55: Para além da Exterioridade Enganosa”, com o professor da Universidade Federal do Paraná José Henrique de Faria e, no mesmo dia e local, minutos depois, o tema foi “Capital Fictício, Contrarreforma do estado e a PEC 55” com a presença dos professores Marcelo Carcanholo (Universidade Federal Fluminense) e Carlos Eduardo Martins (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

9 dezembro de 2016 - Reuniões com Administração Central e Velório da Educação

No dia 9, estudantes, técnicos, docentes e trabalhadores terceirizados realizaram o Velório da Educação (ASSUFRGS, 2016i). Após passar algumas horas preparando caixões,

49

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.729178907237792.1073741922.487244018097950/729186363903713/?type=3&theater>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

faixas, flores brancas, tambores, material para distribuição e toda uma vestimenta, os grevistas e estudantes deslocaram-se em seu cortejo fúnebre para as ruas próximas à Universidade, e entre um sinal vermelho e outro realizaram sua performance. Era impossível para quem passava não diminuir o passo e tentar descobrir o que faziam aquelas pessoas de preto caminhando ao som de um tambor sepulcral. Na frente de um cruzamento, viúvos e viúvas carregavam o caixão da educação e, sem pronunciar uma palavra, transmitiam uma mensagem clara e impactante.

Figura 12 – Velório da Educação



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook ⁵⁰

Embora não tenha ocorrido no último dia do movimento, esse ato poderia muito bem simbolizá-lo, mas não pela morte da luta. Embora o velório da educação significasse a perda das votações no Congresso Nacional, a forma como o ato foi construído e o clima gerado entre os participantes demonstrou uma situação pouco comum para os lutadores sociais da Universidade: a união dos segmentos e o entusiasmo com o horizonte de lutas que o movimento sugeria abrir-se.

⁵⁰

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.728553570633659.1073741921.487244018097950/728557467299936/?type=3&theater>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

13 de dezembro de 2016 - Assembleia Final de Greve da ASSUFRGS e atos em todo o país

Com mais de 40 unidades ocupadas e os TAEs e docentes em greve, a Administração Central da UFRGS realizou algumas reuniões para tratar do tema com os manifestantes. No dia 13 de dezembro de 2016, havia uma reunião agendada com os três segmentos. A intenção da Administração Central era reunir-se em separado com cada um para tratar do tema “paralisação”. Entretanto, buscando unificar os movimentos em torno da luta em comum, cada um dos demais segmentos decidiu que só participaria da reunião caso fossem permitidos observadores. O resultado foi que, mesmo com a pressão e apoio dado pela presença massiva de pessoas nos arredores das reuniões, a Administração Central não permitiu o ingresso dos demais segmentos. No fim, nenhuma das três reuniões agendadas ocorreu (ANDES - SEÇÃO SINDICAL UFRGS, 2016b).

No mesmo dia, o CLG dos TAEs realizou a Assembleia que determinou o encerramento da greve. Apesar disso, os técnicos deliberaram nessa Assembleia a permanência do estado de greve, visando manter a mobilização contra as medidas que o Governo Federal estava adotando.

Na ocasião, estiveram presentes representantes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Sindical e Popular Conlutas (CSP - Conlutas), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Intersindical, realizando falas de avaliação do movimento e projetando as perspectivas para o futuro de lutas que a classe trabalhadora iria enfrentar.

Após a Assembleia, a categoria marchou pelas ruas do Centro até a Praça da Matriz com o objetivo de apoiar os servidores estaduais que realizavam ato contra o pacote do Governo Sartori. Os técnicos ainda receberam os municipais, que marcharam até o Paço Municipal e realizaram ato contra Nelson Marchezan Jr., que na época, apesar de eleito, ainda não havia sido empossado como Prefeito de Porto Alegre.

Figura 13 – Marcha pelo centro da cidade



Fonte: Página da ASSUFGRS Sindicato no Facebook⁵¹

No final do dia, os estudantes de todas as ocupações e os docentes realizaram uma concentração para o Ato Unificado no centro da cidade, o local escolhido foi a Escola de Administração da UFRGS. A atividade contou com um grande número de pessoas e possibilitou o contato entre estudantes e docentes de diferentes unidades. No horário programado, todos saíram em marcha para se juntar aos demais manifestantes no Centro de Porto Alegre.

Figura 14 – Concentração para o Ato na Escola de Administração



Fonte: Arquivo pessoal

⁵¹

Disponível em:
<https://www.facebook.com/AssufgrsSindicato/photos/a.732395916916091.1073741923.487244018097950/732398260249190/?type=3&theater>. Acesso em: 3 jul. 2017.

Figura 15 – Ato unificado no centro da cidade



Fonte: Página da ASSUFRGS Sindicato no Facebook⁵²

14 de dezembro de 2016 – Assembleia que decidiu pelo fim da greve dos docentes

No dia seguinte à aprovação da PEC 55 no Senado Federal, os docentes realizaram uma Assembleia Geral. Cerca de 120 docentes da UFRGS reuniram-se para relatar a situação nas unidades, avaliar o movimento e decidir os seus rumos. Embora os técnicos já estivessem encerrado a greve, os estudantes ainda ocupavam alguns prédios da Universidade e, tendo em vista os problemas decorrentes do processo de desocupação e as implicações para o Calendário Acadêmico, os docentes optaram por encerrar a greve no dia 19. A Assembleia

⁵²

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/AssufrgsSindicato/photos/a.732409303581419.1073741924.487244018097950/732409530248063/?type=3&theater>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

decidiu converter o CLG em Comando Local de Mobilização dos Docentes da UFRGS. No dia seguinte, representantes do CLG foram ao Gabinete do Reitor entregar a notificação de encerramento da greve e reivindicações de reabertura de negociações (ANDES – SEÇÃO SINDICAL UFRGS, 2016c).

Embora as atividades relatadas nesse capítulo tenham partido de fontes secundárias, a seleção das mesmas e a ênfase dada a cada uma delas refletem um pouco das minhas próprias vivências. Quando iniciei os estudos sobre o tema da greve, tanto em minha militância como nos estudos bibliográficos que realizei, conduzi esses processos a partir do conjunto teórico que estive estudando nos últimos dois anos e meio. Assim, trago no próximo capítulo a contribuição teórica de Henri Lefebvre sobre o estudo da vida cotidiana. No texto, trago um misto de esboço geral da teoria (de como se deu a construção pelo autor) e conceitos fundamentais que se conectam com o tema da presente pesquisa.

2 HENRI LEFEBVRE E O ESTUDO DA VIDA COTIDIANA

Nascido em 1901, na França, e graduado em filosofia pela Sorbonne, em 1920, Henry Lefebvre percorreu, durante seus 90 anos de vida, uma trajetória marcada pela produção intelectual e o ativismo político. Filiado por 30 anos ao Partido Comunista Francês (PCF), fez críticas ao modo como os partidos comunistas tradicionais praticavam e interpretavam o marxismo, sendo expulso em 1958, mesmo ano em que escreveu *Problèmes actuels du marxisme* (1970). Suas críticas incidiram sobre o uso esquemático que estes partidos (e a própria URSS) faziam da teoria, utilizando-a como sustentáculo filosófico de suas ações políticas (TREBITSCH, 2014a). Lefebvre (1991a) entendia haver uma vulgarização geral do marxismo, fruto da disseminação simplificada que a teoria sofria no meio operário, visando seu uso imediatista. Para defender o que considerava ser a interpretação correta, Lefebvre (1991b) retomou o marxismo como teoria que trata do ser humano, em uma concepção sociológica, assim como refutou interpretações dogmatizadas que supervalorizavam as mudanças econômicas e políticas em detrimento da dialética e da totalidade. A obra de Lefebvre, conforme ele mesmo salienta:

[...] rejeita, de um lado, o filosofismo e, de outro, o economismo. Ela não admite que a herança deixada por Marx se reduza a um sistema filosófico (do materialismo dialético) ou a uma teoria de economia política. Num retorno às fontes, ou seja, às obras da juventude de Marx (sem, no entanto, deixar de lado *O capital*), o termo produção readquire um sentido amplo e vigoroso. Sentido esse que se desdobra. A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço), em resumo, a produção “espiritual”, e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do “ser humano” por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de relações sociais (LEFEBVRE, 1991b, p. 37).

Seu amplo estudo sobre a vida cotidiana foi desenvolvido ao longo de mais de 30 anos. Destacam-se a obra *Crítica da vida cotidiana*, escrita em três diferentes épocas (1947, 1958 e 1981), alguns textos esparsos⁵³ e o livro *Crítica da vida cotidiana no mundo moderno*, escrito em 1968⁵⁴. Cada volume acompanhou não só o desenvolvimento intelectual do autor, mas as mudanças conjunturais do mundo e suas respectivas implicações na vida cotidiana.

A valorização do cotidiano é resultado da perspectiva filosófica assumida por Lefebvre, que não variou ao longo de sua vida. Essa interpretação era incomum no meio

⁵³ O prefácio realizado por Michel Trebitsch (2014b) em 1991, relata a evolução do pensamento de Lefebvre que resulta em seu texto de 1947 (LEFEBVRE, 1991a). Nele, diversos escritos do autor são apresentados como precursores de suas reflexões sobre a vida cotidiana.

⁵⁴ Lefebvre teve intensa participação e influência durante o movimento de maio de 1968 na França (TREBITSCH, 2014b).

marxista e recebia muita resistência, o que não diminuiu o seu ímpeto em defendê-la (TREBITSCH, 2014a). Por isso, para compreender a sua sociologia do cotidiano, é preciso antes entender de que forma Lefebvre chegou a ela.

Primeiramente, como sociólogo marxista, Lefebvre combateu as ciências parcelares que, segundo ele, apropriam-se de apenas um recorte empírico do seu objeto de pesquisa, desconsiderando o todo (LEFEBVRE, 1991b e 2002). A prevalência do concebido sobre o vivido levava a uma ciência distante daquilo que era o seu maior objetivo: a crítica ao fenômeno humano em sua plenitude. Para o autor, o Século XIX marcou o deslocamento do centro de reflexão dos filósofos, passando da abstração para o concreto, de modo que a filosofia “deixa a especulação para se aproximar da realidade empírica e prática, dos 'dados' da vida e da consciência” (LEFEBVRE, 1991b, p. 17). É claro que Marx estava no centro dessa mudança, já que seu estudo estava voltado para “a vida real dos trabalhadores em seu duplo aspecto: atividade produtora e ilusões a superar” (LEFEBVRE, 1991b, p. 17). Assim, tanto o positivismo como o pragmatismo, que refletiam visões fragmentadas da realidade, foram criticados por negar a abstração filosófica, impedindo de “pôr em conexão os elementos e fragmentos descobertos” (LEFEBVRE, 1991b, p. 17).

Ao mesmo tempo, Lefebvre (1991b, p. 37) defendeu que a filosofia não pode realizar-se em si mesma, não pode andar solta, desconectada do concreto, sob pena de se tornar ausente, imaginária e contraditória. Afinal, ela almeja o todo. Portanto, precisa superar que o cotidiano signifique o “não-filosófico, como mundo real em relação ao ideal” (LEFEBVRE, 1991b, p. 37). O autor enfatiza a importância do cotidiano na medida em que ele é a “mistura da natureza e cultura, do histórico e vivido, do individual e social, do real e irreal, um lugar de transição, de encontros, interações e conflitos, um nível da realidade” (LEFEBVRE, 2002, p. 47). Assim, buscou elevar o cotidiano ao nível teórico para criticar a realidade pelas ideias e as ideias pela realidade.

Nesse caminho teórico, a abstração choca-se com o concreto. O homem, no centro dessa questão, encontra na pureza filosófica a crítica às mistificações de sua vida cotidiana, ao mesmo tempo que concede à teoria o contato com as reais potencialidades, só extraíveis do mundo vivido.

Fica, então, aberto apenas um caminho: descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia, para mostrar sua dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e riqueza. Isso implica o projeto revolucionário de um parto que tirasse do cotidiano a atividade criadora inerente, a obra inacabada (LEFEBVRE, 1991b, p. 18).

Lefebvre (1991b) alegava que a vida cotidiana, havia sido, por muito tempo, menosprezada pelos sociólogos marxistas, como se não fosse digna de estudo. Em

contraposição, o autor propõe a realização de uma pesquisa “vasta” sobre “fatos desdenhados”, buscando reconduzi-los ao conhecimento e “[...] reagrupá-los, não arbitrariamente, mas segundo conceitos e segundo uma teoria” (LEFEBVRE, 1991b, p. 37). Com isso, Lefebvre (1991b, p. 38) pretendeu chegar a uma abordagem “em escala de conjunto social” e “caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade)”. Trata-se “de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas” (LEFEBVRE, 1991b, p. 39). Em outras palavras, cabia à ciência, e em especial ao marxismo, desvendar as relações sociais em seu caminhar terreno e cotidiano.

O que Lefebvre buscava era compreender a relação entre as condições objetivas de existência da sociedade e as representações que dela emanavam no interior da classe proletária. Para ele, o marxismo era o “conhecimento crítico da vida cotidiana”, pois têm sua construção teórica feita a partir da situação material a que a classe trabalhadora está exposta: objetivada como mercadoria (LEFEBVRE, 1991a, p. 147). O marxismo é, portanto, o “conhecimento científico do proletariado”: ele estuda “sua vida, sua realidade, sua função social, sua situação histórica. Ao mesmo tempo, essa ciência vem do proletariado e expressa sua realidade histórica e sua ascensão política e social” (LEFEBVRE, 1991a, p. 147).

A vida cotidiana entra como o meio pelo qual essas relações se dão, ainda que para a consciência do trabalhador elas apareçam de forma mistificada. Cabe à sociologia crítica da vida cotidiana desmistificar as ideologias, mostrando sua realidade. Para isso, o autor propõe elevar o cotidiano ao plano teórico por meio da acareação entre a realidade e as formas de consciência (que refletem as ideias dominantes) que dela brotam. Assim, Lefebvre acreditava desvendar a gênese de sua formação, permitindo entendê-la e criticá-la. Acima de tudo, o trabalho de desmistificar ideologias requeria um constante cuidado em compreender o que é real e o que se origina dele, mas acaba por negá-lo: “as ideologias e mistificações se baseiam na vida real, ainda que, ao mesmo tempo, disfarcem ou invertam essa vida real” (LEFEBVRE, 1991a, p. 155). Lefebvre explica que o homem não sabe como vive e, por isso, estudar a vida cotidiana de forma crítica é estudar a diferença entre como o homem vive e como ele pensa que vive. A consciência do homem não só parte dos problemas que se apresentam na vida cotidiana, mas também das soluções encontradas para eles, ela é a busca das possibilidades que esses problemas indicam. Assim, a ação que resulta dela reflete uma complexa teia de representações, mediações, interações e conflitos.

O método de Marx e Engels consiste precisamente na busca da ligação existente entre o que os homens pensam, desejam, dizem e acreditam para si mesmos, e o que eles são, e fazem. Essa ligação sempre existe. Ele pode ser explorado em duas direções. Por um lado, o historiador ou o homem de ação pode proceder a partir das ideias para os homens, da consciência para o ser - ou seja, para a realidade prática,

cotidiana - trazendo os dois em confronto e, assim, alcançar a crítica das ideias pela ação e realidade. Essa é a direção que Marx e Engels quase sempre seguiram em tudo o que escreveram (LEFEBVRE, 1991a, p. 145).

E segue:

Mas é igualmente possível seguir essa ligação em outra direção, tirar a vida real como o ponto de partida para uma investigação de como as ideias que a exprimem e as formas de consciência que a refletem emergem. A ligação, ou melhor, a rede de ligações entre os dois polos irá revelar-se complexa. Ela deve ser desvendada, o fio deve ser seguido cuidadosamente. Desta forma, podemos chegar a uma crítica da vida pelas ideias, que se estende num sentido e completa o primeiro procedimento (LEFEBVRE, 1991a, p. 145).

O marxismo é o conhecimento crítico da vida cotidiana pois resgata a real situação da classe trabalhadora em contraponto à ideia de realidade que ela possui. Tal ideia se mostra em um duplo sentido, ao mesmo tempo que ela é o objeto do conhecimento, ela é fetichizada. Ela representa tanto o real como sua virtualidade (a noção distorcida, suas representações). Para Lefebvre (2002) a noção da realidade é o sustentáculo da ação, logo, também forma o real.

Assim, ao produzir suas condições materiais de existência, o ser humano também produz a si mesmo; ele age de acordo com o que pensa e pensa de acordo com o que vive. O homem, a natureza, a sociedade e a produção (material e espiritual) estão todos ligados entre si e não podem ser pensados de forma dissociada, o que ocorre nessa relação é a mediação e a intervenção de representações que formam o homem tanto em sua consciência como em suas condições concretas de existência (LEFEBVRE, 2002).

A experiência concreta da realidade, ou o 'vivido', é conceituado por Lefebvre, como aquela categoria constituinte da vida cotidiana que representa o mundo percebido, a focalização da consciência numa prática, um "centro de densidade e calor". Seu contraponto dialético é o 'viver', que representa a virtualidade projetada, fruto das expectativas de um futuro desejado dentre aquilo que o 'vivido' diz ser possível (LEFEBVRE, 2002, p. 216).

Nesta relação, o 'vivido' é um possível realizado. A vida cotidiana é composta por essa viagem de ida e volta entre 'viver' e 'vivido'. Afora a banalidade dos tempos onde a ambiguidade reina, uma constante tentativa de realização do 'viver' é empreendida, o resultado disso é sempre um novo 'vivido', ora mais e ora menos próximo àquilo que se buscou, mas nunca igual (LEFEBVRE, 2002, p. 216).

Para o trabalhador, a luta construída em uma greve é o próprio processo de busca do 'viver'. Muitas vezes, o que se quer alcançar em uma greve não está ligado à superação do sistema, mas apenas à melhoria das condições concretas em que a luta de classes se dá. A naturalização da condição de explorado e o entendimento de que a greve é uma espécie de contrapeso que se encarrega de equilibrar essa relação contraditória (portanto uma contradição

em si mesmo) é o resultado de uma situação constituída no âmbito do 'vivido'. Nele, ideologias, símbolos e significados mediam, através de representações, a noção de realidade que o trabalhador desenvolve. Ao mesmo tempo, a ideia de que o que se pode fazer no momento é apenas avançar e não superar o sistema, dadas as condições materiais existentes, torna a distinção entre o caráter transformador e revolucionário da práxis uma questão de difícil discernimento (LEFEBVRE, 2002, p. 241). Em meio a isso, a greve se torna um instrumento de luta que, embora algumas vezes combata o sistema capitalista, nem sempre é guiada por uma perspectiva de superação.

Através da ideologia, ou “ilusão eficiente” (LEFEBVRE, 1991a, p. 143 e 144), o homem é conduzido por um conjunto de valores práticos para uma determinada forma de entender e se comportar no mundo. A ideologia cria uma sensação de encaixe perfeito entre as diversas esferas da vida, harmonizando prática e consciência. Lefebvre (2002) entende que ela fornece os meios para agir, assim como entrega os resultados prometidos, posto que ela se realiza em contato com o concreto, é dele que ela deriva. Contudo, a ideologia não reflete a situação a que as pessoas estão objetivamente envolvidas, ela retrata a 'consciência média da burguesia'. Cabe ao proletariado, exposto a toda forma de exploração⁵⁵, realizar sua ascensão através do conhecimento. Em outras palavras, a ideologia camufla a real situação das relações sociais estabelecidas no cotidiano. Ela permite que o homem permaneça imóvel, acomodado, afinal, seria insuportável conhecer essa situação e não reagir (LEFEBVRE, 2002).

Um dos temas centrais da obra de Lefebvre (2002) é a alienação, e ele buscou compreender como ela se desenvolve através da crítica do cotidiano. Ele recusa entendimentos, tradicionalmente creditados ao marxismo, de que ela estaria relacionada tão somente ao trabalho. Para Lefebvre (2002), a alienação não se limita a ele, ela também se relaciona aos aspectos ideológicos, políticos, econômicos e sociais; em síntese, à vida cotidiana como um todo. Sua essência está no distanciamento do homem de sua própria natureza. Ela deriva da falta de consciência dos objetivos e fins que a prática humana realiza. Em outras palavras, o trabalho produz o desumano, o alienado, o estranho e distante de si mesmo. Os homens criam a sociedade de forma alienada, eles dedicam sua vida a produzir algo externo a si mesmo: o desumano. O autor também defende que a alienação é ampla, dialética, nunca total ou vazia, está relacionada a um quadro de referência e, portanto, é incapaz de desaparecer por completo (LEFEBVRE, 2002).

Contudo, se a alienação não está limitada à exploração do trabalho, em outras sociedades (como a comunista) ela pode estar presente. Aliás, Lefebvre (2002, p. 34) afirma

⁵⁵ Lefebvre (1991a, p. 143) explica que o proletariado é amassado não só pelo trabalho, mas também pelas instituições e pelas ideias (ideologia burguesa).

que “a vida cotidiana pode muito bem ser a coisa mais lenta a mudar, e logo que ela experimente quaisquer dificuldades, ela pode retroceder, adotando de novo suas velhas formas”. A sociedade socialista, para Lefebvre (1991a, p. 49), defini-se, concretamente, no nível da vida cotidiana, em seu sentido de “experiência vivida”; e a mudança de mãos dos meios de produção não garantem o fim da alienação. Com isso, ele reforça a necessidade de trabalhar a vida cotidiana dentro do marxismo, buscar novos modos de viver e agir, já que o seu modo e ritmo de mudança não é o mesmo que o das estruturas políticas e econômicas frente a uma revolução⁵⁶. No entanto, Lefebvre aponta a direção que se deve tomar na busca de uma melhora qualitativa da vida, para ele, isso só será possível através da

[...] ação na vida cotidiana, perseguindo um curso oposto ao esquema operacional da ordem existente, isto é, opondo diferença para a homogeneidade, unidade para a fragmentação, igualdade concreta para a impiedosa hierarquização, em uma luta real. Isto diz respeito à prática (LEFEBVRE, 2014, p. 838).

Nesse sentido, fica evidente a necessidade defendida por Lefebvre (1991a), de se romper com a ordem estabelecida, de buscar meios de superar a realidade condicionada e paralisante da vida cotidiana. Para isso, ele valoriza as iniciativas que criam o novo, que não estão condicionadas pela estrutura existente, que são conscientemente organizadas ou fruto do agir espontâneo. Lefebvre entende que o espontâneo, diferente do culturalismo ou do estruturalismo que não o admitem, opera quando “algo fundamental' está faltando”, e quando há uma lacuna, como um “pequeno vácuo estéril do tecido social”. Entretanto, ele alerta que “em períodos de intenso controle ideológico, o espontâneo e o não espontâneo se fundem, assim como o natural e o artificial”. O autor explica que ele é um nível da vida social, nunca absoluto; ele surge, cresce, define e morre no cotidiano (LEFEBVRE, 2002, p. 18).

Já a ambiguidade é a situação regular em que a vida cotidiana se desenvolve, ela significa a não escolha, o não posicionamento diante de uma situação que não se faz notar em sua clareza, ou “[...] uma situação vivida constituída de contradições que tem sido sufocadas e não noticiadas, irreconhecidas como tal” (LEFEBVRE, 2002, p. 220). A consciência das pessoas fica embaralhada em uma confusão causada pelas mistificações. Para Lefebvre (2002), o homem vive em ambiguidade, age em contradição, embriagado por ideologias que dão a falsa impressão de encaixe entre as diversas esferas da consciência e da prática. Dessa forma, agir em oposição ao fluxo das estruturas impostas se torna uma tarefa improvável. Não é uma questão de falta de atitude, e sim de falta de visão sobre os caminhos possíveis.

Em períodos de estagnação social a ambiguidade reina e a estrutura reproduz a continuidade das relações sociais. A práxis humana se torna repetitiva servindo para manter o

⁵⁶ Tal argumento foi realizado em referência à URSS (LEFEBVRE, 1991a).

mundo humano em andamento, produzindo-o repetidamente e garantindo sua estabilidade. Contudo, a práxis não se resume as atividades repetitivas, junto à ela encontramos a práxis criativa:

[...] podemos esperar encontrar transições e mediações entre o repetitivo e o criativo. É por isso que não achamos que é possível definir o cotidiano apenas pelo repetitivo, mas sim como o lugar onde a repetição e a criatividade se encontram e se confrontam. A práxis social não pode ser confinada ao apoio, manutenção e reprodução. Em nossos argumentos tentamos demonstrar o caráter relativo das estruturas, estabilidades, constantes e equilíbrios. A práxis não está confinada ao cotidiano, nem o cotidiano está confinado a um recomeço mecânico e ilimitado dos mesmos gestos e operações. A prática repetitiva é necessária, mas não é suficiente per se. Nunca atinge o equilíbrio definitivo, automático, um equilíbrio sem contradições. Esta seria a alienação suprema. É a "base" da inventividade que a mina e modifica. Práxis é criação. Nas fronteiras da inventividade, percebemos a vinda de atos que rompem a práxis e transformam o cotidiano (LEFEBVRE, 2002, p. 239-240).

Assim, a estrutura não é eterna, e em certos momentos e circunstâncias ela pode rachar. O conceito de conjuntura se refere a “[...] mais do que uma mera sequência de acontecimentos e contingências; é a pressão do processo de tornar-se estrutura e a sua inclusão em estratégias necessárias” (LEFEBVRE, 2002, p. 148). Sua relação com a estrutura é dialética e conflituosa. Além disso, reflete o descontentamento e a busca de rompê-la. A “conjuntura é expressa na estrutura e a estrutura significa conjuntura. Quando a conjuntura é modificada, a estrutura é transformada. A estrutura tende a manter e estabilizar a conjuntura” (LEFEBVRE, 2002, p. 168).

Com uma conjuntura direcionada para a transformação, discontinuidades podem ocorrer. Lefebvre (2002) explica que elas representam as mudanças da realidade, elas se dão a partir do momento em que se deseja mais a mudança do que a permanência da estrutura existente. Esse tipo de ruptura abrange diversos aspectos, incluindo os símbolos que remetem à estrutura deposta. A organização é o meio de se alcançar essas mudanças, ou como o autor explica: “quando a estratégia predomina, acontecem os momentos de revolução. Estratégia dá um senso de vida aos grupos. Senso, direção, orientação, expressão, objetivo. Senso como drama, constituído pela estratégia do grupo. Estratégia que cria o grupo” (LEFEBVRE, 2002, p. 135). Assim, “o nível da vida cotidiana é o nível da tática, onde não há muita ação, a realidade é estagnada, é onde a trivialidade domina”, e ainda, “quando grupos se tornam isolados, eles degeneram” (LEFEBVRE, 2002, p. 135).

A coesão social brota da tomada de consciência das possibilidades e o eleva ao papel de ator no processo histórico. Porém, Lefebvre (2014, p. 782) alerta que na busca por direitos que este grupo descobre possuir, não se deve tratá-los

como uma lista fechada ou como princípios morais, mas uma série de práticas com capacidade de alterar a vida cotidiana. Isso envolve um projeto para a sociedade, ou

ao menos, um componente para tal projeto. As implicações disso são que os direitos e o projeto não são demandados através do discurso: eles devem ser conquistados através de uma luta política (LEFEBVRE, 2014, p. 782).

Lefebvre (2002, p. 106) aponta que táticas e estratégias de grupos sociais são “séries que conectam decisões de longo e curto prazo”, elas correspondem à sua agenda, seus projetos, seus planos para a ação e para o futuro, ainda que elas estejam limitados à mera sobrevivência e sob a aparência da imobilidade. O autor aponta que é em fases de tensão e agitação social que a vida cotidiana é suspensa ou transformada, em oposição à banalidade e trivialidade dos momentos de estagnação e relaxamento (LEFEBVRE, 2002, p. 109).

Diante disso, cria-se um desafio no interior do cotidiano: ele está ligado à metamorfose social almejada e sua existência pressupõe a desconfiança. Os desafios e desconfianças “aparecem abertamente em todas as áreas e em todos os níveis da realidade social” (LEFEBVRE, 2002, p. 226). Nas sociedades arcaicas, os desafios apareciam como “provações e 'juízos de Deus', formas competitivas de trocas e doações, rituais de declaração de amizade ou hostilidade” (LEFEBVRE, 2002, p. 226). Trazendo este conceito para o presente, o autor fala em modos de relação social entre pessoas, classes, nações, regimes políticos, modos de produção etc.

Os desafios e desconfianças representam a busca por algo novo. Simbolizam uma conscientização de que a estrutura existente já não satisfaz o indivíduo ou o grupo. Portanto, surgem “quando a necessidade de segurança se torna menos importante” (LEFEBVRE, 2002, p. 229). A mutação da consciência social e a ação transformadora do cotidiano desencadeiam medo, incerteza e tensão, pois da pressão sobre o sistema uma força de resistência responde. Assim, a pressão e a resistência se relacionam dialeticamente, gerando uma “combinação instável”. Dessa tensão emerge energia que possibilita mudanças. Essas categorias podem estar relacionadas à matéria econômica, política, militar, cultural ou tecnológica (LEFEBVRE, 2002, p. 229).

A teoria dos momentos de Lefebvre (2002) surge como uma sistematização de diversos conceitos e categorias. Se a ambiguidade é a regra, o momento é a exceção. Nele, o ser humano decide, revela as possibilidades que estão à sua frente, rompe com o comportamento condicionado pela ambiguidade. No entanto, essa possibilidade se revela no cotidiano como uma totalidade parcial, que apesar de ter suas “essências” ou “poderes” está fadada ao fracasso. Nesse sentido, Lefebvre (2002, p. 349) explica que o objetivo prático da teoria dos momentos é transformar essas “essências” ou “poderes” em algo “imprevisto e novo, algo genuinamente total, que superaria a contradição, a 'trivialidade / tragédia”.

Assim, o momento revela o duplo aspecto da vida cotidiana: a pobreza da alienação e

a possibilidade de ascensão. Lefebvre (2002) fala em trágico e magnífico para explicar que o homem comum (e não só o filósofo, o artista ou o intelectual) pode emergir da alienação, pois pode vivenciar esses momentos em seu cotidiano.

Os momentos articulam-se com o cotidiano preenchendo seus espaços vazios, eles nascem e morrem nele, pois “a vida cotidiana é o solo nativo onde o momento germina e cria sua raiz” (LEFEBVRE, 2002, p. 357). Nesse sentido, ao proclamar-se como um absoluto, propõe-se como impossível. Se ele se constitui de “atividades que são realizadas no vivido” (LEFEBVRE, 2002, p. 356), no coração da vida cotidiana, “como podemos esperar que algo que seja claramente relativo e, pior ainda, ambíguo, seja absoluto?”. Se o momento busca o impossível, rompendo com uma ambiguidade, isso não significa que ele esteja dirigido à solução de todos os problemas e de toda forma de alienação. A possibilidade que se revela é determinada, limitada e parcial (LEFEBVRE, 2002, p. 348). Além disso, a ação que busca realizar a possibilidade inicialmente revelada em um momento sujeita-se, no seu decorrer, às representações, ambiguidades e alienações inerentes à vida cotidiana.

Os momentos possuem duração específica: eles querem durar por muito tempo, mas não podem. Ainda assim, eles possuem memória, forma e conteúdo e, mesmo após sua passagem, eles têm sua singularidade na história garantida. Viver o momento é exauri-lo, e isso ocorre antes que ele se torne um formalismo. Os momentos têm seus limites. Ao buscar o impossível, tornam-se possíveis, mas logo se frustram, não sem antes alterar as fronteiras do possível (LEFEBVRE, 2002).

Lefebvre (2002) explica que os momentos têm seus antecedentes, formam-se antes mesmo de sua explosão, e quando devidamente orientados operam uma ruptura, uma descontinuidade em relação à trivialidade de onde emergem. Eles elevam-se em relação às atividades fragmentadas, dando espaço ao novo e desalienado mundo, porém caem em nova alienação:

O momento impõe uma ordem sobre o caos da ambiguidade, mas tomado por si só, essa ordem é ineficaz e inútil. O momento não aparece simplesmente em qualquer lugar, em qualquer hora. Ele é um festival, uma maravilha, mas não é um milagre. Ele tem seus motivos, e sem esses motivos ele não fará qualquer intervenção no cotidiano. O festival só faz sentido quando seu brilho acende o triste embotamento no interior do cotidiano, e quando ele se esgota, em um único momento, tudo o que ele tem pacientemente e sobriamente acumulado (LEFEBVRE, 2002, p. 356).

Os momentos criticam a vida cotidiana através da ação, tendo em vista que representam sua contestação. Por outro lado, os momentos são criticados pela vida cotidiana através das fatalidades que os assolam, ainda que essa reciprocidade não possa se exaurir em si mesma (LEFEBVRE, 2002, p. 356).

Lefebvre (2002, p. 348) esclarece que os momentos são uma “tentativa de realização total de uma possibilidade”. Sua existência pressupõe uma conscientização e, por isso, seu caráter contestatório é orientado pela projeção que os caminhos possíveis revelam. Por sua vez, esses possíveis emergem da negação ao presente, conscientemente indesejado. Portanto, partem de uma negação e de uma necessidade de mudança.

Embora os momentos representem a riqueza da mutação social que todo marxista vislumbra, ao analisar a sociedade da década de 1970 e início da década de 1980, Lefebvre (2014, p. 755) fazia alguns prognósticos a respeito do que o cotidiano da época estava se tornando e o quanto isso incidiria sobre a capacidade criadora da sociedade moderna:

Muito mais do que em 1960 [...], todo mundo sabe como viver em 1981. Eles sabem graças ao conhecimento que não se origina neles, que eles têm assimilado, que eles aplicam aos seus casos individuais, administrando seus negócios pessoais – suas vidas cotidianas – de acordo com os modelos desenvolvidos e difundidos para eles. Eles aplicam esse modelo mais ou menos metodologicamente. Em geral, problemas começam somente quando uma escolha deve ser feita. Demasiada escolha! Mas os modelos invariavelmente se parecem tão estreitamente entre si que a escolha é fútil, suficientemente para escolher de forma aleatória: pela sorte. Consequentemente, somente quem refuta os modelos têm problemas.

Esse novo mundo que o autor testemunhava aflorar representava a desumanização, a alienação humana em seu ápice (TREBITSCH, 2014c, p. 666). Ele foi criticar o deslumbramento que o avanço científico causava, destacando que novas e eficientes formas de controle haviam surgido. O poder do mercado e do Estado tornavam a vida cotidiana programada, carente de crítica, planejando as relações sociais: “a vida diária entra nos circuitos do mercado e práticas de gestão (o oposto da auto-gestão), tornando-se um pequeno negócio [...]” (LEFEBVRE, 2014, p. 707).

A sociedade moderna, conforme Lefebvre (2014) explica, incorpora ao cotidiano o modo de vida festejado pela burguesia. Nele, canais oficiais de informação, entre outros aparatos de poder do Estado, monopolizam e controlam o fluxo ideológico de grandes camadas sociais e, com isso, massificam o consumo e fortalecem o individualismo. Nessas circunstâncias, ofuscam relações contraditórias e desenvolvem formas apaziguadas de ação no cotidiano.

Embora tenha aparência simples e sem mediação, a vida cotidiana revela em sua análise:

[...] a presença de uma gama de representações, símbolos, regulamentos, controles, modelos e normas eficazes (ideologias e "superestruturas") que intervêm e medeiam [...] as relações aparentemente diretas entre pessoas e coisas (bens), que são precisamente as modalidades cotidianas e aparentemente simples da consciência social (LEFEBVRE, 2002, p. 236-237).

A repetição de certas atividades, em especial na rotina laboral, torna o cotidiano

programado e ausente de crítica. Segundo Lefebvre (2014), a ideologia da cientificidade enche as pessoas de conhecimento positivo como se fossem dogmas. Além disso, ela preenche os espaços criativos, permitindo a construção do novo somente dentro daquilo que não fuja a sua lógica.

Ao mesmo tempo, a sociedade capitalista desvincula o cotidiano do trabalho da satisfação das necessidades da natureza humana. Ela direciona o trabalhador a entender que sua vida privada, em oposição à pública, é o terreno em que constrói e sacia a atividade humana genuína, como se somente nela pudesse ser autenticamente humano, com seus problemas, sentimentos e paixões. Nesse caso, a vida cotidiana no trabalho representa o lado profissional, a ação com regras, procedimentos e diretrizes previamente estabelecidas (LEFEBVRE, 2002).

A noção de realidade que um trabalhador desenvolve a partir de práticas mecanizadas, condiciona-o a uma visão domesticada do mundo, naturalizando sua condição de explorado. Assim, a classe trabalhadora produz e reproduz a sociedade de forma alienada, seguindo o conhecimento técnico que não se origina nela, mas que fornece uma forma de viver pronta, à qual basta se adaptar e seguir (LEFEBVRE, 2014).

Como já foi mencionado, Lefebvre (2002, p. 256) analisa o cotidiano como um nível da práxis em que natureza, história, sociedade e conhecimento expressam “uma multiplicidade de movimentos dialéticos, cada um distinto e específico”, mas que ao mesmo tempo estão relacionados por complementaridades, reciprocidades, interações, contrariedades, contradições e antagonismos (LEFEBVRE, 2002, p. 254). Nesse sentido, o processo de tornar-se revela-se intrínseco ao cotidiano, é nele e por ele que o movimento ocorre. Admitir isso não é considerar que as estabilidades não existam, mas que são relativas, pois estão no plano da “aparência, e devemos evitar confundi-las com 'o real', o 'existencial', o 'ser', a 'substância' ou a 'natureza humana’”. Afinal, “o real e o potencial estão unidos” (LEFEBVRE, 2002, p. 256).

Um processo de desalienação pode aproximar o homem de sua natureza. Porém, esse movimento não pode ser tomado como uma forma de passagem entre um estado pleno de alienação para um absoluto de desalienação. A mudança se dá em relação a um quadro de referência, e tão logo ocorra, pressupõe uma nova alienação.

Assim, em relação a esse quadro, o trabalhador se vê em uma situação em que é insuportável não agir frente às contradições que pode perceber. Lefebvre (2002, p. 260) elenca dois tipos de contradições: as que se encontram “em conceitos e representações, e que é resolvido essencialmente por um esforço de consciência”; e as que se resolvem no mundo

concreto, pois:

[...] são insolúveis apenas pelo esforço do pensamento (conhecimento), mas aparentemente são possíveis de resolver por meio da práxis criativa. Os interessados veem os problemas decorrentes do processo de tornar-se, e no que esses problemas trazem veem as ações que podem modificá-los. Ao tornar os problemas reais, eles resolvem o conflito estabelecendo uma unidade superior. Então, eles devem compreender movimentos dialéticos profundos que exigem ser superados: conjuntura e estrutura, situação problemática e dados categóricos.

Emboras as representações nunca possuam um caráter puramente representativo, já que, de fato “estão representadas no mundo real (prático)” (LEFEBVRE, 2002, p. 260), quando a solução de contradições passa pela necessidade de mudança, de modo que não se possa mais usar representações para resolvê-las, se está diante de uma situação revolucionária.

Portanto, não se trata mais de interpretar "o mundo" - o real humano e natural - numa obra (estética, filosófica ou moral), mas de mudá-la. Portanto, a mudança deve ser alcançada dentro do contexto do modo de vida e das condições de vida: na e através da práxis. No entanto, as mudanças que surgem como resultado de tais situações nem sempre revolucionam os modos de vida. Se eles podem afetar a vida "real" - formas de viver e de agir - eles também podem se expressar em obras e em simples mudanças de representação (LEFEBVRE, 2002, p. 260).

Desse modo, podemos tomar a greve como parte integrante do sistema capitalista, às suas contradições. Ela é uma expressão concreta da contradição essencial que não se pode resolver usando apenas o pensamento. Embora a consciência do trabalhador nem sempre esteja direcionada à superação dessa contradição, ela envolve “uma questão de conflitos entre representações (ideologias, símbolos, conceitos)” e, portanto, só pode encontrar uma solução no próprio cotidiano (LEFEBVRE, 2002, p. 260).

A práxis revolucionária parcial, apesar da difícil distinção da práxis reformista, caracteriza-se por não se submeter às relações reais de produção e exerce pressão sobre suas contradições visando transformá-las, ainda que carregue junto alguns elementos que reproduzem o modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 2002, p. 241). Por essa linha de raciocínio, boa parte das reivindicações de uma greve não fazem mais do que se adaptar ao institucionalmente ofertado pelo direito e pela lógica burguesa.

Durante uma greve, a mudança concreta que se dá no cotidiano do trabalhador é o resultado de seu esforço em transformar a realidade. Essa luta social busca alcançar os objetivos que se revelam possíveis em meio a ela, e simboliza a busca de um caminho, a exploração de possibilidades. A análise desse caminho revela uma ação que critica (embora as vezes reproduza) o formato organizacional do qual esses trabalhadores emergem, como as formas hierarquizadas de decisão, a dominação de uma classe social sobre outra, o individualismo, a alienação, a propriedade privada, a falta de relações sociais autênticas, entre outras.

A teoria dos momentos de Lefebvre (2002) explica a construção da greve como uma tentativa de total realização de uma possibilidade. Além disso, esse possível perseguido deriva de uma projeção virtualmente construída ('viver'), que se contrapõe ao materialmente percebido ('vivido'). Assim, um pode negar o outro, e, portanto, pode resultar tanto em continuidades como em descontinuidades. Nesse sentido, a construção cotidiana da greve pode ser tomada como um evento tanto transformador quanto mantenedor das relações sociais estabelecidas, já que pode possuir elementos que rompem com a lógica capitalista e elementos que a reproduzem.

Enfim, a vida cotidiana é um local de encontros e desencontros, terreno comum onde o todo está contido e por meio do qual a sociedade escreve sua história. É nela que a humanidade obrigatoriamente se desenvolve. A crítica da vida cotidiana revela sua miséria e sua riqueza, mas descrevê-las não é o bastante, é preciso transformá-la.

Para finalizar este Capítulo destaco as categorias que organizam o diálogo com os colegas que contribuíram através das entrevistas: ambiguidade; momentos; rupturas, descontinuidades e criações; vivido e viver; práxis revolucionária parcial.

3 A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DA GREVE

A escolha dessas seis categorias não implica em uma separação de conteúdos analíticos estanques, tal divisão busca apenas organizar a pesquisa. Embora cada relato apareça em apenas um dos itens, muitos deles poderiam estar em mais de um (tanto de forma direta como indireta). Para realizar uma análise partindo de uma concepção totalizante dos fenômenos sociais estudados, busco respeitar as conexões que cada um possui sem considerar sua significação dentro da categoria estudada.

O processo de escolha dessas categorias é o resultado das reflexões sobre o tema de estudo com base na abordagem teórica. Desde as primeiras observações que fiz (conforme relatado na introdução) busquei encontrar as articulações entre o tema da construção cotidiana da greve e os conceitos trazidos por Lefebvre. Ao estabelecer um modo dialético de reflexão, busquei estabelecer a relação entre o cotidiano normal de trabalho e o cotidiano da greve, o que me permitiu compreender o movimento que os trabalhadores operam tanto em sua consciência como em seu cotidiano. A partir disso, foi possível trabalhar categorias como rupturas, descontinuidades e criações. Do mesmo modo a categoria da ambiguidade vinha como um impulsionador dessas mudanças que por sua vez resultaria em conflitos, problemas e possibilidades. Em outras palavras, o 'vivido' e o 'viver' se relacionando, o presente e a presença, o percebido e o projetado⁵⁷.

Com isso, trago abaixo cada uma das categorias que adotei na organização das entrevistas realizadas.

3.1 AMBIGUIDADE

Lefebvre (2002) defende que a vida cotidiana é o terreno das mistificações, ideologias e representações. A falta de clareza a respeito de como o ser humano vive e se relaciona é o que permite a manutenção de relações contraditórias. A ação passiva em relação a elas não se dá por aceitação ou concordância, mas pela não compreensão de sua existência. Nesse sentido, viver em ambiguidade não é uma escolha, mas a falta de saber que existem escolhas a fazer.

⁵⁷ Mais detalhes sobre a construção das categorias de análise encontram-se no Apêndice 2, em que se pode encontrar o plano de análise das entrevistas.

Se, por um lado, a ambiguidade é a situação regular em que a vida cotidiana se desenvolve, a tomada de consciência acerca de uma situação contraditória traz consigo a revelação das possibilidades que a ação constrói. Lefebvre (2002, p. 225) explica que,

Com razão ou erroneamente, e de acordo com as circunstâncias e conjunturas, a decisão começa com uma avaliação que, em certa medida, corre o risco de cometer erros no presente e de falhar no futuro. Depois de avaliar a situação (que até então era ambígua e, portanto, impossível de se julgar) nos colocamos em ação, mergulhamos de cabeça. Não há mais discussões.

Assim, a pessoa ou grupo

[...] opta. Sua decisão simplifica a situação complexa e a ambiguidade, e pelo próprio ato de simplificá-las, as transforma. Um golpe afiado e a ambiguidade colapsa. E é nessa hora que a ambiguidade revela o que é: complexidade descontrolada, confusão, opacidade. A ambiguidade nos leva a uma decisão que a nega, revela, encerra e desmascara.

No momento em que os técnicos e docentes paralisaram suas atividades e deflagraram as greves, decidiram. Segundo os relatos⁵⁸, diversas foram as razões para aderir ao movimento, já que a pauta formal das greves não representava uma lista exaustiva de seus motivos e reivindicações (possibilidades), outros apareceram no decorrer do processo, como por exemplo, tempo livre para apoiar os estudantes de forma material (segurança, participação nas atividades e logística), política, administrativa e simbólica; organizar e conscientizar os trabalhadores; pressionar a Administração Central da UFRGS em relação às demandas.

T4 aponta que a greve buscava “levar para a sociedade a pauta da greve e a necessidade de lutar contra o congelamento dos investimentos na educação e na saúde, então dialogando e panfletando na esquina democrática, na rua, nos estacionamento, nas sinaleiras, dialogando com a sociedade”. Com isso, a greve ganhou um sentido de denúncia que buscava a conscientização e mobilização da sociedade. Para T2, “só o fato de tu conversar com teu colega tu conscientiza, eu acho que isso que faz, que me instiga a participar: a conscientização, é, por mínima que seja tua participação, a conversa com as pessoas, isso que me move a fazer greve, é conscientizar”. Já T3 explica que o processo de ocupação iniciado pelos estudantes,

“[...] foi bastante determinante, assim, para o desenho da greve dos técnicos aqui na UFRGS, também a articulação com os docentes, assim e tal, mas meio que se iniciou a greve com o entendimento de que, pelo menos por parte da categoria a partir de umas intervenções, é que o protagonismo era dos estudantes com o processo de ocupação, que teve bastante repercussão e tal. Não quer dizer assim que eu tenho pleno acordo com essa perspectiva né, acho até que durante a greve nós fizemos uma disputa em relação a isso, não no sentido de esvaziar o movimento, não

⁵⁸ Ainda que os entrevistados não tenham solicitado anonimato, considerei prudente não identificá-los. Assim, os TAEs estão codificados como T1, T2, T3, T4, T5, T6; e os docentes como D1, D2, D3. Além disso, removi qualquer expressão que indique identificação. Uma das ações nesse sentido foi chamar os locais de trabalho sempre de 'unidade'. Outra foi homogeneizar o gênero. De fato, entrevistei 3 mulheres e 6 homens.

isso, mas no sentido assim de dar um caráter de categoria para a greve, pro movimento, com outras preocupações aí que acabam advindo né, que, por exemplo, nós estávamos com um processo de enfrentamento do ponto eletrônico, desgaste com a não implementação da flexibilização, todo ataque relativo à jornada⁵⁹, e aí nós, é, acabamos não usando a greve para nos fortalecer nesse enfrentamento, então isso foi uma decisão né, um caminho que foi percorrido e tal, não era consensual, mas acabou sendo o que foi feito.”

D1⁶⁰ explica que os docentes paralisaram “muito em função dos alunos, como uma espécie de apoio para tentar garantir a legitimidade deles, para que eles não fossem prejudicados pelo que estavam fazendo e, também, para a gente poder atuar junto ali”. Segundo ele, sem o movimento dos estudantes talvez sequer os docentes de sua unidade teriam aderido à greve. Na mesma linha, D2 explica que “o que mudou nossa rotina em primeiro lugar foi a ocupação”. O exemplo de luta dos estudantes teve um sentido de conscientizar que era preciso algo mais, alinhar a estratégia de ação, como se dissesse que estava na hora de agir em um sentido de movimento concreto em meio aos debates, declarações e demais formas abstratas de resistência.

Apesar disso, D1 explica que a mobilização dos docentes não se deu exclusivamente pelas ocupações ou pela PEC, os debates políticos já estavam sendo realizados

“[...] por conta do impeachment, do golpe, isso foi sendo criado ao longo do ano e quando chegou a ocupação e a greve, já, a coisa já estava mais ou menos construída e esse momento foi um momento de consolidar e dar uma cara mais formal para ele, mas não desse ano, antes já teve outros momentos na história da unidade, eu não estava aqui mas eles contam que mais ou menos politização, mas a gente vinha de um período em que estava cada um na sua e de repente no ano passado a gente teve que se mexer.”

Um aspecto importante ressaltado pelos entrevistados foi a preocupação em levar o debate a respeito da decisão que tomaram ao aderir à greve para seus colegas que ainda não haviam enfrentado a decisão. Para os trabalhadores entrevistados, o sentimento era de que se age em virtude de uma conscientização que quebra com a passividade da vida cotidiana. Ligado a isso, vinha o desejo em conscientizar os colegas que a PEC possuía efeitos perversos e que havia formas de lutar contra ela. Nesse sentido, T2 comenta que,

“[...] isso é engraçado, não, é triste na verdade, tu tem uma posição, uma revolta, ah, isso tá errado e tal, aí quando tem a greve as pessoas não aderem à greve, é um pouco triste. Todo mundo, aqui mesmo na unidade, que antes de eu vir, pra eles todos tinham o mesmo pensamento: ah, é uma merda, que é errado e não sei o que, só que eles nunca fechavam, nunca fechavam esse setor. [...] eles conversavam entre si e disseram que não iam fechar, daí como um não vai os outros também não iam. Quando ano passado eu vim pra cá, ah, porque eles sempre conversavam e tiravam, ah, se tal não vai fazer, eu também não vou fazer. Aí eu disse olha só pessoal, eu vou

⁵⁹ Desde 2015 os TAEs enfrentam uma disputa com a Administração central da UFRGS a respeito da flexibilização da jornada de trabalho e a imposição de um sistema de registro de frequência. Em função disso já foi deflagrada uma greve com ocupação da Reitoria (ver Introdução), diversas atividades de paralisação, processos judiciais, assembleias entre outras atividades.

⁶⁰ O critério para entrevistar docentes foi escolher um com longa história no movimento de sua categoria (D2) e dois com vínculo mais recente com a UFRGS e na sua primeira greve universitária (D1 e D3).

fazer greve, se vocês não querem fazer eu vou fazer, mas é claro que eu tentei fazer com que eles fizessem também, aí continuaram trabalhando, só que daí fechavam mais cedo, sei lá o que faziam. Só que sempre que tinha assembleia eles fechavam e tal. Antes não acontecia isso, agora eles tem fechado todas as vezes.”

Entre os motivos que justificam a omissão dos trabalhadores de sua unidade, T2 acredita que existe “um pouco de medo da hierarquia, a direção daqui que agora está lá em outra unidade ela era muito perseguidora, muito, muito, autoritária”. Já D3 afirma que em sua unidade

“[...] a maioria se dizia contra a PEC, contra várias dessa reformas que estão tendo, trabalhista, enfim. Mas, ao mesmo tempo, o pessoal não se mobiliza, até bota pra trás quem se mobiliza. Eu notei até uma certa perseguição, assim, lá tem vários problemas assim né, e daí quando eu comecei a mandar esses e-mails com questões políticas né, eu comecei meio a sentir uma certa perseguição.”

Para D2, são várias as questões que dificultam a adesão dos docentes à greve, já que a rotina diária na Universidade possui elementos que afastam os trabalhadores do envolvimento em causas coletivas. Para ele, “os professores novos são mais pressionados pela lógica produtivista, já entraram numa dinâmica de muita demanda né, de fazer muita pesquisa de virar pesquisador CNPq, portanto, ter muitos artigos, muitas orientações e tal”. Além disso, D2 comenta que o fato de haver dois sindicatos⁶¹ representando a categoria causa muita confusão para os docentes menos engajados, pois, um dos sindicatos atua de modo a desencorajar os trabalhadores a aderir à greve.

“Uma coisa que pesa também é uma característica da UFRGS, justamente, por ter essa entidade, esse grupo que fizeram campanha anti greve, então esse pensamento que tem anti greve em todo parte, esse pensamento mais conservador ele ganhou um espaço muito grande na universidade então a gente vê que isso tem um efeito em todo mundo, porque nos lugares menos mobilizados, então, ela esta no estágio probatório, ela confunde, ela que pode ser perseguida se fazer greve, fica esperando que todo mundo entre em greve para depois entrar.”

Ao comentar o comportamento dos colegas que não se envolvem nas causas coletivas da categoria, como paralisações e greves, T3 afirma que isso se dá, entre outros motivos, porque muitos trabalhadores preferem desdramatizar as relações, evitando enfrentar a chefia em situações em que hajam interesses contrapostos. Assim, ele afirma que,

“[...] muitas vezes alguns setores funcionam a partir de relações afetivas da chefia com seus subordinados, o que até acaba sendo normal. Mas eu vejo assim como um padrão de amaciamento das relações, então tu traz um presentinho, faz um mimo, e daí fica forçando a pessoa a fazer coisas que se ela fosse parar pra pensar mesmo e tivesse liberdade ela não faria. [...] as pessoas estão preocupadas em se aliviar do sofrimento, então buscam assim uma. Eu vejo lá nos meus colegas, muitos, assim, buscam conforto e um trabalho harmônico, assim e tal, sabe, mesmo que tu tivesse no frigorífico ali matando boi todo dia e escutando musica clássica pra não, pra se

⁶¹ Além do ANDES - Seção Sindical UFRGS, vinculado ao ANDES – Sindicato Nacional, os docentes da UFRGS possuem outro sindicato: a Associação de docentes da UFRGS (ADUFRGS Sindical), filiada à Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES).

aliviar daquele sofrimento, daí uma coisa assim, então o pessoal prefere ficar amigo do chefe, ficar perguntando sobre a família, isso aí do que ficar colocando princípios éticos né, embarreirando a ação da chefia.”

Lefebvre (2002, p. 219) explica que na busca de conforto, as pessoas desdramatizam suas relações e comportam-se de maneira ambígua:

“Assim, os dramas desaparecem, a tragédia do todo é obscurecida por uma comédia de pequenos detalhes. Porque nada de vital está em jogo, tudo é feito de maneira ponderada ou irreverente. As relações entre os próprios grupos, tornam-se desdramatizadas. Elas oscilam entre atitudes intermitentes e opiniões vazias: inveja, ciúmes, pactos e disputas, cerimônias que servem para disfarçar a rivalidade ou a admiração mútua. Em vez de paixão, há uma imparcialidade (ilusória) e uma objetividade (enganosa). Representações triviais são suficientes. Qualquer coisa contenciosa é empurrada para o lado, embora isso não a neutralize. As pessoas falam sobre coisas tão pequenas quanto possível e a propagação da banalidade não é controlada. O domínio da ambiguidade também é o real da trivialidade cotidiana. Em cada momento, os elementos do vivido e do viver parecem dividir-se e seguir seus caminhos separados: grupos dentro da sociedade, indivíduos dentro de grupos, padrões de comportamento dentro dos indivíduos.”

Em consequência, cria-se um “conflito profundo e permanente que nunca pode atingir o clímax, ou seja, nunca pode se tornar o tipo de antagonismo explícito que põe em risco a sociedade”. Assim, o conflito “permanece em estado de ambiguidade: uma contradição embotada, sempre reavivada e sempre sufocada” (LEFEBVRE, 2002, p. 222).

Nesse sentido, o principal elemento de ruptura com a ambiguidade para aqueles que aderiram ao movimento está relacionado à decisão de agir frente à situação que se colocava, expressando a conscientização de que se é parte ativa no mundo, podendo mudar, somar e influir. É a decisão de participar ativamente da política, das decisões, de reconhecer-se como ator no processo de desenvolvimento histórico da humanidade. A partir disso, possibilidades se abrem. Entre elas, a possibilidade de fazer greve, posicionar-se contra a PEC, apoiar as ocupações e levar os debates políticos para o cotidiano da categoria.

Para T1, embora sinta “uma certa tristeza de ver que alguns colegas não estão engajados na luta”, o empenho em levar os debates para eles não gera “uma animosidade”, mas,

“[...] indignação que leva para a vontade de trabalhar mais, de ir mais para o cotidiano das pessoas, tentar mostrar, e que as pessoas vão além da aparência, que cheguem à essência dos problemas, que é a contradição de classes, contradição capital trabalho. Não ir na pilha do que diz a Rede Globo, que foi o que aconteceu com alguns colegas que eu encontrei. Te faz, na verdade, ter consciência de que a realidade, ela é diversa, que a tua militância tem diversos tipos de entraves, de limites, mas, também, tu tem que melhorar o teu discurso, as vezes ser mais duro, as vezes mais incisivo e de demonstrar mais as contradições da realidade para essas pessoas que as vezes não veem ela claramente.”

Ele ressalta a importância de “fazer o movimento de ir até a base, conversar com os colegas e levar a politização para o espaço de trabalho”, afinal,

“[...] a construção política não se dá só, por exemplo, nas instâncias do sindicato, nas assembleias, a construção política ela é uma construção cotidiana. Então, muitas vezes, a reunião que tu tem com um grupo de 20 servidores que não entrou em greve, mas que tá se mobilizando, por um programa, ou por uma bandeira, sei lá, pessoas que vão se convencer a ir numa atividade, numa passeata, essa é a construção política mais difícil, mas é muitas vezes a que dá mais resultado. Tu levar a politização para base, para o cotidiano dos teus colegas, que são também teus camaradas, ela é uma tarefa mais cansativa, mas que dá mais resultado.”

Nesses termos, T1 realiza uma distinção entre o dirigente sindical e o sujeito que está só participando ocasionalmente. Para ele, agir assim é uma espécie de responsabilidade do militante sindical, pois é preciso estar “disposto a conversar com teu colega que não está disposto a se jogar totalmente na militância, mas ele está disposto a crescer em termos de consciência”. Assim, ele entende que é mais fácil “conversar com uma pessoa que está mergulhada no cotidiano e tentar tirar ela do cotidiano, do que convencer aquele que já está mergulhado no cotidiano da militância”.

Já D1 comenta que esse era um dos trabalhos que mais marcou a construção cotidiana da greve. Para ele, a experiência que ficou da greve foi de passar muito tempo tentando “convencer os colegas, a gente tinha o esforço pra tentar denunciar o que estava acontecendo né, explicar para as pessoas, mas na maior parte do tempo a gente estava escrevendo pra dentro do próprio, da própria instituição, da própria UFRGS, [...] e é muito desgastante isso”. Lefebvre (2002) explica que quebrar com a ambiguidade gera dor e sofrimento, pois, é preciso sair da comodidade proporcionada pelo comportamento passivo. Nesse sentido, o desgaste de D1 tem relação com o envolvimento em situações que geram desconforto para seus colegas, e que, de alguma forma, é absorvida pelo docente.

D3 afirma que era um dos principais mobilizadores em sua unidade e que levava, através de e-mails, assuntos políticos, como os impactos dos pacotes do Governo sobre o funcionalismo público e a Universidade, além do tema da greve. A partir disso, ele explica que começou a sofrer perseguição política e assédio moral. Em determinado momento, afirma que após enviar

“[...] um e-mail da convocação da assembleia geral docente e que eu coloquei que um dos assuntos era a greve né, a possível greve, uma professora respondeu falando horrores né, não sei o que, que é imoral, não sei o que, ela usou um monte de termos nesse sentido, imoral, antiético, pra dizer que grevista é antiético, imoral e que professores que, que se envolvem em questões políticas deveriam mudar de profissão, ela queria me mandar embora né, só faltou ela me dizer vai embora.”

Porém, o rompimento com a ambiguidade não se dá apenas no momento em que se decide fazer greve. Durante sua construção, a quebra com a ambiguidade atinge níveis mais profundos. Algumas práticas em que o trabalhador se envolve fortalecem a noção de que ele é parte ativa na construção da sociedade. Para T3, os espaços construídos durante as greves são

o

“[...] mais próximo da democracia que a gente pode fazer, então eles certamente eles representam uma ruptura muito grande com o teu dia a dia de trabalho, até, digamos assim, a gente não tá acostumado a ter esse, esse espaço, a produzir uma coisa que de fato nos represente, então, claro, no trabalho a gente questiona, critica e fica reclamando e tal e o trabalho nunca vai deixar de ser isso, pelo menos enquanto não muda a sociedade como um todo, então na, no movimento eu acredito que esse questionamento essa crítica ela ah, tem a possibilidade de se transforma de fato numa mudança de ação. [...] acho que nós vivemos de fato nesses momentos, ah, espaços abertos, democráticos, que tu vai ganhar, vai perder, mas vai poder de fato colocar as questões que te incomodam, então isso é uma coisa mais geral do movimento, eu acho que a gente é pouco acostumado a ter esses espaços, então nós não sabemos muito como lidar com eles, então eu considero assim, que hoje eu teria condições de participar ativamente desses ambientes porque eu já tenho 5 greves no currículo, mas no início eu não sabia me localizar nesse espaço, porque eu não sou acostumado, ninguém é treinado a ter liberdade.”

Para T3, na greve é possível produzir algo genuíno, que parte do questionamento, da crítica. Assim, a greve surge como um momento em que se pratica a ação em interesse próprio, em que se ganha uma certa liberdade com a qual aos poucos se vai aprendendo a lidar. O trabalhador adquire consciência de sua situação perante o mundo e passa a agir sabendo disso. A experiência da greve se torna um aprendizado em que “tu aprende a partir do exemplo dos outros, claro tu vai ler, tu vai tentar reconhece, se reconhecer no mundo e tal, mas é, sem vivenciar uma prática como essa tu não tem como saber como é que ela funciona”.

Já D2 relata que na atividade cotidiana dos docentes algumas questões já são debatidas e pesquisadas. Contudo, mesmo para eles, há margem para se quebrar com a ambiguidade em relação a esse mesmo tema. Nesse sentido, ele comenta como a formação de um calendário alternativo no semestre, independente do estabelecido pelas instâncias superiores da Universidade, ou a não marcação de aulas durante a ocupação, foi uma forma de agir em desacordo com o que é “determinado de cima”.

“[...] todos nós fazemos pesquisa então acho que todo mundo é antenado, lê muito e tal, na verdade existe um processo de alienação que é essa compartimentação, que todo mundo lê, estuda e fala sobre sua pequena área de especialização. Então uma coisa que eu acho que é muito legal que acontece nesses períodos que é, que põe no papel de discutir outros assunto, assuntos que dizem respeito à comunidade, e surgem questões né, será que tem que ser assim, será que pode ser de outro jeito, então as pessoas começam a pensar sobre possibilidades diferentes de organizar o cotidiano.”

Desse modo, os docentes passaram a atuar por si mesmos e “[...] começaram a se perguntar. E esse se perguntar que eu acho que tem em comum com o que acontece aqui e o que tem na fabrica né, pensar que tem outras possibilidade, ter alguma margem de escolha, as coisas não precisam ser exatamente como são, que tu pode estender o semestre assim”. Com isso, os docentes romperam com a lógica “não só programada mas também determinada por

cima né, então né, lá no final teve um calendário que foi decidido pelo CEPE né, mas as pessoas se deram conta de que elas podiam interferir naquele calendário, ou seja, as coisas não vem de um lugar qualquer, elas vem de um processo de decisão”.

Na mesma linha de raciocínio, T4 afirma que “na greve a gente vê que a gente tem sim, coletivamente né, a opção e a condição de mudar a realidade”. Ou como afirma T2, “a greve é muito incentivadora para que a gente continue acreditando que dá para fazer, seja lá o que for, seja barrar a PEC, seja conquistar um aumento do teu salário”. Segundo D3, alguns técnicos de sua unidade passaram a ter uma atitude mais contestatória, passando a enfrentar as “decisões da direção que achavam que não tinham sido debatidas, não tinham sido democráticas, coisa que eles não teriam coragem antes, porque eles eram muito tolhidos”. D3 explica que estava “todo mundo querendo ter um debate”, participar das decisões.

O momento da greve é composto de muitos debates, opiniões e perspectivas. T3 explica que a greve,

“[...] é um espaço democrático, claro, quem chega de primeira vai se estranhar [...] porque não, ah, na minha percepção não está acostumado a ter a sua opinião ouvida e ser confrontado com uma perspectiva diferente e aí tu tem que chegar num denominador comum, ou a perspectiva majoritária vence e deu, vai pra casa emburrado ou não, tem que seguir o movimento. No trabalho não é assim, o que funciona é a hierarquia.”

Para D3, no cotidiano da greve

“[...] existe muito debate, choque de ideias pra ti ver posicionamentos diferentes que o teu, outros iguais, quer dizer, iguais nunca né, mas parecidos, ah, às vezes contrários, só que então tu ganha muita informação nova né, então o conhecimento político que tu ganha é muito grande. Muitas vezes as pessoas estão muito envolvidas nas suas áreas de atuação e acabam não tendo até tempo de estar tão por dentro do que está acontecendo.”

Nesse sentido, a contribuição trazida por cada um dos trabalhadores enriquece, pluraliza e amplia o escopo de debates, permitindo que contradições não notadas se tornem conhecidas por todos, além daquelas que vão se formando em meio às contradições e complementariedades das posições expostas. A partir disso, a ação desse grupo será obrigatoriamente de enfrentamento às contradições levantadas, levando os trabalhadores a atuar na escala do conjunto social de maneira coletivamente construídas e não fruto de sua consciência privada.

Um dos debates mais presentes no movimento foi o que discutia o teor da PEC do Fim do Mundo. Em meio às atividades realizadas por estudantes, docentes e técnicos, D2 afirma que “um dos principais efeitos da greve e das ocupações foi propiciar que as pessoas debatessem e entendessem o teor da PEC”. Isso resultou em um ganho muito rico e diversificado de conhecimento a respeito das motivações e efeitos da medida. Dessa forma,

D2 afirma que “quando terminou o movimento, quando teve a votação no congresso, já tinha havido uma virada na opinião pública, inclusive dentro da Universidade”. Diversas foram as formas encontradas para expor a situação. Por exemplo, um grupo de estudantes de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas realizou uma maratona de aulas públicas nas diversas unidades da UFRGS. Nessas atividades, além de esclarecer o conteúdo da medida, os estudantes debatiam as ações necessárias para resistir a ela. Um outro grupo de alunos ligados ao Instituto de Artes realizou uma série de atividades em contato com a população para debater a PEC. Entre elas, uma encenação musical incluindo o uso de artes plásticas e realizada em meio à improvisação, contando com a participação de estudantes, docentes e técnicos.

3.2 MOMENTOS

O cotidiano de um trabalhador da Universidade é caracterizada pelo exercício de atividades que variam conforme o local de trabalho e a área de atuação. Embora algumas atividades sejam comuns a todos, como a participação em colegiados, o núcleo das experiências cotidianas dos trabalhadores está ligado a outras atividades: para os TAEs são as atividades demandadas pelo setor em que estão lotados, como secretaria acadêmica, biblioteca, setor de patrimônio, setor de compras, informática, laboratório, assessoria de imprensa; os docentes especializam-se em uma área do conhecimento e a partir dela realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ao desenvolver essas atividades, a consciência desses trabalhadores não só parte dos problemas que se apresentam na vida cotidiana, mas também das soluções encontradas para eles. Ela é a busca das possibilidades que esses problemas indicam. Em consequência, o foco do trabalhador atinge um pequeno fragmento da totalidade, impedindo-o de perceber as contradições do sistema que se reproduzem em sua vida cotidiana. Com isso, a atitude pacífica em relação as regras e lógicas do sistema estabilizam a vida cotidiana na estrutura existente, é quando a banalidade e a trivialidade dominam.

Apesar disso, Lefebvre (2002) afirma que em fases de tensão e agitação social a vida cotidiana é suspensa ou transformada, representando os momentos em que o ser humano encara as contradições do sistema e escreve sua história de forma consciente. É quando ocorre a conscientização sobre um problema que a consciência se eleva em relação aos fragmentos

isolados e revela possibilidades de ação. Lefebvre (2002, p. 260) explica que “os interessados veem os problemas decorrentes do processo de tornar-se, e no que esses problemas trazem veem as ações que podem modificá-los. Ao tornar os problemas reais, eles resolvem o conflito estabelecendo uma unidade superior”. Além da luta contra a PEC do Fim do Mundo, diversas outras razões fizeram com que os trabalhadores agissem. A greve foi o caminho que o cotidiano revelou possível para resolver esses problemas.

A suspensão que se deu na vida cotidiana da Universidade atingiu a estrutura, interrompeu sua continuidade, a ordem se desestabilizou e diversas questões que se mantinham em uma zona nebulosa do cotidiano tiveram que ser enfrentadas. A disposição para agir surge quando o desejo de mudança supera a comodidade adquirida pela estabilidade. Lefebvre (2002, p. 219) explica que “a necessidade de escolher se torna aparente e marca um momento de bifurcação no processo de desenvolvimento e transformação social”. A partir disso, o momento revela todo o descontentamento e contrariedade em relação ao modo de vida com que se convivia pacificamente, apesar das contradições. Por isso, ele a recusa, e, ao mesmo tempo, cria o novo.

Nesse sentido, T2 comenta algumas atividades que, embora deveriam ser feitas sempre, só ocorrem no momento da greve. Para explicar quais atividades são feitas no cotidiano da greve, ele relata que o que faz “de legal”, que é “panfletar e ir nas unidades conversar com os colegas, esclarecer as coisas, só é feito durante a greve”, mas que “deveria fazer isso o tempo inteiro, e não só num momento de necessidade”.

Para D2, a greve “dá vazão à indignação, então, no caso da nossa greve do ano passado, ela era uma necessidade, porque as pessoas estavam muito indignadas. As pessoas que entraram em greve perceberam que aquilo que estava sendo montado era, e é, uma profunda agressão à democracia, ao serviço público”. A deflagração da greve ocorre com base em um equilíbrio muito sutil entre os riscos que se correu ao deflagrar a greve e o desejo de mudança.

“É que tem uma coisa que é diferente assim, eu já fui professor do estado, e a gente fez greves grandes e tal. Tem greves, em que o sentido delas é assim: olha, eu estou disposto a abrir mão desse emprego, desse, porque essa situação está insuportável, eu estou disposto a abrir mão de tudo que eu tenho. E eu acho que o nosso quadro de greve não tem sido esse. Mas, essas ameaças que a gente vêm sofrendo, elas estão aos poucos nos empurrando para uma situação desse tipo, então nós estamos nos obrigando a tipo mais, considerando todas as possibilidades, considerando todos os riscos, isso dá a condição da greve.”

Nas greves dos TAEs e docentes, em conjunto com as ocupações estudantis, a insatisfação atingiu vários aspectos da vida cotidiana. O momento foi de buscar algo novo, algo que satisfizesse os anseios de mudança. Trabalhadores e estudantes queriam transformar

a relação da Universidade com a sociedade e, para isso, buscaram dialogar com as pessoas na rua, entregaram panfletos, realizaram aulas públicas; inseriram arte, conhecimento, cultura e debate político no cotidiano da Universidade e, para isso, realizaram palestras, aulas públicas, apresentações artísticas e rodas de conversa; queriam unificar os três segmentos da Universidade nas lutas sociais e viram na possibilidade de participar conjuntamente das reuniões com a Administração Central da UFRGS um meio de fazer isso; queriam construir relações mais horizontais e humanas entre aqueles que formam a comunidade da UFRGS, e então estabeleceram relações, não com ocupantes de um cargo de chefia, de subordinado, de professor ou aluno.

Para D3, a greve foi um momento “totalmente diferente” em que os debates políticos tomaram conta do cotidiano. A participação em reuniões, atos, aulas públicas, e o contato com os demais segmentos propiciaram o ganho de “informação nova” e o enriquecimento do “conhecimento político”. D1 afirma que o impacto do momento trouxe mudanças que não poderiam ser esquecidas ou abandonadas, “a gente já sabia que terminando a ocupação não teria como voltar ao mesmo esquema de aula, nós tínhamos que de alguma forma adaptar o nosso dia a dia para aquilo que a gente estava vivendo ali, de alguma forma aquilo tinha que passar a estar presente também depois da ocupação”. D3 se referiu à mesma situação alegando que não se deveria “deixar morrer a ideia”

Apesar disso, ao final do movimento a vida cotidiana dos trabalhadores retomou seu curso normal. Nesse processo, mudanças foram incorporadas e antigas rotinas reestabelecidas. Lefebvre (2002) explica que o momento nasce e morre na vida cotidiana, vivê-lo é exauri-lo, e a greve foi essa própria experiência. Ao buscar que as possibilidades fossem totalmente realizadas, a greve chocou-se com as forças de resistência do sistema e com a incapacidade dessa experiência se tornar eterna e absoluta. No entanto, essa busca possibilitou a ampliação das fronteiras do possível e trouxe algumas mudanças (ver no próximo Item).

Ao comentar o impacto da greve na vida cotidiana de sua unidade, após o encerramento do movimento, D1 explica que algumas práticas realizadas durante a construção da greve como o “tipo de discussão horizontal em assembleia”, os docentes tentaram “trazer para dentro das decisões da unidade, e os alunos também, técnicos e terceirizados quando possível”. Com isso, D1 afirma que o “momento da greve serviu muito para a gente reganhar a confiança no sindicato. Muitos dos colegas se filiaram ao sindicato nessa época, eu inclusive não era membro, passei a ser, e essas atividades continuam, o pessoal continua mobilizado”. Mas, ao mesmo tempo, D1 relata que “por problemas pessoais na família e excesso de trabalho” não está conseguindo participar, embora veja “esse desejo de participação contínua

e, também, esse desejo de ter uma unidade mais horizontal, mais, participando todos”.

D3 explica que

“[...] claro, com o passar do tempo, a correria para, para finalizar os conteúdos, os alunos precisam terminar os trabalhos, acaba que se marca as reuniões e vai pouca gente. Então, no dia a dia não é fácil. Está acontecendo assim, mas eu, eu não fui em nenhuma reunião, não tive tempo de ir em nenhuma dessas reuniões, tiveram professores que, eu passei, assim, e fiquei poucos minutos em uma delas, mas já tinha outro compromisso que não podia adiar. Mas eu me informo né, por outros professores que participam, funcionários, estudantes, pergunto o que que aconteceu, eles também têm o canal no facebook que a gente troca informações. Mantém, assim, a comunicação. Só que não está tão forte quanto a gente previa no início né, a gente achou que ia conseguir manter. No dia a dia não é fácil né, mantendo as atividades acadêmicas todas né, manter um debate né.”

Nesse sentido, a greve foi uma ação que contestou as regras e lógicas da vida cotidiana a partir do enfrentamento às suas contradições. Em contrapartida, a greve, como um momento, foi contestada pela vida cotidiana através das suas fatalidades. O momento quer manter-se, quer ser um todo, quer perpetuar-se e atingir o absoluto, porém ele não pode, e diante das fatalidades da vida cotidiana ele se exaure no ato de ser vivido (LEFEBVRE, 2002). Para T3, durante a greve, os trabalhadores vão o mais longe que conseguem ir em suas ambições de mudança. Conforme relatado no item Ambiguidade, T3 entende que os espaços construídos são os “mais próximos da democracia que a gente pode fazer” enquanto a sociedade não “mudar como um todo”, então, “no movimento, eu acredito que esse questionamento, essa crítica, ela tem a possibilidade de se transformar de fato numa mudança de ação”.

Para cada trabalhador a greve assume um diferente sentido, a excepcionalidade em relação à vida cotidiana normal depende, dentre outras coisas, da experiência em greves que o trabalhador possui. Os que participaram pela primeira vez de uma greve, mostraram-se mais suscetíveis às transformações. Além disso, demonstraram mais entusiasmo com ela, apesar de não concretizarem todas as expectativas de envolvimento político que criaram. Aqueles que já haviam participado de outras greves, referiram-se a ela em um tom de continuidade em relação às outras greves e atividades sindicais (como paralisações). Para esses, experiências de greve já fazem parte do cotidiano, sendo que as entrevistas foram realizadas em uma brecha encontrada em suas agendas: T3 afirma que durante as tardes, realiza “alguma tarefa sindical, pelo menos nesse último ano aí”; D2 recebeu, enquanto fazíamos a entrevista, uma estudante que veio pedir apoio político pessoal e do sindicato para sua causa; T1 me recebeu após uma reunião do sindicato em que debatia a possibilidade de uma nova greve; T4 chegou atrasado na entrevista, pois estava em uma reunião debatendo um tema que envolvia a categoria. Cabe esclarecer que o núcleo mais ativo da greve dos docentes foi formado por

trabalhadores que já possuem um histórico de lutas sociais e outro que participava pela primeira vez de uma greve. Já entre os TAEs, a maioria de seu núcleo ativo foi formado por trabalhadores com experiência de militância⁶². Contudo, T4 ressalta que houve também a presença de alguns “colegas que são tradicionalmente vinculados à administração” e que, embora não tenham participado intensamente da construção da greve, “vieram nos atos”.

Para T1, a agitação política verificada nos últimos meses e os problemas internos que a categoria tem enfrentado com a Administração Central da UFRGS tem afetado sua vida cotidiana deixando-a parecida com uma greve.

“[...] a greve ela é um momento de aceleração de nossa militância, a gente se joga mais nas tarefas cotidianas do dia a dia, claro, durante o tempo corrente que a gente tem, o sindicato é onde a gente atua, existem reuniões nas unidades, tarefas mais burocráticas, tarefas de construção política [...]. Então, a gente tem um cotidiano que ele é muito agitado, ele é de muita luta, a gente faz muitas reuniões, está sempre na construção política, ah, então tu não diferencia muito o que é um período de estar em greve e um de não estar, a gente está em um período de recrudescimento da luta aqui dentro [...] a gente tem um cotidiano que ele é perpassado pela aceleração política. Acredito que durante a greve a gente se jogue mais como um cotidiano completo para a ação. Tu já acorda indo para uma atividade, a tarde tem mais construção, ah, então tu tem, a gente já tem um cotidiano, a gente tá vivendo um momento que é de excepcionalidade, por conta do golpe, por conta da pressão interna da reitoria, isso já deixa nosso cotidiano, o nosso dia a dia parecido com uma greve. Mas, durante a greve isso se torna mais presente, porque tu não vai pro espaço de trabalho, mas tu vai pro espaço de convivência, de luta [...]. Então tem esse caráter de aceleração da tua ação, de tu se jogar mais para a ação política.”

Dessa forma, ao mesmo tempo que T1 relativiza a diferenciação entre o momento da greve e a vida cotidiana normal, ele revela o sentido que a greve possui para ele: agitação, aceleração, luta.

Embora haja esse entendimento de continuidade entre as greves, alguns fatos destacaram essa greve das outras: a repressão policial, que segundo T4 “aumentou absurdamente naquele período” e que “sempre que a gente trancava, e desde que eu participo a gente trancava, tinha atividades de fechar a rua e abrir e nunca tivemos problema nenhum”; o fato de não ser uma greve voltada para questões mais imediatas da categoria, mas contra uma medida que afeta toda a sociedade; a necessidade de se construir atos para fora da Universidade, visando atingir a população; a construção da greve em meio às ocupações estudantis; os confrontos com grupos organizados da direita, como o MBL. Esses elementos reunidos ajudam a destacar esse momento em relação ao próprio sentido de greve que T1 utilizou, mostrando sua excepcionalidade frente à excepcionalidade que é a greve em relação

⁶² Na greve dos TAEs o CLG por ser aberto, possuía uma grande mobilidade das pessoas que participavam. A maioria dos seus participantes já havia se envolvido em outras greves, até pelo fato de ter havido outra greve seis meses antes. Apesar disso, houve a participação de muitas pessoas que nunca haviam participado de uma greve e, assim, tiveram uma participação mais tímida. De maneira geral, os TAEs começam a se envolver nas atividades políticas aos poucos, passando a participar do CLG depois de alguma experiência e entrosamento com os demais colegas.

à vida cotidiana normal.

T3 destaca, entre suas memórias da greve, que “teve um momento que foi muito importante aqui na UFRGS né, principalmente, relatado pelos servidores mais antigos né, que desde os anos noventa, outros citavam desde 84 não viam a comunidade universitária unida numa pauta”. Esse ato ocorrido em frente à FACED “tinha representação discente, técnico e docente quase que proporcional”, ou, “pelo menos, o que essas categorias se expressam politicamente”.

Entre os TAEs entrevistados, há consenso a respeito do impacto que a primeira greve teve em suas vidas. Contudo, ao se referirem às greves de que já participaram, se nota que os entrevistados tratam cada greve como única, nomeando-a conforme o ano e as questões políticas da conjuntura da época. Além disso, ao questionar os entrevistados sobre o que significava a greve para eles, a palavra momento sempre foi utilizada, revelando o entendimento de que ela foi algo que teve início, meio e fim, em meio ao andamento rotineiro do cotidiano.

T1 afirma que as atividades da greve quebram com o cotidiano do trabalhador, ela dá uma “perspectiva que sai daquela névoa do cotidiano, daquela questão da aparência”. Com isso, a greve diferencia-se do cotidiano normal de trabalho por ser um momento de conscientização, de quebra da ambiguidade que se transforma em ação. A revelação que a greve opera no cotidiano do trabalhador está relacionado, ao olhar para a realidade de forma ampla, abandonando as atividades rotineiras em que o trabalhador se foca em uma visão estreita da realidade, em resolver seus problemas mais imediatos e distantes do conjunto geral da sociedade. O resultado é que os debates políticos se tornam próximos do trabalhador, sua visão do mundo é ampliada. Como afirma T1, “quando tu abre um debate ou tu faz uma construção política, tu sai daquele ambiente, e tu faz uma visão do todo”.

3.3 RUPTURAS, DESCONTINUIDADES E CRIAÇÕES

Os momentos criticam a vida cotidiana instaurando uma ruptura no “esquema operacional da ordem existente” (LEFEBVRE, 2014, p. 838). No entanto, a ruptura nunca reflete perfeitamente a forma como a possibilidade de ação se apresentou inicialmente. A ação que visa alcançar uma possibilidade será dada em meio à vida cotidiana e, portanto, estará sujeita às novas contradições, representações e mistificações que medeiam as relações.

Algumas rupturas realizadas durante as greves se mantiveram após seu encerramento, e outras foram abandonadas pelas fatalidades do cotidiano. As rupturas se originaram de questões diferentes, porém relacionados. Uma das primeiras rupturas analisadas e que, em boa parte se relaciona com as demais, foi a adoção do comportamento ativo dos trabalhadores frente à situação (descrito no item Ambiguidade). T4 entende que:

“Na greve é diferente, a greve é um movimento dinâmico que a gente tem que estar em intensa articulação analisando o cenário, a conjuntura, fazendo atividades distintas tanto de esclarecimento da necessidade da greve ali das coisas da greve para a sociedade como atividades de repercussão, atividades mais radicalizadas que a gente chama, para tentar atingir os nossos objetivos né.”

Para toda ruptura corresponde uma criação e, a partir desse processo, uma descontinuidade é realizada na vida cotidiana. D1 explica que sua unidade é um “lugar em que costumam as decisões serem sempre verticais, é uma pessoa que diz assim e pronto e os outros tem que seguir”. Porém, com as ocupações e as greves, “de repente, os alunos começaram a não aceitar aquele tipo de hierarquia vertical né, eles começaram a querer uma hierarquia mais horizontal” e, com isso, questionaram o antigo modelo de debates e tomadas de decisão e, ao mesmo tempo, construíram algo diferente:

“Todo esse ano passado foi de uma construção de um dia a dia diferente na universidade, de uma unidade diferente. Culminou com a eleição de uma chapa progressista para a direção, com uma proposta para reestruturar a unidade e nosso jeito de atuar aqui, e desde então nós temos sentido realmente que a gente está mais próximo dos estudante, a gente está mais aberto para ouvi-los, eles também estão mais abertos, também, para nos inserir nas atividades deles, para participar de nossas atividades. Hoje a gente teve a aula inaugural da unidade que ocorreu dentro da Semana Acadêmica de curso, que é organizada pelos estudantes. Quer dizer, foi uma atividade conjunto preparada tanto pela direção quanto pelos alunos, com interesse tanto dos professores que estavam lá para ouvir o que estava sendo dito, quanto para os alunos. O tema foi escolhido pelos estudantes e abraçado pelos professores. E o discurso do nosso diretor hoje foi exatamente nesse sentido, de uma nova unidade, com a atuação mais próxima entre discentes e docentes, e, muito bom, tem sido uma experiência muito boa, sair para as passeatas, encontrar os alunos e ver que a gente está junto.”

O convívio com os colegas em meio ao clima de agitação gerado pelas greves e ocupações estudantis despertou relações sociais que se mantiveram após o movimento. A greve reestabeleceu a socialização no cotidiano, o convívio em torno do que é comum, dos objetivos comuns. Por isso, a forma como essas relações foram construídas contrastou com as relações baseadas em temas profissionais em detrimento dos pessoais. Para exemplificar, D1 explica que “tinha poucos colegas aqui com quem eu conversava”, mas, de repente passou a conhecer todo mundo. Para ele, o movimento serviu “para estreitar as relações pessoais entre nós e serviu para aproximar. Todo mundo da unidade passou a ser pessoas, deixou de ser profissionais, amigos dentro de um mesmo local de trabalho”. T4 destaca que o envolvimento na greve “fortalece o coletivo”, e sempre se faz, em uma greve, “vários amigos, vários

companheiros de luta”. Já T2 afirma que, durante a greve, mesmo quando não “tem atividade, tu acaba se socializando mais, enfim, e discutindo, e conhecendo melhor os colegas, enfim. Acho que isso é bem importante, acho que é uma das coisas que a greve trás”, contudo nem só amizades são feitas, os “relacionamentos de greve que tu abarca, eles são mais, mais pessoais, na verdade né, pro bem e pro mal”. Para D3, houve uma mudança significativa no trato com seus colegas, pois “as vezes, os professores de um curso e outro não se conhecem, eu conheci muita gente ali nesse período, alguns professores das outras áreas se tornaram meus amigos nesse período”.

Mudanças como essas rompem com o individualismo, e isso se manifesta nas relações com os colegas, com as pessoas de outros segmentos e com a própria sociedade. No que diz respeito à interação entre estudantes, docentes e TAEs, muitas transformações ocorreram. Grevistas e estudantes deixaram o isolamento de lado e buscaram romper com as hierarquias e divisões, visando construir um ambiente livre de relações mecanizadas e impessoais. Não havia chefias, coordenadores, orientadores e subordinados, apenas sujeitos lutando por uma causa comum. Não se trabalhava para cumprir um dever profissional, mas para construir uma realidade que, de fato, representasse os interesses dessas pessoas. Nesse sentido, T3 afirma que houve uma “troca de informações grande entre os comandos de greve, tanto dos funcionários quanto professores com os estudantes das ocupações”. Em algumas atividades, a organização foi realizada com a participação dos três segmentos, rompendo, ainda que parcialmente, com a fragmentação da luta e resultando, segundo T3, em “um ato importante, assim positivo, que aponta, assim, para a necessidade da unidade das categorias da Universidade em torno da defesa do próprio interesse da Universidade”.

Com essas mudanças houve, segundo D1, um movimento de retorno à condição natural de existência do ser humano. Isso não representava uma ruptura da vida cotidiana, mas a sua reconstrução, já que a gente vive em uma quebra continua:

“Isso é uma questão interessante, durante a ocupação, a gente teve uma das atividades de conversa, com um dos meus colegas, ele falou algo nesse sentido que eu achei que foi muito marcante. Ele falou, justamente, muitas vezes as pessoas falam que a greve rompe com o cotidiano, mas que ele via de outra forma. Ele via que o trabalho é que rompia com o cotidiano. Trabalhando aqui a gente deixava um monte de coisa, deixava de conversar com os outros, de, realmente, interagir e existir um com o outro, de uma forma mais natural, e que a greve não é o rompimento da vida, o trabalho que é o rompimento da vida, e quando a gente para tudo, para de trabalhar é que a gente está se reintegrando no curso natural das coisas de agir com os outros, e conversar e atuar de uma forma que seria não de ruptura.”

D2 afirma que um dos grandes efeitos da greve é que as pessoas “param para conversar, porque a rotina é sempre de correr de um lado para outro” e, dessa forma, “tu não encontra horário”. Quando tu estás em greve, “tu tem, então daí todo mundo pode se

encontrar, esse é um efeito bárbaro” que “estabelece um convívio diferente”. Dessa forma, os trabalhadores, aos poucos, rompem com o isolamento a que são submetidos ao focar suas atenções na execução de suas tarefas cotidianas do trabalho formal. Ao mesmo tempo, rompem com a parcialidade de sua visão de mundo, o que se dá a partir do contato com colegas de outras áreas de atuação, como explica D2:

“[...] acho que outra coisa que muda muito para nós nesse quadro da greve é que tu conversa com pessoas de outras áreas. Então as pessoas começam a perguntar, tem uma colega lá das biociências e ela trabalha com borboletas, então conhecer alguém que estuda borboletas, se não fosse a greve eu não iria perguntar, eu não sei, saber que tem alguém que estuda borboletas aqui na região de Porto Alegre, [...]. Aí eu estou em contato com a outra que estuda espanhol e está fazendo a luta para que continue tendo espanhol nas salas de aula, então tu começa a ter um contato com pessoas que têm outras atividades, isso é bárbaro, isso é um grande, e as pessoas começam a se conhecer.”

Para T1, o envolvimento na greve permite romper com a visão de mundo formada a partir do trabalho fragmentado, que aliena o ser humano ao colocá-lo em contato com práticas repetitivas. Assim, ele explica que a greve,

“Transforma muito porque tu tem uma perspectiva que sai daquela névoa do cotidiano, sabe, daquela questão da aparência, porque o cotidiano da gente ele é repetitivo, ele é naturalmente repetitivo, né tu vai do trabalho pra casa da casa pro trabalho e quando tu abre um debate ou tu faz uma construção política tu sai daquele ambiente e tu faz uma visão do todo.”

Como exemplo, T1 explica que quando se tornou dirigente sindical rompeu com a visão parcial que possuía da realidade do trabalho em sua unidade, com seus conflitos e jogos de poder, pois,

“[...] a própria atividade sindical, tua posição te obriga a conversar com colegas de outros setores, colegas de outras entidades, de outras instâncias como a UFSPA, o IFRS, então tu tem uma visão mais rica e mais completa do que é a realidade do trabalho nesse espaço, que é as Instituições Federais de Ensino. Uma coisa que é um primeiro momento ali, uma atividade ligada ao cotidiano estrito, tu tem uma visão mais limitada da tua vida ou das relações de trabalho, quando tu vai lá e faz, começa a discutir a realidade, [...]. Tu ouve a reclamação, as denúncias, tu ouve as necessidades dos colegas de outras instituições, de outras unidades e setores de trabalho, tu abre a tua visão de mundo, te permite durante a greve, durante o cotidiano do sindicato, tu vê que a realidade do trabalho não é só tua, que tem muitas outras com mais riqueza, com mais exploração, com mais liberdade, tu consegue ter uma visão mais ampla do que que é o trabalho em si, o trabalho deixa de ser só uma tarefa que tu realiza ali no espaço restrito e passa a ser toda uma gama de relações sociais que estão espalhadas pelo mundo, então o cotidiano da greve, o cotidiano do sindicato permite ver o mundo com mais clareza e daí até ultrapassa uma lógica hegeliana, e marxista claro, ultrapassa a aparência e ir para a essência das relações de classe.”

Alguns elementos presentes na greve dos TAEs significaram uma ruptura dentro da própria ruptura que é a greve em relação ao cotidiano normal de trabalho. Com o grande número de greves que ocorreram nos últimos anos, foi relatada uma certa continuidade entre elas. Apesar disso, os métodos de debate e tomada de decisão, por exemplo, não foram fixos.

T3 explica que não vê os mecanismos que a categoria produz “como burocráticos, não vi nada assim ser impedido alguém de fazer alguma coisa em função de um rito, a gente sempre está rediscutindo os ritos, adequando”. Assim, ele cita a formação de um CLG aberto em que todos que estivessem dispostos a participar poderiam contribuir na construção da greve. Segundo ele, esse modelo contrasta com os CLGs que ocorriam antigamente, quando se realizavam “eleições, assim, nas unidades, e chegava lá uma coisa burocratizada”. Com isso, o local em que se “digere a greve né, se determina os rumos” segue uma lógica flexível.

A participação na greve também revela a ruptura com o senso comum. Ao participar do movimento, compreende-se de fato como ele é e o que representa. T3 comenta que, antes de se envolver em atividades sindicais, “já tinha lido críticas sobre o movimento sindical, crítica sobre, sei lá, os caras se reúnem nas igrejinhas e fazem lá os seus cultos né, vamos dizer assim uma crítica vulgar ao sindicalismo”. Mas, a partir do momento que vivenciou uma greve pela primeira vez, aboliu isso da cabeça porque “não é assim que funciona, é um espaço democrático, claro, quem chega de primeira vai se estranhar”, vai considerar esquisito o fato de todos seguirem o mesmo comportamento, mesmo quando são contrários. Nesse ponto, T4 explica que o método de tomada de decisão preponderante durante a greve é o “centralismo democrático, que na minha visão é a melhor forma que existe, porque enfim, a maioria decide e vamos juntos fazer isso, porque se vamos cada um fazer uma coisa diferente aí não funciona”.

Já D1 se disse um pouco chateado com a atitude de alguns colegas, pois:

[...] a gente discutia ideias entre si, planejava, mas outros acabavam indo fazer o que dava na telha e não participavam da construção que havia sido debatida conjuntamente, e isso foi um pouco chato, assim, porque, nós, no comando de greve, nós éramos poucos, uma dúzia, 20 no máximo, e eram aqueles que estavam agindo mais intensamente na construção da coisa, se você tem dois ou três que não estão participando das coisas das decisões do todo, isso enfraquece bastante, então, acho que nesse sentido foi mais, acho que isso, de resto o grupo é bastante coeso.”

Ele afirma, ainda, que as greves e ocupações inspiraram algumas mudanças em sua unidade, como o método de debate nas instâncias decisórias. D3 afirma que em sua unidade buscou-se trazer uma lógica “mais democrática, mais aberta, abrir o debate, por exemplo, o nosso chefe de departamento queria abrir debates para a plenária, coisa que o colegiado decide”.

Em certo episódio, D3 comenta que foi chamado para discutir a suposta “traição” que a direção havia sofrido pelos estudantes porque a ocupação não aceitou o acordo que teria sido feito entre ela e os representantes dos diretórios acadêmico de sua unidade. No momento em que esses representantes levaram para os ocupantes o acordo que haviam estabelecido com

a direção, os demais “estudantes não aceitaram, eles disseram, não a gente não quer que seja assim, a gente não discutiu isso, acho que todo mundo tem que participar e opinar”. Atitudes como essa representam o entendimento de que “um representante é um representante e não a pessoa que toma a decisão”. Portanto, “ele pode ser eleito, mas ele vai debater com as pessoas antes de tomar alguma decisão”. Com isso, busca-se uma “democracia mais real”. Embora essa característica tenha sido muito forte por parte dos estudantes, ela foi apoiada e reforçada nas greves.

Para romper com o isolamento da Universidade em relação à sociedade, diversas iniciativas foram realizadas. T2 explica que existe “uma mídia golpista e oligopolizada que tenta barrar a divulgação do movimento dos trabalhadores”. Nesse sentido, as greves tiveram uma característica muito peculiar em relação ao modo como Universidade e população interagem, tendo sido necessário ampliar a luta para além dos muros e combater o discurso hegemônico da mídia corporativa. T3 explica que “o assunto da PEC tinha que ser debatido publicamente. Que a gente tinha que enfrentar o bloqueio midiático que a emenda” possuía entre a população, porque

“[...] todo mundo quer que tenha um teto dos gastos aparentemente né, porque entende que o dinheiro é limitado. Então, ou seja, tem que ter um limite para os gastos, só que não era isso que a PEC representava né, a PEC era uma proposta de congelamento, de redução de investimento em saúde e educação, então nós tínhamos que fazer esse discurso na sociedade”.

Por outro lado, D1 afirma que boa parte do cotidiano da greve era voltado para “convencer os colegas”, dialogando “de instituto em instituto, batendo em porta, tentando falar nos gabinetes com os colegas”. Por isso, “na maior parte do tempo a gente estava escrevendo para dentro do próprio, da própria instituição, da própria UFRGS”. D2 explica que por haver dois sindicatos que representam os docentes, era preciso “explicar para os colegas que já estavam em greve que aquela decisão que a gente tinha tomado era perfeitamente legítima e legal”. Segundo D2, como já mencionado no item Ambiguidade, existe essa “entidade, esse grupo que fizeram campanha anti-greve. Então esse pensamento que tem anti-greve em toda parte, esse pensamento mais conservador, ele ganhou um espaço muito grande na Universidade” e, por isso, muitas ações foram propostas visando superar esse entendimento entre os colegas.

A transformação da consciência gerada pela desalienação em relação ao senso comum indica que, entre os objetivos da greve, estavam possibilidades que não se expressavam de maneira palpável na realidade. Outras rupturas, embora também sejam resultado de um processo de desalienação, foram expressos através da mudança de práticas, hábitos e modos de se relacionar. Lefebvre (2002, p. 133) indica que a história do homem se desenvolve a

partir dos momentos de descontinuidade em que através de táticas e estratégias grupos sociais percorrem seu caminho entre o repetitivo e o criativo, pois, “existem processos de tornar-se e de desenvolvimento que possuem relativa continuidade”. Isso porque, “em resposta à demanda de uma dada situação concreta, as modalidades sociais da repetição aparecem” (LEFEBVRE, 2002, p. 132). A busca da conscientização, em uma greve, pode seguir uma estratégia de tornar as relações mais transparentes a partir da quebra com a ambiguidade,

O conhecimento em si tem sua tática: saber, fazer saber, fazer com que o conhecimento cotidiano seja um objeto de conhecimento. Tem sua estratégia: provocar a dissolução do cotidiano e reduzi-lo indefinidamente - provocar sua metamorfose ao inferir o número máximo de opções nesse sentido - ao demonstrar a possibilidade de reduzir a diferença entre o cotidiano real e o que é possível, Investindo no que é (relativamente) superior e elevando o que é (relativamente) inferior. Esta estratégia envolve o uso da filosofia, ao mesmo tempo em que a empurra de seu pedestal e a realiza, como uma visão de transparência nas relações humanas cotidianas. Essa mesma estratégia envolve a luta pelos direitos da ciência para ser um dos elementos de uma estratégia (política) global (LEFEBVRE, 2002, p. 136).

As mudanças operadas na consciência dos trabalhadores jamais retrocedem ao estado anterior, é uma ruptura permanente. Outras mudanças foram confrontadas com a necessidade de se retomar o antigo cotidiano. A análise dessa relação revela a complexidade do processo de tornar-se e as dificuldades encontradas para realizá-lo. Nesse sentido, Lefebvre (2002) aponta que “quando a estratégia predomina, acontecem os momentos de revolução. Estratégia dá um senso de vida aos grupos. Senso, direção, orientação, expressão, objetivo. Senso como drama, constituído pela estratégia do grupo. Estratégia que cria o grupo” (LEFEBVRE, 2002, p. 135). Assim, “o nível da vida cotidiana é o nível da tática, onde não há muita ação, a realidade é estagnada, é onde a trivialidade domina”; e ainda, “quando grupos se tornam isolados, eles degeneram” (LEFEBVRE, 2002, p. 135). Assim, a estratégia do grupo deve estar direcionada para realizar uma

[...] ação na vida cotidiana perseguindo um curso oposto ao esquema operacional da ordem existente, isto é, opondo diferença para a homogeneidade, unidade para a fragmentação, igualdade concreta para a impiedosa hierarquização, em uma luta real. Isto diz respeito à prática (LEFEBVRE, 2014, p. 838).

A ação que tais rupturas desencadeiam tornam-se inconsequentes no processo de transformação social se não forem objeto de estratégia e táticas desses grupos a fim de explorar da melhor forma as possibilidades abertas. Assim, os grupos sociais podem firmar-se como operadores da transformação social a partir da descontinuidade gerada em sua vida cotidiana.

3.4 CONFLITOS, PROBLEMAS, PRÁTICAS, AÇÕES E POSSIBILIDADES: VIVIDO E VIVER

Se a consciência do ser humano parte do conjunto de experiências que ele realiza em sua vida cotidiana. Ao interromper as atividades da rotina de trabalho e envolver-se na construção de um movimento grevista, as novas práticas, conflitos, problemas e solução desses problemas se constituem em um novo ponto de partida que propicia o movimento da consciência. Além disso, a ação que resulta desse processo é mediada pelas representações, interações, conflitos e ideologias presentes na vida cotidiana.

Um primeiro aspecto que se apresenta para diferenciar as práticas no ambiente de trabalho das ocorridas durante a greve é que a greve é um movimento essencialmente coletivo e, como tal, sua essência está na solidariedade. Assim, ao tomar para si as realidades empíricas e práticas que envolvem a categoria, o trabalhador expande seu campo de atuação e passa a articular seus projetos de futuro a partir desse grupo social e das experiências que nele vivencia. As práticas trazidas pelas greves e ocupações fizeram com que TAEs e docentes projetassem seu futuro com base nelas, D3 comenta que “a ideia que a gente tinha é que nada iria poder voltar a ser como era antes né”, que “terminando a ocupação não teria como voltar ao mesmo esquema de aula, nós tinha que de alguma forma adaptar o nosso dia a dia para aquilo que a gente estava vivendo ali. De alguma forma aquilo tinha que passar a estar presente também depois da ocupação”.

Lefebvre (2002, p. 216) explica que o viver representa a virtualidade projetada, é a expectativa criada no âmbito do vivido que nos mantém em movimento, buscando algo, projetando, desejando. Aquilo que o ser humano entende como possível e dedica-se a buscar está dialeticamente ligado àquilo que vivencia nas práticas e experiências da vida cotidiana, ou seja, no vivido.

D3 explica que embora estivesse entusiasmado com o horizonte que se projetava durante as ocupações e greves, a vida cotidiana reassumiu o seu caminho de uma forma que não contemplou as mudanças projetadas. Assim, ao buscar, em meio à vida cotidiana, a possibilidade contida no viver, algumas intenções esbarraram nos problemas, práticas e experiências que o cotidiano normal do trabalhador impõe. D3 afirma que a continuidade das iniciativas de luta e mobilização “não está tão forte quanto a gente previa no início né, a gente achou que ia conseguir manter. No dia a dia não é fácil né, mantendo as atividades acadêmicas todas né, manter um debate né”. Além disso, “tem toda uma corrente que quer que

as coisas continuem rígidas como eram”. D2 comenta que, entre os docentes mais novos, há uma pressão muito grande pelo produtivismo.

Embora houvesse uma pauta própria, as greves focaram muito no apoio às ocupações. T3 comenta que o local em que “se determina os rumos” da greve “é nos comandos de greve, daí claro, se leva para a assembleia, tem várias coisas, conflitos aí mas, em geral, o comando de greve se resolve né”. Assim, logo no primeiro CLG dos TAEs decidiu-se focar as ações no apoio aos estudantes. D1 afirma que os docentes acabaram

“[...] se envolvendo muito no cotidiano da ocupação, ali da ocupação, comprando alimentos pra eles, vindo aqui, de vez enquanto vinha gente ameaçando eles aqui, e a gente tinha que vir aqui dar a cara a tapa, tentar ajudar junto com eles. E isso acabou criando não só um contato mais próximo com os estudantes, mas, também, entre nosso grupo de professores.”

Assim, o dia a dia do grevista dividia-se entre as atividades da greve e o apoio ou participação nas atividades dos estudantes. Dessa forma, os trabalhadores interagiram principalmente com os colegas de cada unidade, organizando-se para prestar apoio conforme as necessidades das ocupações.

Em meio às atividades que foram sendo realizadas, as aulas e debates sempre traziam temas envolvendo as questões políticas que estavam em destaque, como a PEC do Fim do Mundo. D1 conta que ficou impressionado com alguns debates realizados em conjunto com os estudantes:

“[...] a gente ia para discutir textos de política com alunos e as coisas que eles tinham para dizer para a gente eram fascinantes. Tem muitos alunos que vem da Restinga, de lugares pobres e a realidade deles, a noção que eles têm de, do que é a vida, é uma coisa que nos deixou a gente extremamente surpresos, o quanto que a gente tem para aprender com eles também.”

Uma das formas mais importantes que TAEs e docentes encontraram para apoiar as ocupações foi na interlocução dos estudantes com as diversas instâncias da Universidade, desde o diálogo com professores até a participação em reuniões com a Reitoria. D3 conta que participou de várias reuniões, entre elas uma em particular com a direção de sua unidade em que disse ter sido tratado de forma rude e grosseira pelo fato de ser conhecido por realizar práticas mais horizontais com os estudantes e apoiar as ocupações. Além disso, ele comenta que quando começou a mandar e-mails com questões políticas começou a sentir uma certa perseguição (conforme relatado no item Ambiguidade).

Em outra oportunidade, D3 relata que atuou como conciliador entre os estudantes e os movimentos contrários às ocupações atendendo aos apelos de alunos. Essa experiência aproximou não só com as pessoas que apoiavam às ocupações, permitiu estabelecer um diálogo entre pessoas com distintas perspectivas políticas e ensinou novas formas de embate.

A assembleia como prática de discussão e tomada de decisão se tornou muito comum em todos os espaços e revelou a possibilidade de se lidar com situações tensas e complexas a partir de formas mais democráticas de organização, mesmo para quem não se identificava com o movimento.

“[...] teve o desocupa da unidade né, que acho que acabou, professores e alunos contrários à ocupação e que foram um dia lá e daí os alunos que sabiam que eu tava apoiando a ocupação me mandaram: bah, por favor vem aqui nos ajuda, eles estão aqui agressivos e querendo entrar à força, querendo nos tirar, cheguei lá eles já estavam, quando eu consegui chegar lá para ver se eu conversava com eles tentar acalmar os ânimos dos dois lados, aí eles já tinham mais se organizado, estavam fazendo até uma espécie de assembleia né conversando e acabou assim numa boa, assim, até o pessoal que queria a desocupação colocou seu ponto de vista, outros botaram os seus, né, mas não que o pessoal que queria a desocupação tivessem mudado de ideia, mas, pelo menos eles conseguiram achar, assim, ah [...]. é, de não ser assim, de ficar nessa batalha assim tão, tão acirrada né.”

D1 conta que quando a ocupação aconteceu no prédio das salas de aula de sua unidade, imediatamente foi fechado o prédio administrativo, porque a direção temia que ele também fosse ocupado. Assim, D1 explica que tiveram que fazer

“[...] diversas reuniões para tentar convencer nossos colegas para abrir o prédio, e culminou numa reunião do Conselho, que foi longuíssima, e um dos argumentos dos colegas contrários, é que se os estudantes tomassem esse prédio, como é que a gente iria trabalhar, o que que iria acontecer com o patrimônio público que está aqui. E a gente conseguiu vencer esse argumento dizendo: olha como está o outro prédio, o prédio está em condições melhores do que estava antes e a gente pode entrar lá. Eles ocuparam mas a gente pode entrar, a gente tem que dar o nome ali para entrar, mas a gente pode dar o nome. Se eles vieram ocupar aqui também não vai ser problema, eles vão continuar cuidando como cuidam lá, e a gente vai poder continuar, conseguindo transitar se a gente precisar. E eu próprio no início da reunião estava muito temeroso de abrir o prédio, e com os colegas conversando, percebi que não, eles tinham razão, a gente tem que abrir o prédio. Porque que a gente vai fechar o prédio? Então foi um período de muito aprendizado. Eu mesmo mudei várias opiniões que eu tinha ao longo desse processo todo, e foi muito bom.”

Um problema muito comum para quem se envolve no movimento é a perseguição e o assédio moral. T2 explica que em sua unidade muitos colegas não aderiam às greves e demais atividades da categoria por medo da hierarquia:

“[...] a direção daqui, que agora está em outra unidade, ela era muito perseguidora, ela era muito, muito, autoritária. E o novo diretor que a gente tem agora, ele é supertranquilo, apoiador da gente, apoia a paridade, então isso é bastante importante, as pessoas tem um pouco de medo de enfrentar o seu superior, isso ocorre bastante inclusive.”

Entre os grevistas, as práticas, conflitos e experiências foram as mais diversas. D1 comenta que os principais conflitos que tiveram foram relacionados às proposições sobre o que fazer. Ele comenta que passava muito tempo escrevendo textos para divulgar, visando esclarecer a legalidade da greve e mobilizar seus colegas. Era um esforço “para tentar denunciar o que estava acontecendo né, explicar para as pessoas”. Ao comentar o quanto estava desgastado com aquelas atividades conta que os “colegas mais veteranos que já

participaram de muitas greves, dizem que é sempre assim, que nunca tem, sempre começa pequeno e sempre vai crescendo”.

Embora a greve dos docentes tivesse entre suas motivações somar forças contra a PEC, levando o recado para a sociedade através de textos e atos de conscientização, a disputa interna sobressaiu em meio às condições concretas da luta (ver item Ambiguidade).

Apesar disso, o contato com a população foi uma das atividades mais realizadas durante as greves. D1 conta que,

“[...] as reações que a gente teve distribuindo panfletos para as pessoas foram as mais diversas né, desde as que não queriam ouvir, as pessoas que ficavam com um pouco de medo quando você se apresentava como professor da UFRGS, já ficavam meio assim, até pessoas, teve uma pessoa específica que quando eu fui entregar, eu ia entregar, perguntei, ela tava me ouvindo falar com outra pessoa e ela falou assim: É sobre a PEC? É. Eu já to sabendo, eu sou lá da Restinga e a gente já está com um grupo montado lá no bairro. A gente está conscientizando as pessoas, está conversando, tentando descobrir um modo de como a gente pode agir pra denunciar isso e tentar parar esse negócio que é muito importante. Isso me comoveu muito, isso assim, pontos de luz.”

O trabalho de divulgação do movimento e suas pautas com a população colocou os trabalhadores em contato com realidades e perspectivas que saíam do contexto ao que esses trabalhadores estavam acostumados. Isso permitiu que se entendesse melhor como a sociedade se organiza a partir da pluralidade que as ruas da cidade representam. Com isso, o vivido sofreu uma forte transformação, saindo da rotina repetitiva das atividades na Universidade e encontrando uma realidade ampliada nas diversas experiências adquiridas durante a greve. Para T1, o contato com as pessoas nas ruas foi uma das experiências mais marcantes do movimento:

“[...] eu acho que as experiências que eu fiz para fora da universidade, porque essa foi uma greve que tinha uma especificidade muito grande, era uma greve que tratava de uma questão nacional que era a PEC, que era a PEC do corte de investimentos, não gastos, de corte de investimentos, ah, e a gente foi obrigado, obrigado entre aspas né, não só a fazer a nossa militância e a nossa ação política entre os colegas, mas também levou a gente a militar para fora, militar com pessoas da rua [...]. Teve uma atividade interessante até que a gente foi prestar solidariedade aos sindicatos da América Latina que tinham, o CONTUA né. E a gente foi no Consulado da Argentina, que é ali no Moinhos de Vento, que é uma área extremamente burguesa. E aí a gente fez um ato rápido e tal e aí alguns colegas vieram lá de cima, do Montserrat até a UFRGS, eu fui inclusive distribuindo panfletos. E daí eu pude distribuir panfletos e conversar com pessoas das mais diversas classes sociais, e daí tu perceber como é que o impacto dessa medida, e a tua militância, ela, ela é, ah, ela se vê chocada com uma realidade, que, as vezes, tu conversar com uma senhora com um casaco de pele ou com um rapaz que é um operário, o prazer que algumas pessoas tinham, e diziam: - é isso aí, fora Temer!, ou aquela coisa, até uma certa arrogância de algumas pessoas: - não, não quero envolvimento com isso! Sabe essa percepção muito clara do contato com uma realidade diversa foi acho o que mais me marcou.”

T3 comenta que era preciso “enfrentar o bloqueio midiático que a emenda do teto dos gastos” possuía e, para isso,

“[...] em vários momentos a gente fez atos públicos, meio isolados em alguns momentos, outros com o ANDES, por exemplo, que a gente fez de panfletagem no centro da cidade, dialogando com a população. Ao longo do processo, enquanto a gente fazia isso e nacionalmente outras categorias também faziam, ah, eu acredito que tenha aumentado a consciência do trabalhador em geral em relação aos efeitos da PEC, só que isso não chegou a se transformar também em uma adesão geral nos atos públicos né, então nós tivemos assim, uma resistência à PEC que foi brava, vamos dizer assim, mas que não conseguiu fazer frente ao bloco né que tava bancando, e aí tivemos a PEC aprovada, mas não morreu aí né, ainda teremos 20 anos para lutar contra ela né.”

Muitas vezes a rotina de militância insere o trabalhador em um universo de organização política muito avançado em relação ao restante da sociedade. Assim, o contato com a população durante a greve renova o entendimento das condições sociais de luta e consciência que a população possui e permite confrontar diferentes perspectivas.

Entre os principais conflitos que emergiram em meio às greves estavam os embates com movimentos contrários às ocupações, grupos organizados (MBL) e forças policiais. Segundo D1, “essas pessoas de orientação política diametralmente opostas” estavam “ali o tempo inteiro ameaçando”. Em uma oportunidade, D1 conta que a faixa que os docentes haviam colocado em um dos prédios foi arrancada e queimada “por estudantes extremistas de direita”, que gravaram a cena e postaram o vídeo no Facebook. T3 entende que esses “movimentos de direita altamente organizados” estão ali para “destruir, para provocar, para tirar a seriedade de uma coisa e tornar ela vulgar, vamos dizer assim, até puxando briga”. No episódio do confronto com o MBL em frente ao ICBS, T3 explica que quase houve

“[...] uma briga ali generalizada em função da provocação desses militantes da direita, acho até que a gente saiu um pouco do controle, mas acho que foi importante, assim, para frisar até, assim, do ponto de vista físico que as vezes tu tem que se impor. Não parece muito democrático isso, mas também eles não são, então não dá para ficar agindo como se fosse uma criança né de jardim de infância. Então acho importante que se impor fisicamente nesse momento e impedir a desocupação do ICBS que tinha sido determinado ali pela própria comunidade.”

Para os TAEs, viver essa greve simbolizou, em certa medida, reviver momentos do passado, como as duas greves ocorridas nos últimos dezoito meses. Nesse sentido, algumas práticas se repetiram enquanto outras foram criadas, T2 explica como enxerga esse processo:

“Eu acho que tem hábitos que são repetidos e atividades que são repetidas de greve para greve. Ah, em certa greve isso foi feito então agora vamos repetir pois a configuração é a mesma. Acho que isso ocorre, só que também corre que muita gente nova entra, gente que não está acostumado com a atividade sindical e que quando entra traz às vezes umas ideias diferentes, e são discutidas e são votadas e às vezes passam. Às vezes são ideias de uma pessoa que está há 20 anos na UFRGS e de um cara que recém chegou, e são votadas e às vezes a ideia desse cara novo ganha, por que é inovadora, porque ninguém tinha pensado nisso antes, então tem essa oxigenação do movimento, embora as vezes eu acho que tentam abafar um pouco isso, mas existe.”

Apesar desse fluxo, as práticas da greve requerem um conhecimento prévio de seu

funcionamento. As disputas de poder no sindicato se expressam, na greve, de uma forma que nem sempre fica claro, T2 comenta que “quando se chega na greve do nada, tu ficas um pouco confusa com muitas falas das pessoas, tu não reconhece os grupos que estão disputando entre si né, que depois com muito tempo que tu vai descobrir, porque no primeiro, na primeira vez que tu vai, é tudo, tipo tu está reconhecendo”.

Nesse sentido, a experiência da greve ensina o trabalhador a se inserir em um ambiente que em parte já possui um conjunto de regras e lógicas, mas ao mesmo tempo se renova. O conflito entre o novo e o velho ocorre em um momento de transformações, de agitação. Por isso, a greve simboliza um terreno de muita fertilidade, já que propicia o aprendizado para muitos trabalhadores e a criação de novas dinâmicas para o grupo que se forma em meio à luta cotidiana.

Durante a greve, além de conhecer a realidade das outras pessoas, o trabalhador compreende as dificuldades de implantação de um modo de viver mais democrático, socializado e de enfrentamento. Essa experiência serve como mediadora entre a estrutura da vida cotidiana no ambiente normal de trabalho, a forma mais avançada que esses trabalhadores conseguem imprimir no movimento, e as perspectivas de avanço que conseguem projetar (viver) de acordo com o que vivenciam (vivido).

Os conflitos com as forças de resistência mostram para os trabalhadores as dificuldades de implantar seus projetos de mudança. A estrutura resiste, ela quer se manter. Porém, o choque entre essas forças gera a energia que possibilita a transformação, embora ela não ocorra nem conforme o planejado pelos grevistas, nem de acordo com o desejo das forças de conservação do sistema. O novo é o resultado desse confronto. Portanto, conhecer as condições da luta, as possibilidades de mobilização e as formas de resistência oferecem a possibilidade de agir em um campo mais claro, de forma mais consciente.

Assim, as soluções encontradas para os conflitos da greve assumem diferentes formas, em alguns momentos o diálogo prepondera e, em outros, a imposição física. De uma forma ou outra o movimento desacomoda a vida cotidiana, trazendo à tona uma disputa que está aí para ser enfrentada. Ao vivê-la, aumenta o comprometimento dos trabalhadores com as causas coletivas, porém sem organização esse processo se torna vazio.

A análise desse processo revela um terreno fértil em que o velho e o novo interagem e movimentam a história do homem. Para Lefebvre (2014, p. 838), “o sujeito está sendo construído”, afinal, o fruto do trabalho, a produção, “[...] não se reduz à fabricação de produtos [...] ela designa também a produção do 'ser humano' por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de relações sociais” (LEFEBVRE,

1991b, p. 37).

3.5 PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA PARCIAL

O trabalho realizado na greve é essencialmente focado na resolução dos problemas e conflitos que se apresentam em meio à construção do movimento. A mobilização da categoria, a organização das atividades, o contato com a população, a articulação com outras categorias e entidades, tudo isso gira em torno de objetivos que via de regra não alcançam um projeto revolucionário total, seja pela falta de consciência de classe e das contradições do sistema, seja pela falta de condições materiais para tanto.

A análise do potencial revolucionário de uma greve ou de sua capacidade de pressão sobre as contradições do sistema não pode chegar a uma resposta que defina em caráter conclusivo o caráter do movimento. A análise dos relatos permite, apenas, traçar alguns de seus contornos. Lefebvre indica que “nem sempre é fácil distinguir esta práxis revolucionária parcial da práxis reformista que aceita e se submete ao real - ou seja, às relações de produção como dadas - em vez de exercer pressão sobre suas contradições para transformá-las”.

Embora a maioria das greves sejam pautadas por melhores condições de trabalho e aumento salarial, a greve dos docentes e dos TAEs pautaram-se por lutas que extrapolavam a categoria. O combate à PEC atingia indiretamente o modelo de Estado expresso na implementação de uma política fiscal que interessa a setores específicos da sociedade. Porém, a pressão exercida só atinge indiretamente o sistema e não é necessariamente conduzida em relação à contradição capital trabalho.

Além disso, a busca de conscientização, mobilização e denúncia realizadas nas greves representa pressão a um dos pilares do sistema capitalista que é a alienação, o individualismo e o adormecimento das forças sociais transformadoras. Desse modo, ainda que a greve atinja uma pequena parcela da sociedade, ela colabora na mobilização e conscientização das pessoas. Conforme D2, “quando terminou o movimento, quando teve a votação no Congresso, já tinha havido uma virada na opinião pública, inclusive dentro da Universidade”. Já D2 acredita que, “enquanto a gente fazia isso, e nacionalmente outras categorias também faziam, ãh, eu acredito que tenha aumentado a consciência do trabalhador em geral em relação aos efeitos da PEC”. A socialização entre as pessoas, o convívio mais humano e a ampliação da visão de mundo a partir do contato com diferentes realidades e problemas colaboraram para

que processos de desalienação ocorressem.

A união entre os três segmentos da Universidade e a articulação da categoria com grupos e entidades externas representaram um passo em direção à organização da classe trabalhadora. Apesar das greves terem representado uma evolução na unificação das lutas sociais dentro e fora da Universidade, muitos relatos apontam que havia um potencial para que essa união fosse maior, como afirma T3:

“[...] eu acho que é necessário pensar a greve assim como, na totalidade assim né, nas outras categorias também né, por exemplo, nesse caso dos estudantes. Ah, só que pra isso era preciso formar um mecanismo que reunisse tanto, que articulasse de fato os movimentos para uma ação conjunta. E nesse, esse passo, assim, que a gente teve muita dificuldade para fazer em virtude da própria característica das ocupações, da própria característica do sindicato, que tem grupos né, com perspectivas diferentes, que é normal, é salutar e tal, mas que a gente não conseguiu evoluir pra formar um mecanismo de ação conjunta tão eficiente que envolvesse docentes, técnicos e estudantes nessa greve [...] não se realizou, por exemplo, uma plenária universitária ampla, não se usou isso para discutir, refundar, digamos assim, a universidade, desde um todo.”

Embora T3 entendesse que era possível organizar uma frente de resistência entre os três segmentos de maneira a centralizar as ações para construir resultados consequentes, ele entende que existem dificuldades que só são enfrentadas ao executar esses projetos na vida real, na vida cotidiana. Assim, T3 aponta algumas falhas que o movimento apresentou:

“[...] mas acho que não, não foram, não se formulou um comando de greve centralizado, então tem falhas da ASSUFRGS, tem falha do movimento docente que a gente sabe que tem dois sindicatos e tal, e falha na condução do movimento dos estudantes, porque ele era a meu ver, muito focado em cada unidade, então faltou uma união entre essas unidades, pensar para além do seu curso, pra além da sua, que, porque a gente sabe que é difícil, mas foi um passo importante de ser feito né. ’

T3 explica também que pelas questões internas enfrentadas com a Reitoria, o núcleo mais ativo dos trabalhadores estava bastante desgastado, e que boa parte da categoria não se envolve na organização do movimento.

“[...] desde 2015 então nós estamos enfrentando isso no dia a dia, com altos e baixos, então chegamos no final de 2016 assim com bastante desgaste, com certeza assim a militância, a vanguarda assim, o pessoal que se envolve mais com o sindicato está, ah, está esgotado, vamos dizer assim, está com dificuldade de se repensar assim pra bolar uma tática nova, pra enfrentar os cenários, isso é um ponto e o outro ponto é que toda a categoria não bancou efetivamente essa greve, isso é uma coisa que a gente tem que avaliar né, porque a gente tinha assembleia de 300, 400 pessoas, beleza. Tínhamos atos com mil pessoas talvez daí juntando os docentes, o IFRS a UFSPA, tivemos atos assim que foram realmente significativos, mas no dia a dia tínhamos na verdade umas 100 pessoas envolvidas na greve né, construindo mesmo assim, aí isso gera ali nas pessoas que estão tentando organizar um desgaste grande, então nós não tínhamos como passar assim de unidade em unidade, pegar os colegas pela mão e convidando, né e conscientizando pra fazer a greve.”

Além disso, T2 aponta outro problema do movimento que o impede de alcançar patamares maiores de mobilização e conscientização da categoria, em primeiro plano, e da classe trabalhadora, em consequência: “e também outras pessoas que aproveitam a greve para

ficar em casa assim. Infelizmente, a gente tem companheiros que não participam efetivamente da greve”. T2 comenta, também, que considera que “a greve é um instrumento de luta muito importante, mas as vezes é um pouco banalizada”.

Com isso, podemos definir as greves como movimentos que nascem das contradições do capitalismo, mas nem sempre se direcionam para superá-lo, ainda que o conjunto de práticas e experiências realizadas tragam elementos que indicam a criação de novas formas de viver em oposição à estrutura das relações sociais da sociedade capitalista. Desse modo, encontramos o velho e o novo interagindo dialeticamente. As pressões exercidas contra o sistema alcançam aspectos da vida cotidiana que se não forem orientados e organizados em uma estratégia de transcendência da ordem do capital, se perdem e acabam rotinizadas na alienação da vida cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, lembro que para analisar a construção cotidiana das greves ocorridas na UFRGS no final de 2016, foi preciso ter em mente uma forma de reflexão na qual conceitos como trabalho e repouso, férias e cotidiano, passividade e momento, greve e relações de trabalho capitalistas (exploração da força de trabalho) só fazem sentido se contrapostos. Ao negar a lógica estruturalista que analisa cada fragmento de modo isolado, é possível compreender a dinâmica que rege a realidade a partir de uma visão totalizante da sociedade (LEFEBVRE, 2014). A greve é um produto do sistema, nasce de suas contradições e, portanto, sua construção cotidiana precisa ser analisada em conjunto com seu contraponto, a vida cotidiana regular do trabalhador, estabelecendo as relações existentes que ora negam e ora reproduzem sua lógica. Ao estabelecer esse tipo de análise, ficamos impedidos de definir o sucesso ou fracasso de uma greve a partir dos resultados que ela alcançou. Embora o tema da pesquisa seja a construção cotidiana da greve e não a greve em si, isso ilustra de que forma devemos analisá-la: A greve é um processo de transformação social, seu ponto de partida é a realidade material de cada trabalhador e é a partir dela que as mudanças emergem, da situação anterior à deflagração da greve. Assim, para entender quais transformações podem ocorrer na vida cotidiana dos grevistas, precisamos entender tanto de onde sua vida cotidiana parte (vivendo) como para onde elas planeja ir (viver).

A primeira vez que refleti sobre a greve a partir dessa dinâmica foi antes de ingressar no Mestrado, durante minhas primeiras greves com a categoria. Naquele período, passava por um processo de aproximação do movimento, semelhante ao que muitos TAEs e docentes passaram nessas greves e parecido com o que colegas mais antigos dizem ter passado em outras épocas. Em um primeiro momento, possuía um olhar crítico, de estranhamento, com uma distância que me permitia encontrar contradições e incoerências com naturalidade, ainda que embasados em uma visão superficial e cheia de preconceitos e mistificações, próprio de quem a analisa com base na lógica do sistema, tendo nele seu referencial. Com o envolvimento gradual, rompi com o senso comum e compreendi que a maioria das críticas que eu fazia estavam ligadas ao meu desconhecimento do movimento. Assim, substitui o olhar desconfiado por um sentimento de empatia e pertencimento, que logo me levou a militar politicamente dentro e fora dos temas da categoria. Com isso, perdi um pouco do potencial crítico de minhas análises, de modo que durante a realização dessa Dissertação fiz um esforço constante para controlar a tendência ao enaltecimento do movimento, sem reconhecer seus

problemas; ou, apenas apontá-los em um sentido instrumental na pesquisa.

A escolha da greve como tema de estudo refletiu meu interesse por ela e pelo conjunto de transformações que a experiência de vivê-la me trouxe. Ainda que essas inquietações estivessem no plano das desconfianças e suspeitas, foi a partir dessa perspectiva que guiei meu Projeto de Dissertação (que, em boa parte, consta na Introdução dessa Dissertação). O desenvolvimento do referencial teórico organizou minhas análises e combateu meus vícios como pesquisador. Contudo, sempre estive envolvido pessoalmente com o tema e, por isso, a observação fria dos acontecimentos, por muitas vezes, esbarrou no calor e na intensidade de meu envolvimento. O resultado é que minha observação do movimento, em muitos momentos, ficou em um plano secundário, sendo feito, quando era possível.

Ao encerrar a pesquisa reconheci, em muitos casos, que os resultados obtidos possuíam correspondência com minhas primeiras observações. Assim, a análise da construção cotidiana da greve com base no referencial teórico me possibilitou reconhecer categorias, organizar elementos e significar sentidos. Tudo isso, a partir de dentro do movimento e com base em uma teoria que, aos poucos, foi explicando e conceituando aquilo que eu já havia vivido e que, corriqueiramente, era assunto com meus colegas. Ao mesmo tempo, tive, em alguns momentos, a sensação de que essas questões perdiam importância diante da organização material da luta, e que isso ocorria tanto para mim quanto para quem nela, pois o envolvimento cotidiano na organização das tarefas e nas disputas internas do movimento aliena o trabalhador, levando-o a supervalorizar alguns aspectos da luta em detrimento da totalidade. Assim, corre-se o risco de reduzir o movimento a um fim em si mesmo. Portanto, essas análises revelam a importância de alguns aspectos do cotidiano da greve que se constituem de poderes e essências com potencial transformador e não como banalidades.

Foi nesse momento que constatei outro aspecto do movimento. Assim como a greve é o rompimento da vida cotidiana do trabalhador, e sua análise precisa ser feita a partir dessa relação, as críticas, as alienações, os problemas e as repetições identificadas nelas só podem ser analisadas em relação ao processo de desalienação e ao movimento da consciência, pois sua relação é intrínseca e expressa o movimento dialético entre esses contrapontos que, no fim, resultam em algo novo. Assim, como uma experiência que não se encerra em si mesma, a construção da greve simboliza um momento no processo de transformação social que está sujeito às forças de resistência, aos processos de alienação e às mistificações e representações da vida cotidiana. Portanto, entendê-los é pressuposto para entender o sentido das transformações realizadas. Afinal, elas só fazem sentido quando contrapostos àquilo que negam e que, portanto, trazem junto.

Além disso, destaco que são essas relações entre tentativa de realização e os problemas enfrentados durante o processo que formam a consciência dos trabalhadores. Por este motivo, a ação dos trabalhadores cria suas próprias fronteiras, ainda que permeáveis, ao focar na busca de solucionar questões de caráter imediato, o que aos poucos pode distanciar o movimento de suas projeções iniciais.

Embora a construção da greve seja uma ação coletiva, em muitos momentos as ações são individualizadas. Enquanto as decisões sobre os grandes temas da greve são tomadas durante Assembleias e CLGs, contando com a adesão massiva dos trabalhadores, a maioria das atividades é executada por uma minoria. Embora os trabalhadores participem das decisões coletivas nesses espaços, boa parte deles decide em âmbito individual quais atos iram participar e o que iram fazer. Nesse sentido, o movimento se torna a possibilidade para o trabalhador estar livre para realizar as atividades que quiser. Assim, temos a fragmentação da ação e a perda qualitativa na organização do movimento. Ao agir assim, o trabalhador reproduz a lógica individualista das relações de trabalho capitalista e enfraquece o caráter coletivo do movimento. Por isso, o rompimento de seu isolamento nunca é completo, o trabalhador parte, em seu cotidiano normal de trabalho, de uma dinâmica baseada nessa lógica, ele possui laços muito fortes com essa forma de agir, romper com esse isolamento é um desafio no processo de transformação social que muitas vezes não é superado. No entanto, algumas condições materiais favoreceram essa situação, como a dinâmica das ocupações, em que foi preciso prestar apoio em vários locais ao mesmo tempo.

O fato da greve servir como forma de liberar os trabalhadores para a militância, representa uma certa banalização do movimento. Outro aspecto que evidencia isso é a existência de certas práticas consolidadas de outras greves. Assim, ao mesmo tempo que a greve cria, ela repete. A existência de certas rupturas dentro da própria ruptura que é a greve em relação ao cotidiano normal de trabalho demonstra um pouco disso. Por outro lado, a pauta da greve, formada por itens que extrapolam interesses específicos da categoria, como o reajuste salarial, demonstra um avanço de consciência dos trabalhadores.

Durante a construção cotidiana das greves, os processos de escolha transformaram a rotina mecanizada de trabalho em uma luta social organizada, na qual agimos e nos posicionamos como coletivos. Essa mudança atingiu a alienação decorrente da falta de contato entre a prática individual e o caráter social do trabalho. Afinal, trabalha-se focado na busca de conquistas que são socialmente demandadas e que é a própria necessidade desse grupo social (LEFEBVRE, 2002). Assim, a construção da greve faz uma crítica ao individualismo, à hierarquização e à alienação presentes nas relações capitalistas de trabalho.

Ao tomar a causa coletiva para si, os trabalhadores fortaleceram sua coesão social em meio à construção de relações que iam além dos temas do trabalho. A observação dos relatos aponta que, além de impulsionar⁶³ ou frear⁶⁴ o movimento, a socialização foi o elemento de maior importância entre os aspectos que ficaram marcadas durante a construção cotidiana das greves. As relações sociais criadas possuíam vibração, profundidade e, em muitos casos, permaneceram após o movimento. D2 chega a dizer que os amigos que têm na Universidade são os que conheceu nas greves que fez. Minha experiência em greves indica o mesmo. Desse modo, conforme relatado por D1, o cotidiano de trabalho passa a representar a verdadeira ruptura da vida cotidiana, pois é nela que se deixa “de conversar com os outros, de, realmente interagir e existir um com o outro de uma coisa mais natural”. Assim, a greve seria uma reintegração ao “curso natural das coisas”, uma desalienação em que o homem reencontra sua essência social. Já D3 explica que a “grande mudança é essa, acho que os setores estão mais próximos, professores, alunos, né, estão se relacionando mais, estão se respeitando um pouco mais, não digo que todos, mas existe uma visão um pouco diferente que ficou”.

Além disso, o convívio diário com os colegas da categoria, o contato com os outros segmentos da Universidade e a articulação com entidades e categorias externas à Universidade permitiu outros processos de desalienação. Entre eles, a redução da parcialidade do cotidiano de trabalho em relação à totalidade, representado pelo isolamento em uma área do conhecimento (docentes) ou pelas práticas e rotinas mecanizadas do setor de trabalho (TAEs). Assim, cada qual ao seu modo, os trabalhadores movimentaram sua consciência, ampliando a percepção sobre os diferentes problemas, realidades e concepções políticas existentes na sociedade, além de adquirir “uma visão mais rica e mais completa do que é a realidade do trabalho” (T1). Afinal, ao construir a greve, “o trabalho deixa de ser só uma tarefa que tu realiza ali no espaço restrito e passa a ser toda uma gama de relações sociais que estão espalhadas pelo mundo”, o que permite se aproximar da “essência das relações de classe” (T1). Ao mesmo tempo, os movimentos grevistas abriram canais de diálogo e articulação entre diferentes categorias, segmentos e grupos políticos, com a possibilidade de ampliar e integrar as lutas sociais dentro e fora da Universidade. Isso significou um salto qualitativo na organização das lutas sociais da Universidade, pois trouxe uma dinâmica que não existia antes. Com isso, estudantes, TAEs e docentes articularam-se juntos na busca de

⁶³ O caráter coletivo da greve torna a relação com os colegas muito forte, a motivação para participar dos atos muitas vezes está ligada a solidariedade e ao simples desejo de convívio com os colegas.

⁶⁴ Entre os TAEs, o envolvimento na greve possui forte ligação com o nível de entrosamento e socialização do trabalhador e o núcleo mais ativo no sindicato. Assim, além de acontecer comigo, esse foi um dado relatado tanto nas entrevistas como em conversas com outros colegas, ou seja, o envolvimento do trabalhador evolui na medida em que estabelece relações sociais. Isolado, a tendência é participar apenas dos grandes atos.

suas pretensões. Entretanto, apesar de ter havido um avanço, a articulação não alcançou seu potencial, tanto em relação aos demais segmentos da UFRGS quanto às categorias e entidades externas.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores iniciaram a construção das greves, passaram a viver os problemas que o processo de tornar-se enfrenta. Em contrapartida, passaram a ver a saída desses problemas simplificando a situação (insolúvel apenas pelo esforço do pensamento) em uma unidade superior que só encontra solução no âmbito da vida cotidiana, que é o caminho e o objeto da transformação. Nesse processo, a consciência dos trabalhadores se forma a partir da busca da possibilidade que esses problemas indicam. Em meio à necessidade de agir em direção a essa possibilidade, ocorrem transições e mediações entre o repetitivo e o criativo, resultando em algo novo que se confunde, em meio ao caos do cotidiano, com as regras e lógicas que sustentam o sistema. Assim, em meio ao processo de desalienação, novas alienações são criadas. Logo, não houve uma crítica radical ao sistema, mas elementos que o contestaram e pressionaram, convivendo com outros que se submeteram a ele e o reproduziram. Embora o movimento da consciência nunca recue, com o retorno ao trabalho e o restabelecimento do cotidiano, muitas mudanças regrediram. Nesse sentido, fui levado a refletir sobre até que ponto o acúmulo de consciência permanece nos trabalhadores ao retornar ao trabalho. Se a consciência dos trabalhadores é formada pelas condições materiais experimentadas na vida cotidiana, na resolução dos pequenos problemas e afazeres, ao retornar as atividades do cotidiano normal de trabalho é esperado que se abandone muitas das mudanças realizadas. Apesar disso, viver a experiência de construir a greve ampliou o horizonte de possibilidades dos trabalhadores, afinal, depois de se saber de algo, não se pode deixar de saber, é possível entrar em nova ambiguidade, em representações e armadilhas mentais voltadas a evitar os conflitos e o desconforto que o processo de mudança traz.

O momento da greve revela, aos trabalhadores, possibilidades de mudança dentro das reais condições em que esse processo se dá. Nesse sentido, as essências e poderes contidas nesse momento precisam ser explorados garantindo, assim, que seu potencial transformador gere consequências e amplie as possibilidades de ação. Os exemplos de luta, união, socialização, desalienação e quebra com a ambiguidade foram os que mais contribuíram para construir novas formas de consciência e novos modos de organizar o cotidiano e, por isso, precisam ser colocados no centro da militância.

Passada as greves, o sentimento que ficou em relação ao sentido da construção das greves extrapolou a luta contra a PEC. Como relata D3,

“[...] deixou de ser só isso, foi um movimento que e eu acho que não é só na

UFRGS, acho que em vários lugares isso tá levando para uma outra forma de pensamento, uma democracia realmente participativa. Talvez seja uma coisa que esteja surgindo aí, quem sabe até uma mudança maior no futuro aí né. Não sabemos para onde é que vai, mas sempre vai.”

Ademais, D2 afirma que,

“Quando a gente terminou, decidi encerrar a greve no dia 14 nós tínhamos tido uma derrota, o governo, a câmara dos deputados, o congresso aprovou a PEC. Mas o nosso sentimento não era de derrota. Exatamente porque a gente tinha feito um movimento bonito, unitário, solidário então assim, o sentimento de quem estava ali, de que fizemos a nossa parte. Então, como é que é, de continuidade.”

Portanto, a greve tira o trabalhador de seu cotidiano alienado e projeta luz sobre o embotamento da vida cotidiana. Assim, põe a consciência do trabalhador em movimento e permite que ele conheça e confronte as contradições com que convivia pacificamente. Contudo, a construção da greve precisa ser objeto de uma estratégia da classe trabalhadora que se volte para as possibilidades que ela revela, do contrário, a possibilidade aberta se perde e reacomoda no caos do cotidiano.

Assim, embora a greve se destaque pela negatividade representada pela ausência ou falta ao trabalho, ela carrega consigo a afirmação do trabalhador como livre para coletivamente construir seu próprio caminho. Nas palavras de Álvaro Vieira Pinto (1962, p. 49-50):

A greve não significa, pois, a recusa do homem ao que o define como homem, - a natureza social de trabalhador, - mas a doação de si aos outros homens, aos outros trabalhadores, num gesto que contribui, portanto, para confirmá-lo na condição humana. Logo o trabalhador para si se converte em trabalho coletivo, pelo simples fato de ser real, de possuir realidade social. Por isso também o movimento grevista tem de ser necessariamente coletivo enquanto fenômeno de solidariedade social [...]. Esse fato tem importância decisiva. No curso da luta coletiva, na solidariedade que vai se formando, é que se revela ao trabalhador a sua essência humana e a do trabalho, como condição de vida. Verifica, então que não existe como indivíduo isolado, impotente em face das forças da natureza física ou da trama das relações sociais que o envolvem, mas se sente apoiado, fortalecido e dilatado no seu ser pela identificação de pensamento e de ação com os companheiros de trabalho. Deste modo, a greve se converte em escola para a instrução da consciência do trabalhador. [...] A greve abre a consciência do trabalhador horizontes insuspeitados, pois o faz viver experiências imediatas, ricas de ensinamentos práticos vitais, que de outro modo jamais conheceria.

REFERÊNCIAS

ALUNOS mantêm ocupações em protesto por merenda em São Paulo. **G1**: 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/alunos-mantem-ocupacoes-em-protesto-por-merenda-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ANDES - SEÇÃO SINDICAL UFRGS. **Nota de repúdio à Contrarreforma do Ensino Médio imposta pela MP 746/16**. Porto Alegre, 2016a. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8379>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____. **Nota do Comando Local de Greve dos Docentes da UFRGS sobre o cancelamento da reunião com a Reitoria**. Porto Alegre, 2016b. Disponível em: <<https://greveufrgs2016.wordpress.com/2016/12/13/nota-do-comando-local-de-greve-dos-docentes-da-ufrgs-sobre-o-cancelamento-da-reuniao-com-a-reitoria/>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

_____. **Informe/CLG n. 9 – Assembleia decide retorno no dia 19**. Porto Alegre: 2016c. Disponível em: <<https://greveufrgs2016.wordpress.com/2016/12/16/informeclg-n-9-assembleia-decide-retorno-no-dia-19entrega-de-notificacao-a-reitoria/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

AS OCUPAÇÕES secundaristas no Ceará: radicalização e democracia direta. **Agência de Notícias Anarquistas**, 2016. Disponível em: <<https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2016/07/26/as-ocupacoes-secundaristas-no-ceara-radicalizacao-e-democracia-direta/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ASSUFRGS. **Trabalhadores da UFRGS em GREVE a partir de 31 de maio**. Porto Alegre, 2016a. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2016/05/19/trabalhadores-da-ufrgs-em-greve-a-partir-de-31-de-maio/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **ASSUFRGS adere ao Dia Nacional de Paralisação e Lutas – 29 de setembro**. Porto Alegre, 2016b. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/noticias/assufrgs-adere-ao-dia-nacional-de-paralisacao-e-lutas-29-de-setembro/>>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. **Inicia a greve dos técnico-administrativos na UFRGS, UFCSPA e IFRS**. Porto Alegre, 2016c. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/noticias/inicia-a-greve-dos-tecnico-administrativos-na-ufrgs-ufcspa-e-ifrs/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

_____. **Dia 11 de novembro é marcado por manifestações e truculência da PM**. Porto Alegre, 2016d. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2016/11/11/dia-11-de-novembro-e-marcado-por-manifestacoes-e-truculencia-da-pm/>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

_____. **ASSUFRGS realiza marcha no Dia Nacional de Lutas**. Porto Alegre, 2016e. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2016/11/25/assufrgs-realiza-marcha-no-dia-nacional-de-lutas/>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

_____. **Dia Nacional de Lutas é marcado por manifestações em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2016f. <<http://www.assufrgs.org.br/noticias/dia-nacional-de-lutas-e-marcado-por-manifestacoes-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. **Técnicos oferecem banquete contra a PEC 55 no centro de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2016f. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2016/11/29/tecnicos-oferecem-banquete-contra-a-pec-55-no-centro-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Ato-Show Comunitário no Campus Centro da UFRGS**. Porto Alegre: 2016h. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2016/12/05/22217/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. **Calendário ATUALIZADO de Greve (02 a 13 de dezembro)**. Porto Alegre: 2016i. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2016/12/07/calendario-de-greve-02-a-13-de-dezembro/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BOOKCHIN, N. et al. **Militant research handbook**. Nova Iorque: NYU Steinhautd, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional nº 241** (da Câmara dos Deputados). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Câmara dos Deputados, Brasília: 2016a. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC241/2016>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição no 241-A, de 2016, do Poder Executivo, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal"**. Câmara dos Deputados: 2016b. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1496778&filename=PRL+3+PEC24116+%3D%3E+PEC+241/2016>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Boletim Legislativo nº 53: AS INCONSTITUCIONALIDADES DO “NOVO REGIME FISCAL” INSTITUÍDO PELA PEC No 55, DE 2016 (PEC No 241, DE 2016, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**. Núcleo de estudos e pesquisas da consultoria legislativa da Câmara dos Deputados: 2016c. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol53>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Secretaria de Relações Interministeriais. **Nota Técnica PGR/SRI nº 82/2016**. 2016d. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-pgr-sri-no-082-2016-pgr-00290609-2016.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Presidente (Temer: 2016-17). Medida Provisória nº 746. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Ano CLIII N°184-A. Brasília: 2016e. Sessão 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio – DÚVIDAS**. Data de publicação não informado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_03>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. **A Base**. Data de publicação não informada. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em : 13 abr. 2017.

BUENO, Sérgio Ruck. **Professores estaduais entram em greve e alunos ocupam escolas no RS**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4565311/professores-estaduais-entram-em-greve-e-alunos-ocupam-escolas-no-rs>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

CARA, Daniel. "Reforma do Ensino Médio é um retorno piorado à década de 90". Entrevista concedida a Renan Truffi. **Carta Capital**: 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-1990>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CASTRO, Pedro. **GREVE: fatos e significados**. São Paulo: Ática, 1986.

CONFIRA o pacote de medidas anunciado por José Ivo Sartori. **Correio do Povo**: 2016. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/2016/11/603496/Confira-o-pacote-de-medidas-anunciado-por-Jose-Ivo-Sartori>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

CONTRA a privatização: ocupação e cadeiraço. **Esquerda Diário**: 2016. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Contra-a-privatizacao-ocupacao-e-cadeiraço>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. "Ocupar e Resistir": A INSURREIÇÃO DOS ESTUDANTES PAULISTAS. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, 2016.

CRUZ, Valdo; LIMA, Daniela; DIAS, Marina. **Em carta, Temer acusa Dilma de mentir e sabotar o PMDB**. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716221-temer-escreve-carta-em-tom-de-desabafo-a-dilma.shtml>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

D1. **Entrevista 1**. [jun. 2017]. Entrevistador: André Dias Mortari. Porto Alegre, 2017.

D2. **Entrevista 2**. [jun. 2017]. Entrevistador: André Dias Mortari. Porto Alegre, 2017.

D3. **Entrevista 3**. [jun. 2017]. Entrevistador: André Dias Mortari. Porto Alegre, 2017.

D'AGOSTINHO, Rosanne. **PT e PMDB encolhem, mas mantêm maiores bancadas; PSDB cresce**. G1: 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/pt-e-pmdb-encolhem-mas-mantem-maiores-bancadas-no-congresso-psdb-cresce-na-camara.html>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **PEC nº 241/2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos**. DIEESE: 2016. Nota Técnica 161. Disponível em:

<<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

ESTUDANTES da Biomedicina da UFRGS ocupam instituto. **Esquerda Diário**: 2016a. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Estudantes-de-Biomedicina-da-UFRGS-ocupam-instituto>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

_____ ocupam sede do Instituto de Letras da UFRGS. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre: 2016b. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/10/geral/528193-estudantes-ocupam-sede-do-instituto-de-letras-da-ufrgs.html>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____ e o movimento negro ocupam reitoria da UFRGS contra mudanças na política de cotas. **Sul21**. 2016c. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/estudantes-e-movimento-negro-ocupam-reitoria-da-ufrgs-contra-mudancas-na-politica-de-cotas/>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

_____ ocupam Escola de Administração da UFRGS, em Porto Alegre. **Zero Hora**: 2016d. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/11/estudantes-ocupam-escola-de-administracao-da-ufrgs-em-porto-alegre-8370351.html#showNoticia=Ji8oR151b2syNjU5MDY3NjYzNTU2Mjg4NTEyQSYpNzk0ODQyMzEwNTI3NDY3ODc5NGFEcDU5MTk2OTgyNTc5MDYyMzc0NDA2NDo8X1BGdXNNJUdVelB0JII=>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

FATTORELLI, Maria Lucia. **A PEC 241 irá burlar a regra de ouro da Constituição**. Auditoria Cidadã da Dívida: 2016. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/10/24/pec-241-ira-burlar-regra-de-ouro-da-constituicao/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FASUBRA. **Retrospectiva da greve 2015**. Informativo Nº 2 da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. 2015a. Disponível em: <http://www.fasubra.org.br/documentos/Greve/2015/Informativo_FASUBRA-Retrospectiva_da_Greve_2015.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. **Pauta Geral e Específica dos Servidores Públicos Federais**. 2015b. Disponível em: <<https://www.fasubra.org.br/index.php/fasubra/742-pauta-geral-e-especifica-dos-servidores-publicos-federais>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. **Informe de Greve Nº 2** do mês de Novembro. 2016. Disponível em: <<http://www.fasubra.org.br/index.php/modules-menu/2016-01-11-16-33-19/novembro>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação**. FNDE: 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e Movimentos Sociais**. Crítica Marxista, São Paulo, n. 32, p. 107-126, 2011.

GARCEL, Fernando. Secundaristas ocupam a primeira escola contra a reforma do Ensino

Médio no PR. **Parana Portal**: 2016. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/cidades/secundaristas-ocupam-a-primeira-escola-contra-a-reforma-do-ensino-medio-no-pr/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GARCIA, Gustavo. Senado conclui votação em 1º turno da PEC do teto de gastos. **G1**: 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/senado-aprova-em-primeiro-turno-texto-base-da-pec-do-teto-de-gastos.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GÓIS, Fábio. **Temer admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara**. Congresso em foco: 2017. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

GOVERNO do RS fecha acordo com estudantes para desocupar escolas. **G1**: 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/06/governo-do-rs-fecha-acordo-com-estudantes-para-desocupar-escolas.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

JANUÁRIO, A. et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, v. 9, p. 1-26, 2016. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/12.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

KRANZ, Guilherme. 150 escolas ocupadas no Rio Grande do Sul. **Esquerda Diário**: 2016a. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/150-escolas-ocupadas-no-Rio-Grande-do-Sul>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

LEFEBVRE, Henri. *Problèmes actuels du marxisme*. Paris: Presses universitaires de France, 4th edition, Collection "Initiation philosophique", 1970.

_____. **Critique of everyday life**. V. 1. London: Verso, 1991a.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991b.

_____. **Critique of everyday life: Foundations for a sociology of the everyday**. V. 2. London: Verso, 2002.

_____. **Critique of daily life**. London: Verso, 2014.

MATTOS, Marcela. **PSDB quer auditoria no resultado da eleição presidencial**. Editora Abril: 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/psdb-quer-auditoria-no-resultado-da-eleicao-presidencial/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

NETO, Aberi. Alunos protestam contra as ocupações na Ufrgs em Porto Alegre. **Jornal do Comércio**: 2016. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/11/politica/531786-alunos-protestam-contra-as-ocupacoes-na-ufrgs-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 11 mai. 2017.

O MAL EDUCADO. **Como ocupar um colégio?**: manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em: <<https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Quem somos?**. Disponível em: <<https://gremiolivre.wordpress.com/quem-somos/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

OUÇA trechos dos diálogos entre Romero Jucá e Sérgio Machado. **G1**: 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/leia-os-trechos-dos-dialogos-entre-romero-juca-e-sergio-machado.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

RÉGIS, Thiago. 800 escolas ocupas no Paraná: Apoiar as ocupas é um dever. **Esquerda Diário**: 2016. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/800-escolas-ocupas-no-Parana-Apoiar-as-ocupas-e-um-dever>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

REITORIA expressa preocupação com ação da BM e diz que na UFRGS há liberdade de expressão. **SUL21**. 2016. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/reitoria-expressa-preocupacao-com-acao-da-bm-e-diz-que-na-ufrgs-ha-liberdade-de-expressao/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ROSA, Eduardo. Faculdade de Direito da UFRGS é ocupada em protesto de estudantes. **Zero Hora**: 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/11/faculdade-de-direito-da-ufrgs-e-ocupada-em-protesto-de-estudantes-8143210.html>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Saresp permite monitorar avanços da educação básica no Estado**. 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/saresp>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

T1. **Entrevista 4**. [jun. 2017]. Entrevistador: André Dias Mortari. Entrevista concedida para dissertação de André Dias Mortari. Porto Alegre, 2017.

T2. **Entrevista 5**. [jun. 2017]. Entrevistador: André Dias Mortari. Porto Alegre, 2017.

T3. **Entrevista 6**. [jun. 2017]. Entrevistador: André Dias Mortari. Porto Alegre, 2017.

T4. **Entrevista 7**. [jun. 2017]. Entrevistador: André Dias Mortari. Porto Alegre, 2017.

TREBITSCH, Michel. Preface: The moment of radical critique. In: LEFEBVRE, Henri. **Critique of daily life**. London: Verso, 2014a. p. 277-293.

_____. Preface: Presentation: twenty years after. In: LEFEBVRE, Henri. **Critique of daily life**. London: Verso, 2014b. p. 655-675.

UFRGS. **A UFRGS E A PEC 241**. Porto Alegre: 2016. DISPONÍVEL EM: <<http://www.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2016/11/A-UFRGS-e-a-PEC-241.pdf>>. Acesso em 7 abr. 2016.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Por que os ricos não fazem greve?**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1962.

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista

- 1 - Atividade Profissional, trajetória e cotidiano de trabalho.
- 3 - Decisão de entrar em greve.
- 4 - Cotidiano da greve.
- 5 - Conflitos, experiências, práticas, rupturas, repetições, criações.
- 6 – Em que sentido essas experiências podem transformar a vida cotidiana.
- 7 – Processo de retorno ao trabalho, o que fica e o que se perde.

APÊNDICE B

Plano de Análise

Analisar as declarações dadas pelos entrevistados de modo dialógico-interpretativo, articulando minhas memórias e o referencial lefebvriano sobre a vida cotidiana. Tudo isso, considerando a sequência de itens abaixo e respeitando as conexões e complementariedades existentes entre os itens. Ao final, relacionar as análises para construir uma compreensão ampla do sentido da construção cotidiana da greve no processo de tornar-se.

A - Procedimento para cada item:

Revisar a teoria, ler entrevistas realizando anotações, separar trechos, elaborar texto com base na compreensão geral obtida acerca das declarações citando os trechos principais.

Item 1 – Ambiguidade

Identificar nos relatos, os elementos que demonstrem quebras com a ambiguidade fruto de decisões tomadas a partir da revelação de situações contraditórias que até então não eram reconhecidas como tal. Analisar os níveis, em relação ao que e em que sentido elas ocorreram.

Item 2 – A construção cotidiana das greves e a teoria dos momentos

Identificar elementos que possam configurar a existência de um momento e como se dá o retorno ao trabalho e à vida cotidiana diante dos novos elementos trazidos pela experiência.

Item 3 – Rupturas, discontinuidades e criações

Analisar as principais rupturas presentes na construção da greve que representam uma discontinuidade do cotidiano, que persigam um curso oposto ao esquema operacional da ordem existente, que criem o novo e não estejam condicionados pela estrutura existente.

Item 4 – Conflitos problemas, práticas, ações e possibilidades: vivido e viver

Da pressão sobre o sistema uma força de resistência responde.

Vivido (foco da consciência numa prática, centro de densidade e calor). Identificar: as forças de resposta do sistema contra a agitação causada pela tentativa de transformação, os conflitos, experiências, problemas e soluções dadas a esses problemas.

Identificar quais expectativas geradas e que horizontes se abrem nesse processo.

Identificar a relação entre o repetitivo e o criativo em meio aos relatos.

Item 5 - Práxis revolucionária parcialidade

Localizar elementos que façam pressão sobre as contradições do sistema e a lógica que o sustenta, visando sua superação.

Identificar os elementos que se configurem como práxis reformista que aceita e se submete às contradições do sistema como se fossem dadas.

Identificar como a situação concreta (limites e barreiras) enfrentada pelos trabalhadores em meio ao cotidiano da greve afeta o enfrentamento do sistema

B – Em que sentido a construção da greve pode contribuir para transformar a vida cotidiana desses trabalhadores?

Articular os elementos analisados nos itens anteriores para indicar, sob uma perspectiva totalizante: a natureza da contribuição que a construção da greve pode dar para a transformação da vida cotidiana desses trabalhadores; as dificuldades e possibilidades surgidas nesse processo.